

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DE ALAGOAS: FONTES E HISTÓRIA SOBRE O  
ALGODÃO E A INDÚSTRIA TÊXTIL, 1850-1915**

MACEIÓ/AL  
2021

ERIC NILSON DA COSTA OLIVEIRA

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DE ALAGOAS: FONTES E HISTÓRIA SOBRE  
ALGODÃO E A INDÚSTRIA TÊXTIL, 1850-1915**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo Santana

Coorientador: Prof. Dr. José Vieira da Cruz

MACEIÓ/AL  
2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- O48a Oliveira, Eric Nilson da Costa.  
Análise socioeconômica de Alagoas : fontes e história sobre algodão e indústria têxtil, 1850-1915 / Eric Nilson da Costa Oliveira. – 2021.  
143 f. : il. color.
- Orientador: Pedro Abelardo Santana.  
Co-orientador: José Vieira da Cruz.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2021.
- Bibliografia: f. 139-143.
1. Historiografia. 2. Algodão. 3. Indústria têxtil - Alagoas. I. Título.
- CDU: 677.21(813.5)

*“Ora, alvissaras! Finalmente corrigi-se uma injustiça histórica. Temos de volta, em seu devido lugar, o algodão ao lado da cana.”*

(Douglas Apratto)

## RESUMO

A historiografia alagoana deu precedência ao açúcar. O algodão teve papel relevante no desenvolvimento econômico e social na região Nordeste e em Alagoas. Passando de um discreto gênero nos séculos XVI e XVII para se tornar um indispensável artigo de exportação nos séculos XIX e XX, atingindo a escala de importância próxima ou semelhante ao açúcar. O algodão transferiu riqueza, prosperidade e desenvolvimento como nunca visto antes. Cidades sem nenhuma entonação floresceram, outras se ergueram tendo como sustentáculo a denominada “fibra branca”. Transformou os meios de condução e comunicação, através dos trilhos de ferro e a navegação a vapor, potencializando o comércio alagoano. Seu ápice foram às indústrias têxteis como a União Mercantil, pioneira na província. Mais tarde, surgem a Companhia de Fiação e Tecido, e a Progresso no município Santa Luzia do Norte, ambas administradas pelo comendador Teixeira Bastos. Existiu a Penedense, Pilarense, Miguelense e a Agro Fabril Mercantil (proprietária da Fábrica da Pedra), idealizada por Delmiro Gouveia. Esses empreendimentos dispersaram o pensamento de classe entre os tecelões que, a partir do final do século XIX e início do XX, pleiteavam melhores condições de trabalho, aspectos pouco evidenciados no então mundo açucareiro alagoano. O algodão também proporcionou o progresso, além das fronteiras de Alagoas, fazendo surgir empórios da fibra em outras províncias e depois estados, como: Maranhão, Ceará, Paraíba, e Pernambuco, no Norte, e em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** historiografia; algodão; indústria têxtil; Alagoas.

## **ABSTRACT**

Alagoas historiography gave precedence to sugar. Other products took part in this contribution, contrary to the supremacy of sugar. Cotton was one of other genres that helped our historical structure. Moving from a simple genre in the 16th and 17th centuries to an indispensable export item in the 19th and 20th centuries, reaching the same scale as sugar. Cotton transferred wealth, prosperity and development like never before. Cities without any intonation flourished, others were built with white fiber as a support. It transformed the means of driving and communicating, through the railroad tracks and steam navigation, enhancing the commerce in Alagoas. Its peak was the textile industries such as União Mercantil, a pioneer in the province. Later, the Companhia de Fiação e Fabric and Progresso appeared in the municipality of Santa Luzia do Norte, both commanded by Commander Teixeira Bastos. There existed Penedense, Pilarense, Miguelense and Agro Fabril Mercantil, known as Fábrica da Pedra, idealized by Delmiro Gouveia. These ventures dissipated class thinking among the weavers who, from the end of the 19th century and the beginning of the 20th, pleaded for better working conditions, an unprecedented aspect in the sugar industry in Alagoas. Cotton also provided progress, beyond the borders of Alagoas, giving rise to real fiber emporiums, such as: Maranhão, Ceará, Paraíba, and Pernambuco, in the North and São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais in the South.

**KEYWORDS:** historiography; cotton; textile industry; Alagoas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade e discernimento de estar realizando esse trabalho, que resultou não só no meu crescimento científico, mas também pessoal. Árduo foi a caminhada, fiz escolhas erradas que quase me custaram o término da dissertação. Mas graças ao meu senhor Jesus terminei, pois tudo que acontece abaixo dos céus e de acordo com sua vontade;

Agradeço aos meus pais Carlo Erymá da Silva Oliveira e Luziene Maria da Costa Oliveira que me apoiaram nos momentos mais difíceis, fazendo-me sempre levantar a cabeça e crer na minha capacidade quer seja através do incentivo moral ou compartilhando um pouco das experiências de vida;

A minha esposa Valeria Maria da Silva Oliveira e minha querida filhinha, Ana Lavínia da Silva Oliveira, que apesar de bebê, elas deram-me o incentivo fundamental durante a escrita, sempre estando ao meu lado, apoiando-me nesse trabalho e na vida acadêmica;

Ao professor Dr.º Pedro Abelardo de Santana, meu orientador agradeço imensamente pela orientação nesse trabalho, pela competência, confiança e oportunidade de realizá-lo, apoiando no que foi possível. A ele devo minha gratidão; assim como a professora Dr.ª Michele Reis, coordenadora do PPGH – HISTÓRIA.

Aos professores Dr.º José Vieira da Cruz, meu coorientador, prof.º Dr.º Edvaldo Francisco do Nascimento e prof.º Dr.º Eltern Campina Vale banca examinadora, cujos os professores foram fundamental para conclusão do trabalho.

E a todos meus amigos do programa de pós-graduação que contribuíram de alguma forma para o andamento deste trabalho.

Meu Muito Obrigado!

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O ALGODÃO EM ALAGOAS: FONTES E HISTORIOGRAFIA .....	19
<b>O Brasil e a cultura algodoeira.....</b>	<b>22</b>
<b>O algodão no Norte brasileiro .....</b>	<b>25</b>
<b>Ascensão do algodão e estagnação açucareira .....</b>	<b>43</b>
<b>1.5 Entre o açúcar e o algodão .....</b>	<b>46</b>
<b>1.5 Dos campos de algodão até a indústria têxtil .....</b>	<b>55</b>
2 FRONTEIRA AGRÍCOLA, URBANIZAÇÃO, ALGODÃO E FÁBRICAS TÊXTEIS EM ALAGOAS.....	60
<b>Breve apresentação do conceito de fronteira agrícola .....</b>	<b>60</b>
<b>Fronteira agrícola do algodão em Alagoas.....</b>	<b>62</b>
<b>As fábricas e os trabalhadores têxteis .....</b>	<b>95</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135
REFERÊNCIAS .....	139

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como pressuposto realçar a importância da cultura algodoeira em Alagoas, a qual por muito tempo ficou no ostracismo historiográfico, dando-se mais ênfase à cultura canavieira. Certa vez atestou Manuel Diegues Junior em uma de suas celebre obras, “A história de Alagoas é a história do açúcar”. De fato, é indiscutível a sua contribuição na formação socioeconômica da “terra dos marechais”. A mencionada cultura e sua cadeia produtiva arrebataram braços, corações e mentes, enlaçando a vida cotidiana, política, econômica e cultural dos alagoanos e dos que aqui residiam, como descreve autor em *Banguê nas Alagoas*, um ensaio clássico do mundo açucareiro.

Em minhas experiências como guia do museu Floriano Peixoto – Maceió, Alagoas, Palácio dos Martírios, antiga sede do governo, percebi o quanto a cultura canavieira é acentuada estado. Parte dos turistas constantemente indagava se Alagoas era só cana-de-açúcar, sobretudo devido às grandes plantações de cana-de-açúcar que permeia o território do estado. Os questionamentos, também, se referiam ao papel dos usineiros junto ao governo do estado. Isso tudo não deixa de ser verdade, contudo remete uma parte do passado político alagoano, no qual as rédeas da região eram restritas a uma elite que descendiam dos antigos senhores de engenhos e dos coronéis do século XVI até o XIX. Esses senhores, coronéis e oligarcas foram responsáveis por perpetuar violência que estampavam manchetes de jornais e processos judiciais, impregnando o imaginário social. Acontecimentos, fatos e repercussões que contribuíram para tramar a imagem negativa da terra dos caetés.

Era frustrante perceber a reprodução dessa imagem, ou seja, a imagem de que era só, açúcar, sua oligarquia e suas práticas de violência que se sobrepunha a outras percepções, culturas e histórias de Alagoas. O passar do tempo, por sua vez, possibilitou despertar meu interesse pela historiografia alagoana e, nas pesquisas, descobri o feixe de possibilidades, marcas e acontecimentos que pareciam com a cana-de-açúcar associado à cultura do algodão e da sua cadeia produtiva. Como asseverou Douglas Tenório (2018), “o algodão e o açúcar estavam unidos na vida e na morte”. Prova deste enlaçamento é a bandeira de Alagoas, projetada pelo antropólogo Theo Brandão na década de 1960 do século passado, que além de suas cores vermelho, branco e azul, inspiradas na bandeira da França, o açúcar, o algodão e outras culturas e/ou atividades estão representadas.

Desta forma, para além das representações museológicas e de turistas sobre o açúcar, as relações de poder e de violência descritas no início desta introdução, a pergunta central que move este trabalho é que outras representações sobre Alagoas foram registradas pelas fontes e pela historiografia? Frente a essa pergunta norteadora, em relação ao algodão, dentre outros traços de Alagoas, os historiadores durante muito tempo o relegaram a um plano marginal, secundário e de coadjuvante.

Vejam os um pouco como está historiografia tratou o tema. Humberto Bastos, em *Assucar e algodão*, pouco ou quase nada retratam a fibra branca, deixando um vazio sobre o assunto. Seu ensaio se volta para o açúcar e não deveria ter algodão no título. Moreno Brandão, em *História de Alagoas*, em rara e única citação sobre o algodão reconhece que a fibra, naquele momento, enriquecera vastíssimas terras em Alagoas. Visto que, em 1909, ano da publicação do livro, o algodão estava em alta. Nesta obra, ele confere ao ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira<sup>1</sup> a responsabilidade pela introdução da fibra na província (1909, p. 34). Diegues Junior, em *Banguê das Alagoas*, dá mais enfoque a cultura açucareira em Alagoas, contudo reconhece a importância algodoeira.

O livro de Thomas Espindola, *Geographia Alagoana ou descrição physica, política e histórica da província das Alagoas*, é um compêndio de Alagoas no século XIX. Uma obra fascinante que traz aspectos peculiares para pesquisa histórica ao destacar a relevância econômica e cultural do algodão para a província. Já Moacir Santana, em *A contribuição histórica do açúcar em Alagoas*, apesar do título ser voltado ao estudo da cana-de-açúcar, faz uma abordagem importante da economia do algodão em diversos municípios. Douglas Tenório e Golbery Lessa, em *O Ciclo do algodão e as vilas operárias*, buscam preencher determinadas lacunas da historiográfica alagoana, através de fontes, jornais e entrevistas com os antigos trabalhadores das antigas vilas operárias. Além disso, criticam a tese de que Alagoas somente conheceu a economia da cana-de-açúcar.

A historiografia alagoana instituiu o estudo do açúcar, monocultura e escravidão como eixo central, deixando outras economias marginalizadas. É difícil entender Alagoas e suas peculiaridades somente através do açúcar. Porque não estudar o couro e sua contribuição na povoação e economia no sertão, principalmente nos municípios ribeirinhos do rio São Francisco e microrregião de Batalha, importante entreposto do leite. A mandioca, importante gênero da mesa dos nordestinos que foi o motivo da revolta dos Quebra-Quilos (1874-1875),

---

<sup>1</sup> Manuel Diegues Jr. contradiz a autenticidade historiográfica atribuída ao ouvidor Jose de Mendonça Mattos Moreira pela inserção da cultura algodoeira em Alagoas, mas conferindo esse atributo a seu antecessor, Francisco Nunes da Costa (DIEGUES JR, 2006, p. 118).

devido ao aumento do seu preço. O fumo, um produto que teve incentivo durante o governo holandês e hoje tem como pólo central a região circunvizinha ao município de Arapiraca. A maioria dos ensaios, monografias e teses são voltadas ao açúcar, deixando a historiografia em um ciclo vicioso. Poucos trabalhos como demonstrado priorizaram o algodão.

Com respeito à escolha do tempo cronológico para esta pesquisa, destaco que o algodão foi pouco estudado durante o século XX e, retrocedendo um século, a obscuridade aumenta, especialmente no período imperial. Como ponto inicial, escolhi 1850, ano de publicação da Lei de Terras, a partir desta década a produção algodoeira em Alagoas aumentou exponencialmente a ponto de despertar maior interesse e preocupação das autoridades provinciais. Seu apogeu deu-se durante os anos que vigorou a guerra civil estadunidense (1861-1865), tendo a exportação do algodão dobrado chegando à cotação de 1.000%.

A pesquisa se estende até o ano de 1915 quando se consolida o universo algodoeiro em Alagoas, após ter sofrido múltiplos reveses entre 1870 e 1890. A crise ocorreu devido à escassez de mão-de-obra, secas severas, queda do preço e perda de mercado consumidor, devido à concorrência dos Estados Unidos da América e Egito. O ano escolhido para demarcar o encerramento da pesquisa presenciou o ápice das fábricas têxteis e das vilas operárias. Estas representavam modelos idealizados de organização do trabalho e buscavam o bem estar dos trabalhadores. Neste aspecto, são um contraponto das condições miseráveis e de subsistência dos trabalhadores que viviam em torno dos engenhos e usinas de açúcar. Por outro lado, os patrões das vilas operárias também eram opressores, chegavam às vezes punir fisicamente o trabalhador. Instituíam longas jornadas de trabalho, baixos salários e favorecia o trabalho de crianças nas dependências das fábricas. Como na Fábrica Cachoeira em Rio Largo, relatado por Arnaldo Paiva em *Rio Largo cidade operaria, 2013*.

Voltando à problemática, isto é, a indagação se Alagoas somente produziu açúcar, a pesquisa demonstra um papel relevante ao algodão na economia. Do ponto de vista político e econômico, percebemos que o algodão alcançou as mesmas proporções do açúcar durante alguns momentos nos séculos XIX e XX. Inúmeros relatórios provinciais trazem dados sobre o algodão. Por exemplo, o presidente Manuel Pinto, entre 1850 a 1851, enfatizou a taxaço do algodão de importância necessária para encorpar as rendas fiscais dos cofres provinciais. Era dos impostos obtidos sobre as exportações do algodão, no qual se pagava salários dos funcionários públicos, construíam-se obras publicas e importavam-se gêneros necessários como: charque, tecidos, ferragens, porcelanas, entre outros. A dependência era tamanha que qualquer impasse nesse comércio, ocasionava problemas aos cofres do estado. Citando caso,

durante os primeiros anos da República, o interventor Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro da Fonseca, em relatório de 1890-1891, sublinhou queda na receita do algodão, devido às condutas ilícitas cometidas por alguns lavradores que burlavam as agências de inspeção do algodão, os quais intentavam burlar as taxas alfandegárias. Negociando unilateralmente com as praças de Bahia, Sergipe e principalmente Pernambuco. A prática de cabotagem foi outra circunstância que contribuiu expressamente para a instabilidade do algodão. Atividade empregada alternativamente mediante as péssimas condições das rodagens.

Com o objetivo de fazer uma breve revisão de literatura sobre o tema, indicamos como fonte importante sobre o algodão o livro de memórias *O Trem para Branquinha*, de Gustavo Maia Gomes (2018). É uma obra sobre os seus antepassados, mas traz importantes dados sobre o mundo do açucareiro do Nordeste Oriental entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do seguinte:

A base da economia do Nordeste Oriental ainda era e continuaria a ser, até a segunda metade dos anos 1900, a agroindústria do açúcar e, secundariamente, o cultivo e beneficiamento do algodão. (Especialmente, se considerarmos o comércio uma atividade “derivada”, cujas oscilações e crescimento dependem das atividades “autônomas”, voltadas para outros mercados que não o local.) Quase todas as profissões urbanas dependiam direta ou indiretamente das vendas de açúcar e algodão para o resto do país ou o exterior. Mesmo os funcionários públicos eram sustentados por impostos, em grande medida, coletados na exportação. As demais profissões tiravam sua renda dos desdobramentos da economia açucareira e algodoeira, especialmente, da comercialização de seus produtos (GOMES, 2018, p. 34-35).

Com o florescimento das cidades brasileiras na segunda metade do século XIX, os ofícios de alfaiates, sapateiros, marceneiros, engraxates, caixeiros, barbeiros, boleiros dentre outros, passaram a ser uma realidade nos médios e grandes centros urbanos. Esses aglomerados urbanos ofereciam mais oportunidade de trabalho em relação ao campo (GOMES, 2018, p. 34).

Essa nova realidade urbana em Alagoas é mostrada na obra de Felix Lima Jr, *Maceió de Outrora*. O próprio autor foi agente da inspeção do algodão na capital. Trás detalhes integrantes do modo de vida dos maceioenses entre fins do século XIX e início do XX. Faz uma abordagem política, culturais e sociais das famílias mais abastadas aos despossuídos. Distingue Maceió como um importante entreposto do gênero desde o final do século XVIII. Devido aos abundantes fardos de algodão e carregamento de açúcar que chegavam ao Largo dos Martírios, atual Praça dos Martírios. Dali trilhava carregados na cabeça por negros

escravos até a enseada de Jaraguá para serem exportados. Menciona também o elevado preço do produto por volta de 1860 (LIMA JR., 2014, p. 24-27).<sup>2</sup>

Gustavo Gomes<sup>3</sup> (2018), exprimir a expressão “trabalhadores em tempo parcial”, referindo-se àquelas pessoas que trabalhavam na moenda da cana durante seis meses, depois retornava ao roçado. Nessa roça, provavelmente, fazia-se o cultivo do algodão juntamente com outros gêneros de subsistência. O algodão era segundo gênero mais rentável e acessível para as camadas pobres. Foi por conta disso ficou conhecido como “cultura dos pobres”. Em Alagoas, a maior parte da sua produção era oriunda das médias e pequenas propriedades rurais. O trabalho era familiar, liderado por um patriarca que tinha assistência da esposa, filhos, noras e outros membros familiares. Todos eram responsáveis desde o plantio até a colheita. A escravidão raramente foi empregada nesse modo de produção. Quando sim, era exercida por um ou dois escravos, caso os proprietários tivessem condições de possuir. O autor relembra que os mais velhos contam histórias sobre o algodão em Maceió. Os membros familiares se reuniam para colher como se fosse um ritual que estreitava seus laços.

Levando a discussão do algodão para a esfera regional, a terra dos marechais ficou abaixo de outras províncias, posteriormente estados. Em Alagoas, a fibra branca recebeu poucos cabedais das autoridades para fomentá-la. Todos os esforços econômicos estavam voltados à cana-de-açúcar. Devido em parte a persistência dos lavradores em persistir na cana-de-açúcar, juntamente com a falta de variantes produtivas, novas técnicas agrícolas, aparelhamento arcaico e ataque de pragas. A depreciação algodoeira caeté foi decorrente dos mesmos aspectos que levaram calamidade a cana-de-açúcar. O qual até a primeira metade do século XIX era conhecido por possuir excelentes plumas de algodão, juntamente com Pernambuco.

Em outras partes do Norte, atual Nordeste, foi diferente. O ensaio entre Maranhão e Pernambuco de Diego de Martins e Filipe Melo (2018). Comprovar que as duas regiões eram as maiores produtoras de algodão do Nordeste, embora houvesse importantes peculiaridades entre eles. Pernambuco desde o século XVI destacou-se na produção açucareira. No século XVII, foi palco das disputas entre holandeses e portugueses pela hegemonia e controle dos meios de produção do ouro verde. Acontecimento conhecido pela historiografia brasileira

---

<sup>2</sup> Gustavo Gomes (2018), afirmou que as mulheres retratadas em sua obra eram “domesticas”. Felix Lima Jr. vai, além disso, quando retrata a mulher como agente na vida social de Maceió. Douglas Apratto, em *O Ciclo do algodão e as vilas operarias*, deixa um capítulo que foca a participação das mulheres nas fábricas têxteis e nos movimentos sociais nas primeiras décadas do século XX.

<sup>3</sup> Gustavo Gomes e PhD em economia pela universidade de Illinois, mestre em economia (USP) 1976, foi diretor do IPEA (1995-2003), Professor da Universidade Federal de Pernambuco (1976-2009), Secretário de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (1991); autor de livros e artigos; economista e escritor.

como “guerra do açúcar”. O fim desse evento levou ao fim da hegemonia do açúcar em Pernambucano, devido à concorrência das Antilhas holandesas que passaram a fabricar um açúcar de melhor qualidade e mais barato que o brasileiro.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a Inglaterra necessitava cada vez de grandes quantidades de algodão para produzir tecidos, linhas e vestimentas. Suscitando em suas colônias um atravancamento no seu fornecimento. A alternativa foi usar de sua predominância expansionista para buscar novos horizontes, seja através do estímulo da cultura em outros países ou mesmo pela força. A guerra de independência estadunidense, entre 1776-1783, prejudicou ainda mais a exportação de algodão para a Inglaterra.<sup>4</sup>

O Brasil nesse período possuía vastas áreas de matas virgens, solos e climas excelentes que poderiam ser aproveitados para a cultura da fibra branca. Aproveitando-se dessas condições, tendo em vista a introdução de uma nova cultura rentável, o governador da capitania de Pernambuco, José César de Meneses (1774-1787), recomendou sua implementação, inclusive na comarca de Alagoas que tinha como ouvidor geral Francisco Nunes da Costa (MARTINS; MELO, 2018).

No século seguinte Pernambuco, tornou-se um importante entreposto do algodão. Muito do algodão produzidos em Alagoas convergia aos portos de Recife, seja por terra, mar ou pelas estradas de ferro. Vale ressaltar que muitos eram negociados ilegalmente uma vez que não passavam pelas casas ou mesas de inspeção do algodão. Causavam desajustes aos cofres fiscais. Pedro Paulino da Fonseca, em 1890, em seu relatório culpa o comércio irregular com Pernambuco uma das principais causas da queda da receita do algodão (MARTINS; MELO, 2018).

Apesar de ser um poderoso empório do algodão no século XIX, Pernambuco não angariou incentivos adequados que destinasse mão-de-obra escrava e financeira para o custeio do algodão, já que teve de fazer frente aos interesses dos senhores de engenho e produtores de cana-de-açúcar. Sua economia estava secularizada em torno da economia açucareira, o que talvez incentivasse os produtores a obstinar-se na cultura da cana, mesmo a despeito dos incentivos de diversificação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Diferentemente do Maranhão que não se adaptou bem a cultura do açúcar, mas adquiriu todos os meios para agregar de forma notável a cultura do algodão (MARTINS; MELO, 2018, p.10).

---

<sup>4</sup> Em 1821, a produção dos Estados Unidos volta a crescer apoiada em variedades de espécies mais produtivas e inovações no beneficiamento, provocando uma crise na fibra e crise na cultura no Brasil. Logo, as exportações norte-americanas passaram de 70% entre 1831-1835. Rapidamente, as propriedades no Brasil foram reconvertidas para o plantio da cana-de-açúcar, especialmente nas províncias de Pernambuco e Bahia (COELHO, 2002, p. 10-11).

Caio Prado Jr. dá pouca ênfase ao algodão ou quase nada fala. Deixando-a como uma “cultura assessoria”. Ele reproduziu a antiga historiografia brasileira dos ciclos econômicos “pau-brasil, açúcar, ouro e café”. Apesar disso, consigna o Maranhão de outrora como uma região pobre, seca e inexpressiva passando a prosperidade graças à cultura do algodão (PRADO JR., 1981, p. 56).

Sobre o Maranhão, Martins e Melo (2018, p. 6-7), afirmam:

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, lançada em 1755, foi à principal responsável pelo seu financiamento e incentivo. Como companhia monopolista, ela regulou um dos principais gargalos do Maranhão, o fornecimento de mão-de-obra escrava, sem o qual os algodoais não vingariam assim como linhas de créditos para os lavradores e oferta regulada de transporte ultramarino para escoar as produções [...] A conjuntura era relativamente confortável, de vez que a empresa fornecia créditos e escravos aos lavradores, as terras no Maranhão eram abundantes, virgens e sem uma monocultura de escala que poderia fazer frente ao algodão. Essa é uma diferença importante com o algodão de Pernambuco, que teve que concorrer com o capital e trabalho reservados a cana do açúcar.

A pesquisa de Alexandre Bragança Coelho, *A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos*, faz um histórico da cultura algodoeira do Brasil, desde a época em que era praticada pelos indígenas até a crise da cotonicultura na década de 1990. Informa que, o Maranhão com o auxílio da Companhia Geral do Grão Pará e do Maranhão, fez florescer a cultura algodoeira. Uma vez que a instituição fornecia subsídios e escravos essenciais para lavrar a fibra. Rapidamente, no Maranhão surgiram fazendas aos moldes das *plantations* do sul dos Estados Unidos<sup>5</sup> com um grande contingente de escravos. O algodão no Maranhão tornou-se o principal produto de exportação (2002, p. 9-10).

Partindo para a reflexão teórica, o avanço do algodão e do açúcar em meados do século XIX e início do XX, nos leva a dialogar com o conceito de expansão da fronteira agrícola (ALVES, 2009). Fenômeno esse presente no Brasil desde os tempos coloniais. A historiografia mostra que o ponto de partida dessa expansão foi à Zona da Mata, sobretudo pela busca do Pau-brasil, Jatobá, Ipê entre outras madeiras, especialmente para o propósito da tingidura, construção de sobrados, casebres e altares. Os grandes vilões eram os engenhos de açúcar que destruíam desvairadamente grandes extensões de matas em sua incessante procura por lenha para alimentar suas fornalhas. Segundo Diegues Jr., (2012, p. 47):

Verifica-se que é na área açucareira onde mais sensível se encontra essa destruição. Não eram somente as derrubadas para as construções de navios: os roçados e os fogos eram provenientes das atividades do engenho. A cana-de-açúcar obrigava a derrubada das matas; as exigências da cultura de cana e as necessidades de

<sup>5</sup> Uma obra interessante que retrata o modo de vida das fazendas de algodão e canaveira do sul dos Estados Unidos da América é o livro *Doze anos de escravidão*, um registro vivido por Solomon Northup, um homem negro que nasceu livre, mas foi sequestrado e vendido como escravo para trabalhar nas plantações de algodão na Louisiana, ver NORTHUP, Solomon. *Doze anos de escravidão*. São Paulo: Ed. Seoman, 2015.

industrialização reclamavam a invasão das matas. Além das contrações, o consumo da lenha pedia a destruição das árvores.

Posteriormente, esse fenômeno deslocou-se para o Sul do país. Somente a partir do final da primeira metade do século XX expandiu-se em direção ao cerrado brasileiro, graças às novas técnicas de melhoramento de solo. Atualmente, avança como um rolo compressor sobre a floresta Amazônica, suscitando forte pressão ao ecossistema. Por outro lado, disputas sociais, política, econômicas entre os diversos agentes endêmicos envolvidos grileiros, posseiros, madeireiros, união e a parte mais frágil, os indígenas (ALVES, 2009).

A dissertação *Fronteira em Expansão: População, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*, de Romilda Oliveira Alves (2009), discute o conceito de “fronteira em expansão”. Para isso, dialoga com as diferentes definições de região, espaço e território, vistos através do ponto de vista de historiadores, geógrafos e filósofos. Embora o estudo tenha como objetivo analisar o avanço da apropriação na Zona da Mata mineira, o conceito de fronteira agrícola contribuiu para entender o avanço da cultura algodoeira em Alagoas.

Segundo a autora, para conceituar espaço e região deve-se levar em conta as representações sociais e econômicas dos grupos dominantes. Pois, é constante o impulso daqueles que detém o poder ampliar sua área de influência através dos recursos da natureza, no sentido de intensificar sua dominação ou reestruturar a sua economia. O homem seleciona as qualidades físicas das paisagens que lhes possa servir de habitat ou que possa modificá-las a gosto (ALVES, 2009, p. 29-30).

A autora utiliza Basse para definir a relação entre meio e homem (ALVES, 2009, p. 30):

De que a paisagem é produzida? Tradicionalmente a resposta seria: a paisagem é o produto das interações, das combinações entre um conjunto de condições e de condições naturais (geológicas, morfológicas, botânicas etc.) e um conjunto de realidades humanas, econômicas, sociais e culturais. São estas interações que, no tempo e no espaço, respondem pelas mutações percebidas nas paisagens visíveis. A paisagem é o efeito e a expressão evolutiva de um sistema de causas também evolutivas: uma modificação da cobertura vegetal ou uma mudança nos mecanismos da produção agrícola se traduzem nas aparências visíveis.

Definir espaço é uma tarefa árdua. Santo Agostinho disse sobre o tempo “se me perguntarem se sei o que é, responderei sim, mas sua definição, não. O mesmo vale para espaço”. A noção de espaço cobre uma variedade ampla de objetos e significados, como os utensílios comuns a vida doméstica; um cinzeiro um bule, uma estátua, são espaço de uma casa ou cidade. Existe também o espaço de uma nação, sinônimo de território e estado. Há

também o espaço terrestre, que consiste na crosta do nosso planeta; o espaço extraterrestre e espaço sideral, que ainda é um mistério (SANTOS, 1978, p. 119-120).

Desdobrando-se para espaço geográfico, a definição torna-se mais complexa, pois sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico também é o espaço social. Quanto ao espaço, como categoria histórica e a própria significação dos objetos, do seu conteúdo e da relação entre eles que mudam a história. O mundo social ao redor de nós não é uma coisa dada por toda eternidade. Na realidade cruzam-se o conhecimento do espaço como categoria universal e o espaço como categoria histórica e vice versa. Essa interação entre leis universais e comportamentos históricos, portanto individualizados, contribuem para a elaboração se não de uma definição de espaço. O conceito de lugar precede o conceito de espaço. Antes de tudo lugar é a porção da face da terra identificada por um nome. O que torna o lugar específico é um objeto material, um corpo ou um grupo de objetos matérias (SANTOS, 1978, p. 121).

Não obstante, espaço humano é resultado de quaisquer que seja o período histórico que, por sua vez, decorre da produção. O ato de produzir também é produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir é retirar da natureza elementos indispensáveis a reprodução da vida (SANTOS, 1978, p.161). Segundo Milton Santos,

De um estágio da produção a outro, de um comando do tempo a outro, de uma organização do espaço a outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Trata-se, de início, da história de um grupo isolado, de um punhado de homens e de um pedaço de natureza *mediatizado* pelas técnicas que o próprio grupo inventou para assegurar sua sobrevivência (1978, p. 163-164).

No que diz respeito ao território, este é imutável em seus limites, uma linha traçada pelo bem comum ou da força. Em um dado momento ele chama-se de espaço, quando encarado por diversas sucessões históricas de efetiva ocupação por um povo ou resultado de sua ação e trabalho, fundamentadas no modo de produção adotado (SANTOS, 1978, p.189).

Milton Santos refere-se à fronteira como *limites*, esta se relaciona diretamente com território. Para Alves (2009, p. 16), fronteira é um espaço de movimento e mobilidade, marcado por uma intensa circulação de homens e mercadorias, voltada para demanda do mercado interno. Ela foi entendida também como de conquista sobre povos indígenas, local de ambição dos brancos onde abriram caminhos estradas e navegabilidade dos rios, que deram origem a cidades na Zona da Mata. Em síntese a fronteira é uma área em expansão que conduz a estabilidade.

Balizada por essa discussão, a presente dissertação está balizada em dois capítulos. O primeiro aborda a relevância que o algodão teve no mundo antigo, utilizando fontes bibliográficas. Faz um balanço da historiografia do algodão no Brasil, perpassando da colônia, quando era um simples gênero de subsistência para essencial no século XIX. Retrata, ainda, o surgimento das principais indústrias têxteis do país do final do XIX e início do XX. Ao mesmo tempo, procura dialogar com as fontes e bibliografias que tratam sobre a fibra branca.

O capítulo dois aponta a produção algodoeira em Alagoas, fundamentado no princípio da expansão da fronteira agrícola. Desdobra-se entre os municípios, incluindo os de predileção do açúcar, mostrando que mesmo nessas áreas era possível o lavradio do algodão. Contextualiza as fábricas têxteis existentes entre (1850-1915). Entidades que denotaram o auge da era algodoeira. Além de explorar o impacto do algodão no Nordeste, intercalando as fontes entre si, em especial de Alagoas.

## 1 O ALGODÃO EM ALAGOAS: FONTES E HISTORIOGRAFIA

As primeiras peças de algodão que se tem registro são de 3.000 a.C., na região da Índia, Paquistão e Etiópia. O historiador grego Heródoto que viveu entre 485-425 a.C., entre suas inúmeras viagens pelo mundo antigo do Mediterrâneo, Egito a Babilônia, escreveu sobre o algodão indiano, uma planta que, no lugar de fruto, produzia lã de excelente qualidade, superior ao linho. O mesmo acrescenta que os babilônios utilizavam vestimentas de linho e lã e os egípcios só utilizavam roupas de linho, exceção dos sacerdotes de capa branca de lã que traziam sobre os ombros quando fora de suas atribuições (CARVALHO, 1900, p. 40).

O historiador grego Ariano (95-175 d.C.), escreveu sobre a fibra branca que os indianos usavam para fazer vestimentas de algodão, era mais branca e mais bela que o linho, chamada de tala. Para Plínio, o algodão já era conhecido no Alto Egito, crescia em um arbusto conhecido como *Gossipium* e outros chamavam de *Xylon*. Era pequeno e produzia um fruto semelhante a uma maçã, do qual se extraía uma substância sedosa que se fia. Com esta fibra faziam-se magnificas vestimentas para os sacerdotes do Egito (CARVALHO, 1900, p. 41).

Os gregos e romanos mais voltados às artes, filosofia e a literatura não fizeram uso do algodão, uma vez que consideravam uma cultura exótica, sem grande vantagem para o comércio. Muito menos a implantaram nos territórios conquistados. Os árabes ao contrário dos greco-romanos voltaram-se as práticas agrícolas, melhoraram a cultura do algodão e introduziram em outras partes do continente até então desconhecida. Sua denominação descende do termo árabe “*al-gutum*”, dando origem a *cottonem* inglês, *coton* em francês, *cotone* em italiano, *algodón* em espanhol e algodão em português (PINTO, 1973, p. 42).

A comercialização do tecido de algodão é antiga de muito antes do século XVIII. A Índia era conhecida pelas casas de tecidos. A região do mar Eritreu era visitada freqüentemente por comerciantes árabes que traziam belíssimas peças de algodão vindo da Índia até a Aduléia no Mar Vermelho, Baygara era o centro desse comércio. Foi na primeira era cristã que o comércio de tecidos de algodão rumou do Oriente para o Ocidente, Grécia e Roma (CARVALHO, 1900, p.50).

A partir do século XIII existiu um agitado comércio de algodão entre o Turquestão, Criméia e a Rússia. Na Armênia fabricavam-se panos de algodão, utilizando a matéria prima

da Pérsia. Nessa época, já havia fábricas de algodão no Marrocos que, ao final do século XVI, exportavam diversos panos de algodão para Londres.

Na China, o algodão foi introduzido no século XIV mediante a invasão dos tártaros. A Ásia foi a pátria do algodão *Gossypium*. Da China, Índia ao império do Sião, Pagum e Bengala produzia-se em grande escala. Existia na Pérsia, Arábia Saudita, Palestina, Ásia Menor, Anatólia, Alepo, Esmirna. Na ilha de Sumatra distinguem-se algodões de excelente qualidade, colhido em grande quantidade para as indústrias manufatureiras. Na Pérsia, seu cultivo concentrava-se nos terrenos mais férteis. Nascia na Arábia, Síria e Palestina, no entanto nessas regiões era utilizada para uso doméstico. Em Alepo existia um grande comércio com a cidade grega de Esmirna. Chipre produzia um algodão branquíssimo de longa fibra e sedoso. Nesse país, havia um algodão divergente dos outros, o algodão de água corrente, cultivado nas aldeias junto aos cursos dos rios onde eram regados constantemente produzindo uma fibra superior aos cultivados em áreas secas (PINTO, 1873, p.20-43).

A difusão da cultura algodoeira no continente africano deu-se a partir das invasões muçulmanas no século VI. Era encontrado da costa aos sertões interioranos, do Senegal, Serra Leoa e nas feitorias europeias de Guiné. No Egito o algodão já era cultivado na Antiguidade, conhecido no alto Egito desde os tempos de Plínio, historiador romano do século I d. C. (CARVALHO, 1939, p. 29). Negociava exuberantes panos feitos de algodão através das incursões das caravanas de escravos.

O *Tratado da cultura do algodão no Brasil*, de Carlos Augusto Taunay, fala das alvíssimas lãs de algodão do Egito, usado para vestir os sacerdotes, sendo um produto estimado. Segundo ele, o botânico René Desfontaines ao analisar a obra de Plínio, acreditou que ele descreveu o algodão herbáceo ou de Malta, originário do Egito e da Arábia. Concluindo que a pátria primitiva do algodão herbáceo ou anual, cultivado na Antiguidade e no século XIX, em diferentes partes do mundo era proveniente da região arábico-egípcia.

Apesar de existirem variedade de espécies de boa qualidade, os africanos não conheciam as reais qualidades do algodão, não se interessam pelo cultivo comercial do produto, priorizavam o comércio humano. As terras da Etiópia e da Cafraria, atual Sudão do Sul, possuíam terras e clima propícios a lavoura. Contudo, na ilha Maurícia o algodão progredia graças às sementes oriundas da Índia. Ainda assim, os africanos utilizavam o algodão de forma artesanal ou doméstica e não para a especulação mercantil (ARRUDA, 1806, p.94-95). Foi partir do século XIII que passaram a existir fábricas de tecido de algodão no Marrocos, mas somente no começo do século XVI, importavam-se artefatos feitos de algodão para Londres, fabricados em Benin. Segundo Pinto, “finalmente as fazendas de

algodão que servem para vestir as nações da África central são fabricadas ali mesmo” (1873, p.21).

No século IX, o algodão foi introduzido na Europa graças à invasão dos sarracenos à Espanha. As primeiras plantações deram-se nas planícies de Valência, Córdoba, Sevilha, Barcelona e Granada. Já no século XIV, havia notáveis fábricas de algodão conhecidas por “fazendas de algodão” (PINTO, 1873, p. 43).

Em 1430, os comerciantes ingleses começaram a produzir seu próprio tecido. Os reis Henrique VIII e Eduardo VI favoreceram a indústria algodoeira que, ao final do século XVII, possuía vários teares espalhados em grande parte do território, ocupando os agricultores durante o inverno. Durante o reinado de George III, a indústria ocupava mais de quarenta mil pessoas e rendia quinze milhões de cruzados. As fabricas de tecidos eram favorecidas pelo governo inglês, o qual condicionava seu contínuo aperfeiçoamento. Em 1710, essa indústria rendia ao país pouco mais de cinco milhões de libras, subindo para quase 500 milhões em 1833.

Em 1789, os Estados Unidos receberam pela primeira vez o algodão das Bahamas e cultivaram na Geórgia, mais tarde denominado “algodão das ilhas”. Esse algodoeiro produzia longas fibras de seda. A nova planta prosperou em quase todos os estados do sul daquele país. Os tecidos produzidos nos EUA, em 1833, renderam mais de doze milhões de Cruzados (PINTO, 1973, p. 25).

A Grã-Bretanha consumia o algodão proveniente em grande parte das ilhas holandesas de Barbados, Demerara, Suriname e ilhas de Caiena. Antes de 1790, seu preço manteve-se constante, mas com o desenvolvimento da descaroçadora hidráulica, o algodão precisou ter melhor qualidade, dado que qualquer lasca do caroço ou sujeira na fibra resultaria em embaraço da máquina de fiar. No século XIX as importações dobram para o Reino Unido, derivado do Egito, Índia e Brasil, este era privilegiado devido a qualidade do seu produto, principalmente das províncias de Pernambuco e Alagoas considerado um dos melhores do mundo (ARRUDA, 1806, p. 64).

O algodão do continente americano era proveniente de diferentes partes do mundo. Algumas produziam duas ou uma única vez por ano. Outras apresentavam fibra de boa qualidade. Algumas amadureciam precocemente, amarelando a fibra, perdendo valor de mercado. Para os comerciantes a escolha, às vezes, não era fácil, pois muitas espécies apresentavam características idênticas confundindo-os. O uso do descaroçador as distinguiu com melhor precisão (PINTO, 1873, p.15).

As sementes de algodão possuíam empregabilidades farmacêuticas para amenizar tosses, diminuir dores nefríticas, recompor problemas respiratórios decorrente da queima do óleo e cura da cútis. Por sua vez, os asiáticos a usavam para engordar os porcos (PINTO, 1873, p.25). A multiplicidade na empregabilidade da semente também se sucedia em Alagoas. Particularmente nas regiões ribeirinhas do rio São Francisco, Penedo. Negociavam-se sementes de algodão, não só para cultivá-las, mas também como alimentação dos ruminantes, caprinos e eqüinos em épocas de estiagens severas. Além do mais, empregava-se para a fabricação de tortas, óleo e na medicina (COSTA, 1902, p.81)

*O Dicionário de botânica brasileira ou compendio Joaquim de Almeida Pinto*, retrata as propriedades medicinais do algodão utilizadas no curativo de queimadura e feridas. Suas folhas quando fervidas em líquido amenizavam dores de dente. O óleo do algodão também foi utilizado para iluminação, fabricar sabão e uso nas máquinas. As sementes esmagadas são aplicadas em tumores e nos abscessos. O chá das sementes, tomado três vezes ao dia, ajudava amenizar as dores menstruais (PINTO, 1873, p.24).

Em 1820, o francês Jumel, introduziu sementes de algodão proveniente da capitania de Pernambuco. Em 1828, foi introduzida na ilha Geórgia, possessão britânica na América Central que prosperou. Essas particularidades transformaram o Brasil no terceiro maior exportador de algodão de fibra longa no século XIX, visto ser o algodão mais cobiçado pelas indústrias manufatureiras inglesas para serem empregados na confecção de tecidos resistentes e tinturaria. O Brasil tornou-se referência na produção de fibra longa, especialmente os decorrentes das províncias de Pernambuco, Alagoas e Maranhão.

## **O Brasil e a cultura algodoeira**

A economia brasileira em seus primórdios esteve ligada a produção de gêneros voltados para exportação. No primeiro momento da história brasileira o algodão restringiu-se uma atividade assessoria ou subsistência traçada pelos menos desafortunados; índios, mulheres e escravos. Somente no final do século XVIII o gênero obtém magnitude econômica na colônia. Quando os primeiros colonos chegaram, observaram o uso do algodão pelos índios. Na carta de Pero Vaz de Caminha há um trecho que diz: “também andava hy outra mulher mozza, com menino ou menina ao colo, atado por hum pano non sey de que aos peytos” (NEVES & JUNQUEIRA, 1957, p.56). Esse pano, segundo relatos posteriores era feito de algodão.

Segundo Stand (1557, p.109), “os índios usavam as peles de animais selvagens e prepararam-na com esmero e se cobre com elas. Suas mulheres produzem tecidos de fios de algodão parecidos com saco, aberto em cima e embaixo. Vestem-nos”.

Outra evidência do uso do algodão entre as diversas tribos indígenas é a descrição feita por Hans Staden (1524, p. 29) que, quando ameaçados, os nativos atacavam os colonos atirando flechas para o alto tendo na ponta um pedaço de algodão encharcado de cera com fogo. Esperavam que os telhados das moradias dos colonos incendiassem.

No século XVI, Jean de Lery, descreve o processo de fiação do algodão pelos indígenas:

Depois de tirar o algodão de capulhos entendem-no com os dedos sem o cardar e amontoam no chão sobre qualquer objeto: como não usam roças semelhantes às europeias, prendem os fios a parte mais comprida de um pau redondo da grossura de um dedo e de um pé de comprimento mais ou menos com uma espécie de pino de madeira da mesma grossura colocado de traves, rolam depois esse pau sobre as coxas e tecem soltando-o de mão como fazem as fiandeiras com as massarocas, e o volteiam no meio da casa ou em qualquer outro lugar, obtendo desse modo não só os fios grosseiros para redes, mas também delgadíssimos e bem trabalhados (NEVES & JUNQUEIRA, 1965, p.55).

Utilizavam o algodão para fabricação de ferramentas úteis no dia-dia, como a muçurana, um tipo de corda trançada que servia para inúmeras atividades, inclusive amarrar inimigos e tecer redes para dormir (STADEN, 1557, p. 74). Não desperdiçavam nada do algodão, aproveitavam a pluma, folhas, até as sementes. Das folhas retiravam substâncias cicatrizantes para os ferimentos. E suas sementes eram usadas para produção de um tipo de mingau.<sup>6</sup> Era notável a habilidade dos nativos americanos no lavradio da fibra, que não só coletavam o algodão, mas também possuíam uma adiantada agricultura. O algodão apanhado por eles fazia consórcio com outras culturas de viveres, sendo esse tipo de cultivo utilizado no Brasil nos primeiros anos da colonização no século XVI (COELHO, 2002, p. 6).

Nesse momento, contrariando o exclusivismo do açúcar, existia um comércio ainda débil do algodão no século XVI. Havia relatos de navios franceses e portugueses que desembarcavam no Brasil, trocavam machados, espadas, pentes, espelhos por algodão, pau-brasil, penas e pimenta com os índios (STADEN, 1557, p. 58). Esse mercado acontecia muito antes da efetivação da colonização, tal como o pau-brasil e outros produtos, o contato dos portugueses e franceses com o algodão, deu-se por vias do escambo (COELHO, 2002, p. 7).

---

<sup>6</sup> COELHO, Alexandre Bragança. **A cultura do algodão e a questão da integração entre preços interno e externo.** Dissertação (dissertação em economia) – Faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.153. 2002.

Caio Prado Jr., em *“História econômica do Brasil”*, não faz menção alguma ao algodão ou a qualquer outra atividade que foi praticada no Brasil durante os primeiros anos de sua colonização. Frisou o pau-brasil e sua contribuição na formação de pequenos aglomerados urbanos e feitorias, usadas para o armazenamento e embarque da madeira. Menciona as desavenças entre portugueses, contrabandistas franceses e índios (PRADO, 1973, p.15). Mas, não foi só o pau-brasil essa primeira atividade mercantilista. Os lusitanos deram preferência ao segmento, tal como ao açúcar.

Com a vinda dos primeiros colonos ao Brasil, o algodão começou a ser cultivado e utilizado, graças ao conhecimento passado pelos índios. Segundo Coelho (2002, p. 24), no final do século XVI, havia na Bahia muitas fazendas que cultivavam algodão e açúcar. No entanto, a atividade açucareira foi a atividade exportável escolhida devida ao alto valor no mercado.

A cana-de-açúcar necessitou de grandes extensões de terras férteis e mão-de-obra. Para preencher essa demanda, os colonizadores fizeram proveito da diferença que exista entre as diversas etnias tupi-guarani do litoral.<sup>7</sup> Alianças eram formadas através da troca de bens, casamentos de mulheres tupis com homens brancos e cooperação com uma tribo para hostilizar outra. A guerra indígena era uma saída para obtenção de escravos pelos portugueses, mais tarde agiam mutuamente para o apresamento dos índios do interior ou através das missões jesuítas (CAMPOS, 2001, p. 65).

Por outro lado, o algodão era pouco utilizado na Europa devido à utilização da lã e do linho para confecção de vestimenta. O algodão nesse período equiparava-se aos gêneros de roçado, cultivado pelos pequenos e médios produtores para o consumo interno. Era muito usado para confecção de roupas na colônia para a crescente demanda de escravos. Nesse período, havia um problema de abastecimento de tecido vindo de fora. O artesanato têxtil nesse período era em geral praticado pelas camadas mais pobres da população, mulheres, índios e escravos (COELHO, 2002, p. 24).

Prado Jr. (1973, p. 26-27), designou essa atividade como acessória, fundamental para manter alimentada a população envolvida nessa economia de exportação do açúcar e tabaco. Essas atividades assessorias eram praticadas nas mesmas fazendas onde a cana-de-açúcar era cultivada. No entanto, era voltada a subsistência. Envolvia também os mesmos agentes na produção que era o escravo africano. Como Coelho (2002), Prado cita o índio que fez dessa atividade um meio de adquirir bens de consumo que necessitavam já que muitos deles

---

<sup>7</sup> Alguns autores acreditam que existiam no litoral do Brasileiro em 1500, acerca de um milhão de índios. A violência e as epidemias varreram essa população da costa.

estavam inseridos no modo de vida européia. Além disso, havia uma exploração rural diferente das grandes lavouras, o proprietário era o próprio produtor auxiliado por outros membros de sua família, raramente tendo escravo.

### **O algodão no Norte brasileiro**

A economia do algodão está ligada intrinsecamente a história do Norte (atual Nordeste), incluindo Alagoas, como já foi mostrada. A historiografia brasileira está mais focada na cultura do açúcar como elemento quase único na formação geoeconômica da região. Não há dúvidas quanto o papel do açúcar, pois se arraigou na cultura nordestina, conferindo a seus detentores poderes políticos e econômicos. O algodão, por outro lado, foi popularizado pelos menos abastados das camadas inferiores da sociedade. Graças a isso, o algodão foi ganhando os terrenos tidos como inférteis pela cultura açucareira, já que esta requeria melhores solos. O algodão não exigia muito, sobrevivia em clima mais árido e terrenos pobres, muito abundantes no Nordeste (TENORIO; GOLBERY, 2013. p. 144).

Para começar a falar do algodão é necessário falar do açúcar, pois ambos estão intimamente relacionados no contexto da formação socioeconômica do Norte. A perda hegemônica do açúcar no Norte deu-se devido às invasões estrangeiras, principalmente da capitania Pernambucana pelos holandeses no século XVII. Apesar de Portugal possuir o monopólio do açúcar, sua política frágil foi incapaz de manter sua integridade de suas rotas comerciais, pois devido aos direitos de sucessão monárquicos o país passou, juntamente com suas colônias ao domínio da Espanha. Os espanhóis rapidamente cessaram o comércio do açúcar com a Holanda, antigo parceiro de Portugal, que investiu consideráveis capitais na indústria da produção açucareira, sobretudo na capitania da Pernambuco. Os holandeses invadem Salvador (1624-1625) e Pernambuco (1630-1654). Somente após vinte e quatro anos de luta, os portugueses expulsam os batavos do Brasil e retomam Pernambuco. No entanto, o estrago estava feito, plantações inteiras foram devastadas, a força de trabalho dispersa, sua população horrorizada pelas barbáries cometida pelos invasores (CARVALHO, 2016, p. 48-73).

No século XVII, o algodão já ganhava espaço, mesmo durante a ocupação holandesa, pois apesar de seus esforços estarem voltados para a produção açucareira, eles incentivaram o cultivo de gêneros alimentícios para abastecer a região e diminuir a dependência da importação. Carvalho (2018, p.74-76), reitera que ao sul dos domínios holandeses,

posteriormente Alagoas, os batavos incentivaram a diversificação econômica voltada ao abastecimento interno, já que a maior parte do território estava fora da zona do açúcar, sendo somente entre Recife a Porto Calvo o cinturão açucareiro.

O holandês deixou o caminho da diversidade de gêneros alimentícios em Alagoas, apesar da predominância açucareira. A cultura algodoeira progredia ao passo que ganhava maior importância e destaque no cenário mundial. Por outro lado, o açúcar apesar de continuar sendo o gênero primário, foi fortemente abalado com a concorrência das Antilhas holandesas que passaram a produzir açúcar melhor e mais barato. Pois, inovaram os meios de produção em relação ao Brasil (CARVALHO, 2016, p. 75).

O efeito econômico foi sentido em diversas regiões do Norte, como no Maranhão que com o fim da invasão holandesa iniciou o seu processo de reconstrução econômica. Apesar da restauração dos engenhos e do exponencial aumento da produção açucareira, a região ganhou destaque na produção do algodão. Sua importância foi tanta que os fios e tecidos passaram a ser usados como moeda na região (RODRIGUES, 2004). Foi no Maranhão que a cultura do algodão se mostrou promissora, pois era uma região seca, pobre e inexpressiva para vida colonial, repentinamente tornou-se uma das mais expressivas.<sup>8</sup> Graças a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1756-1777), a qual monopolizou o comércio do gênero, fornecendo várias concessões aos produtores desde crédito, escravos, até ferramentas com o intuito de incentivar a produção algodoeira. Embora sua concessão fosse negada em 1777, a Companhia deixou sua marca ascendente no algodão (PRADO JR, 1978, p. 12).

No século XVIII, o avanço na técnica da produção têxtil, graças à máquina a vapor, impulsionou o consumo do algodão por parte da Inglaterra, a maior consumidora do mundo na época. A qual viu insuficiente a produção da matéria prima em suas possessões nas Antilhas, Caribe e América Central. Rapidamente, as autoridades coloniais viram a oportunidade e logo incentivaram a produção do algodão no Brasil. No entanto, os portugueses não conformados com o seu sucesso, iniciaram uma sequência de alvarás, leis e determinações proibindo o funcionamento das manufaturas na colônia, pois achavam a agricultura e o comércio de ouro em Minas mais lucrativo e temiam o esvaziamento de ambas (PRADO JR, 1978).

Foi um golpe para a nascente indústria têxtil brasileira, que ficou restrita a tecer panos grosseiros que serviam para vestir escravos e os menos abastados. Por outro lado, a crescente

---

<sup>8</sup> A colonização do Maranhão segundo os historiadores deu-se por conta dos franceses que tinha reais propósitos comerciais. Trouxeram consigo inúmeros profissionais como: artesões, carpinteiros, serralheiros, tecelões, sapateiros, alfaiates, astrônomos, padres entre outros. Mas logo depois os portugueses sob o comando de Jerônimo de Albuquerque expulsaram os franceses da região, encerrando a França Equinocial.

população de Minas deu um suspiro ao segmento, já que os colonos que ali se estabeleciam precisavam de roupas. O Brasil continuou dependente dos tecidos ingleses. Por outro lado, os Estado Unidos da América (EUA), recebiam sementes melhores, incentivos e subsídios do governo federal para a produção e beneficiamento da fibra branca (PRADO JR, 1978).

Mesmo assim, o algodão rendia lucros aceitáveis às receitas provinciais nordestinas. Muitas vezes, esse recurso era dirigido à infra-estrutura das cidades, das estradas e portos que eram utilizados pelo comércio. O relatório do presidente do Maranhão, Eduardo Olimpio Machado, em primeiro de novembro de 1853, retratou que a receita do algodão proporcionou a construção do canal de Arapahy para facilitar o transporte de gêneros e fluir a produção que antes era feita pela perigosa passagem do Boqueirão. Ele ainda faz uma abordagem dos cinturões mais produtivas da província, destaque para as plantadoras de algodão de Itapicuru, Caxias e Munin.<sup>9</sup>

Uma peculiaridade do Maranhão em relação às outras províncias do Norte é que o açúcar ali não se equiparou ao algodão ou predominou. Em quase todas as fontes analisadas o algodão configurou-se acima do açúcar. Como no relatório de Eduardo Olímpio, no qual o algodão superou em trinta e cinco mil sacas o açúcar. A importação do caroço do algodão chegava a cinqüenta mil e a dez a do açúcar (MACHADO, 1853).<sup>10</sup>

O jornal *O Correio maceioense*, de 28 de abril de 1850, relata o depoimento do ministro inglês sediado em Alagoas, lorde Howden, sobre alguns aspectos do Brasil como a escravidão, trabalho livre e agricultura. Em certa parte do diálogo, ele é questionado pelo indivíduo, creio que algum colaborador do periódico, que opinou em deixar sua identidade oculta, se majoritariamente a cultura do Brasil dar-se de açúcar e café. Ele retifica reconhecendo que as províncias do Norte cultivavam em peso o algodão, tabaco e açúcar. Cita a província de Pernambuco, produtora de algodão e açúcar e a decadência açucareira no Maranhão.<sup>11</sup> A segunda parte da entrevista é mostrada na edição de dois de maio. O ministro inglês é indagado pelo entrevistador se o Maranhão não exportar algodão, devido a não

---

<sup>9</sup> MACHADO, Eduardo Olimpio. **Discurso que recitou o senhor presidente**. Maranhão: Typografia. 1836 [http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=3478#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=23&s=0&cv=34&r=0&xywh=135%2C857%2C1047%2C738](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=3478#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=23&s=0&cv=34&r=0&xywh=135%2C857%2C1047%2C738)>.

<sup>10</sup> O Maranhão continuou com sua expressiva produção até a primeira metade do século XIX, quando os custos crescentes das lavouras de café no Sudeste exigiram um grande número de mão de obra, o que levou o aumento do mercado escravo, pois era mais lucrativo vende-los que plantar algodão.

<sup>11</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20185&pagfis=22> > Acesso em 16 de dezembro de 2020.

citação da província quando abordado sobre algodão. Ele responde que sim, mas o maior império, segundo ele, era Pernambuco. Um equívoco como já abordamos.<sup>12</sup>

Os bons ventos começaram a soprar para a lavoura algodoeira no Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco devido ao início da guerra civil americana (1860-1865). Pois, na região sul dos Estados Unidos da América era o principal exportador do gênero para as indústrias inglesas que, com a eclosão do conflito, ficaram impossibilitados de assegurar o compromisso com a Grã-Bretanha (CAMARGO, 1836).

Algumas fontes que retratam a situação socioeconômica do Maranhão durante o período do conflito americano mostram que o algodão realmente progredia. No ano de 1863 a província adquiriu dos Estados Unidos algumas máquinas de tecer, arados simples, descaroçadeiras, prensa de enfadar algodão, sementes de variedades diferentes, visando o melhor beneficiamento da cultura algodoeira. Além disso, a província produzia tecidos grossos para escravos, sacos e redes em grandes quantidades que são exportadas para as províncias vizinhas. Com o recurso obtido do comércio do ouro branco, as autoridades provinciais disseminavam entre os lavradores a produção da nova cultura, bem como o melhoramento das práticas já existentes do plantio do algodão. Para isso, construíram um estabelecimento para aprendizes agrícolas. A instalação contava com máquinas e arados importado de diferentes forças e espécies. Contava, inicialmente, com dez alunos, dois pensionistas e o restante subalterno ou servente, além de um professor de primeiras letras que também exercia o papel de contador na instituição, uma biblioteca com 95 volumes de diversas obras de agricultura.<sup>13</sup>

O presidente Lafayette Rodrigues Pereira, em 1866, realça a bonança vivida na colônia Santa Isabel. Fundada em 1853 pelo coronel José Coelho de Souza, situava-se as margens do rio Uru, município de Guimarães. A possessão contava com oitenta e dois indivíduos, sendo quarenta nacionais e quarenta e dois portugueses. O sistema regido era o de parcerias. A terra destinada ao cultivo era de vinte mil braças quadradas para o cultivo do algodão e cana-de-açúcar. Existiam também algumas colônias indígenas em Leopoldina que produziam expressivos carregamentos de algodão, cuja importância era canalizada para adesão de novos meios de produção a outra fração era tomada ao tesouro provincial. Em 1865, a colônia produziu trinta e duas sacas de algodão. Em fevereiro de 1866, quarenta e seis sacas, as quais

---

<sup>12</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20185&pagfis=26>> Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>13</sup> SOUZA, João Silveira. **Relatório**. Maranhão: Typo de Frias. 1860, p. 25. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=3515#?h=algod%C3%A3o](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=3515#?h=algod%C3%A3o)>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

renderam uma quantia de aproximadamente três mil quinhentos e oitenta e cinco contos de réis. Sendo que dois mil desse valor voltaram para a manutenção, compra e pagamento de despesas da produção e os mil restantes foram recolhidos ao tesouro.

Lafayette Rodrigues questiona o minguante florescimento da agricultura na província. Analisando as fontes do Maranhão, Alagoas e Pernambuco, percebe-se a mesma retórica das autoridades quanto aos métodos rudimentares empregado na agricultura. Culpando-a como uma das principais causas do atraso do setor nas províncias do Norte. O qual, acrescido ao pensamento do ferro, referência a “violência”, ignorância e a escassez da mão-de-obra, principalmente devido ao fim do tráfico negreiro em 1853. A alternativa vista foi à colonização estrangeira no propósito de preencher a carência. No Maranhão, verificou-se esse processo, bem como em outras províncias. No entanto, a província mostrou-se peculiar em utilizar das colônias indígenas para suprir essa insuficiência.

Com o fim da guerra civil americana as finanças das províncias voltaram a movimentos retrógrados, ou seja, baixaram. Esse fenômeno foi sentido em todo o Norte. Voltando à província do Maranhão, Lafayette menciona a queda do produto e, como consequência, diminuição das rendas, pois os Estados Unidos voltaram-se a produção algodoeira para recuperar sua economia. Por sua vez, a Inglaterra voltaria a comprar seu algodão. Comparado ao algodão brasileiro o americano ainda era superior.

Apesar da queda da exportação e valor do algodão bruto, a indústria maranhense progredia. A primeira fábrica têxtil do Maranhão fundada, a Companhia Industrial Caxiense, em 1883, possuía 130 teares e 250 funcionários, produzindo tecidos crus e tinto. Seis anos depois, em 1889 era fundada a Companhia União Caxiense. Gozava por volta de 220 teares e 350 operários. A primeira fábrica têxtil da capital São Luiz foi a Companhia de Fiação e Tecido Rio Anil, em 1890. Situada em Camboa do Mato, às margens do rio Anil. Seu capital inicial era de R\$ 1.600:\$000 contos de reis e possuía uma força motriz de 400 cavalos. Produzia panos grossos, finos e fios de novelo (OLIVEIRA, 2018, p. 9-10).

A província de Pernambuco também registrou esforços em suprir a privação de braços formando colônias agrícolas. Dentre as principais culturas, destacavam-se a cana-de-açúcar e o algodão. Como em outras regiões após o conflito americano houve uma redução no preço do gênero.<sup>14</sup> Caio Prado Jr. (1978), colocou em xeque a economia brasileira, no qual estava

---

<sup>14</sup> MORAES, João Pedro. **Fala do presidente da província do Pernambuco**. Pernambuco. Disponível em: <[http://ddsnex.crl.edu/titles/180?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=4308#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=61&s=0&cv=91&r=0&xywh=-199%2C800%2C2269%2C1601](http://ddsnex.crl.edu/titles/180?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=4308#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=61&s=0&cv=91&r=0&xywh=-199%2C800%2C2269%2C1601)>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

voltada exclusivamente à exportação. A sua instabilidade estava entrelaçada a variação cambial externa. Sem dúvida fez-se presente em relação ao algodão.

Na província da Bahia, destacava-se o comércio através do rio Jequitinhonha. Antes de chegar ao mar formava inúmero lagos, canais e charcos interligando as localidades. Esses úberes locais representavam toda riqueza da região produzia uma gama de cereais, legumes, algodão, açúcar, café, cacau. Em suas margens possuía inúmeras lojas de fazendas, miudezas, estabelecimentos e armazéns de compra, venda e estocagem do algodão, açúcar e diversos gêneros. A navegação a vapor no rio era sua artéria vital, transportava gêneros produzidos em suas margens e localidades próximas para outras províncias, principalmente Minas. Por lado, importava-se uma expressiva quantidade de algodão e couro de Minas, destinados para a indústria têxtil baiana.

Na Bahia construíram-se umas das primeiras indústrias têxteis do Norte do país, a Fábrica de Todos os Santos, fundada em 1844, iniciativa de Antônio Pedrosa Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda e o americano J. Guilherme. Foi a mais importante e maior da região durante o império. Essa fabrica possuía 2.084 fusos e 50 teares produziam duas mil peças de pano por dia, podendo chegar a 2.400. A matéria prima consumida em parte provinha de Alagoas. O algodão baiano achava-se entre 5 e 7 abaixo da província vizinha, devido ao diferencial no amanhado e tratamento. Diferentemente da típica constituição operária das demais, possuía mais homens que mulheres. Possuíam faixa etária de até 25 anos, sendo a maioria menos que essa. Os rapazes eram recrutados dos seminários de ofício da cidade, eram disciplinados e qualificados tanto quanto os melhores operários europeus. As mulheres eram tiradas das classes carentes, algumas da extrema pobreza. Aprendiam a ler, escrever e o ofício da tecelagem (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

Outras fábricas seguiram-se: Santo Antônio do Queimado, a qual começou a ser construída em 1839, inaugurada em 1840. Inicialmente, operava com motor hidráulico, depois passou a usar motor a vapor de 18 cavalos. Possuía 39 teares franceses e produzia 1.500 peças de tecidos por dia. Além de Nossa Senhora do Amparo, Modelo e Conceição (OLIVEIRA, 2018, p. 8-09).

O algodão foi dinâmico e adaptável a diversas condições. Era encontrado do litoral ao interior. Apesar de constatamos que o algodão da Zona da Mata era inferior do Agreste e Sertão. Geralmente suas fibras amarelavam mediante aos altos índices pluviométricos e solos úmidos que prejudicava a qualidade da fibra. Mas, o interessante é que a existência do algodão no litoral proferido por alguns historiadores como Moacir Santana, Douglas Apratto, Manuel Correia, quebra em parte a velha perspectivar historiográfica dos antigos historiadores

como Caio Prado Jr., que conceituavam a formação socioeconômica do Brasil, incluindo as províncias do Norte, somente pelo viés do “quarteto econômico” (pau-brasil, açúcar, ouro e café) esquecendo-se do algodão. O ouro branco foi tão importante quanto aos outros gêneros. Inaugurou uma fase industrial no país, principalmente do Sudeste: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, além do Norte do Brasil. Fez surgir à luta por melhores salários e condições do trabalhador, através da concepção dos sindicatos operários, greves, associações, grêmios entre outros. Coisas que o açúcar, pau-brasil, ouro e o café não instauraram, somente permearam a velha política caudilhista. Essa perspectiva a respeito do algodão vale também para a Europa, refletindo na formação do proletariado, por sua vez, conduziram aos movimentos socialistas do século XX.

Retornando para a abordagem das províncias do Norte, o Maranhão detinha no algodão o gênero mais rentável ao contrário da Bahia que era o açúcar. Esse fato pode ser explicado devido ao enraizamento açucareiro presente desde os tempos coloniais, o qual passou a reger toda vida social. A Bahia não foi única, seguiu-se Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Somente as províncias geograficamente situadas ao norte; Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão ficaram livres dos grilhões açucareiros, embora a cultivassem sem a primazia vista nas primeiras províncias. Essa ênfase açucareira baiana e vista, por exemplo, no relatório do presidente, Manuel Pinto de Souza Dantas, no qual ratificou que o algodão produzia oitenta e três arrobas o açúcar seis mil trezentos e cinco arrobas.<sup>15</sup>

Em Alagoas, os números do algodão eram semelhantes aos da Bahia. Poucas foram às vezes que o algodão transpôs o açúcar. A economia alagoana concebeu uma dependência demasiada pela cana-de-açúcar. Mais tarde foram responsáveis por arrastarem o estado à falência e caos no final do século passado. Mesmo durante o sangrento conflito armado norte-americano nos anos (1861-1865), o algodão não suplantou o açúcar. Como ostentado pelo presidente provincial, João Marcelino de Souza Gonzaga em 1863.<sup>16</sup> Douglas Apratto, em *O ciclo do algodão e as vilas operárias*, reafirma a concepção da prevalência do açúcar em relação ao algodão. Curtíssimos ou imperceptíveis e insignificantes foram às vezes que a fibra branca se manteve a frente do açúcar.

No Rio Grande do Norte, o algodão sobrelevou-se a frente da cana-de-açúcar. Como constatado por José Antônio de Miranda, presidente provincial em 1869. A diferença foi de

---

<sup>15</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=3015#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=45&s=0&cv=153&r=0&xywh=-157%2C775%2C2200%2C1552](http://ddsnext.crl.edu/titles/165?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=3015#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=45&s=0&cv=153&r=0&xywh=-157%2C775%2C2200%2C1552)> Acesso em 17 de setembro 2019

<sup>16</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=2775#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=47&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1173%2C-1%2C4105%2C2896](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=2775#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=47&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1173%2C-1%2C4105%2C2896)> Acesso em 17 de setembro 2019.

cento e noventa e sete mil arrobas em comparação ao açúcar. Houve o fechamento da casa de arrecadação do algodão na capital, intentando diminuir impostos sobre o produto e incentivar o plantio pelos lavradores. A tarifação sobre as sacas exportáveis passou exclusivamente a ser exercido nos pontos de embarque. Foi um raro evento em reduzir impostos sobre o fibra branca, a qual rendia consideráveis lucros. Em meados de 1887, o algodão ainda era a principal fonte de riqueza da região, apesar de estar em baixa nos mercados e auferindo diminuição na receita provincial. Ainda assim, as maiorias dos produtores do Rio Grande do Norte cultivavam algodão devido ao baixo custo operacional de produção e a extração das fibras se fazia em pouco tempo, diferentemente do café e do açúcar.<sup>17</sup>

A grande estiagem 1877 a 1878 agravou a situação da agricultura nas províncias do Norte, deixando um rastro de morte e desolação. No ano de 1881, a chuva atingiu a região central da província animando os agricultores a produzir mais algodão. Em 1890, houve um grande número de pessoas que abandonavam suas terras e embarcavam nos vapores rumo aos portos de Belém e Manaus, tendo como principal a oscilação das chuvas. A estiagem severa causou oscilações nas finanças, abandono da atividade agrícola e êxodo da população.<sup>18</sup> Essa emigração trouxe a escassez da oferta da mão-de-obra para trabalhar nas lavouras e de sua maior riqueza, o algodão.<sup>19</sup> Nesse mesmo ano, as autoridades asseguraram a importância do açúcar e algodão como únicas fontes de riqueza agrícola. Contudo, nos últimos anos o preço dessas culturas depreciou-se, inclusive a canavieira. Precisou-se de uma nova iniciativa em relação a outros gêneros agrícolas.

Na província do Ceará, entre os mais populares e rentáveis gêneros estavam o algodão e o café. Esse último em meados dos anos 1850 era mais abundante e rendia mais que o algodão. No entanto, foi nos anos 60 que o algodão progrediu e o café cearense declinou. Primeiramente, devido à alta do preço da fibra branca, pouco capital exigido e rápida produção. Por outro lado, a falta de recursos, inovação agrícolas na lavoura cafeeira, resultaram em doenças e prejuízo. Por outro lado, a produção em larga escala do gênero no

---

<sup>17</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=3148#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=104&s=0&cv=152&r=0&xywh=2%2C1417%2C2184%2C1541](http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=3148#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=104&s=0&cv=152&r=0&xywh=2%2C1417%2C2184%2C1541)> Acesso em 17 de setembro 2019.

<sup>18</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=822493&Pesq=ALGOD%c3%83O&pagfis=80>> Acesso 10 de novembro de 2020.

<sup>19</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720496&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20190&pagfis=1184>>. Acesso em 05 de novembro de 2020.

Sudeste do país apresentou melhor qualidade e produtividade em relação ao café do cearense, do mesmo modo de toda região Norte, levando-o sua derrocada.<sup>20</sup>

O crescimento do algodão levou os produtores a cobrarem das autoridades mais segurança, locais adequados para armazenamento e funcionários preparados para taxar as sacas de algodão nos locais de exportação. Já que havia registro de inúmeras fraudes no comércio do algodão.<sup>21</sup> Era comum encontrar reclamações das autoridades provincianas e estrangeiras, sobretudo da Inglaterra quanto à qualidade do algodão brasileiro. Incalculáveis práticas espúrias faziam-se comerciantes de má índole. Dentre as mais comuns eram encher as sacas com pedras, resto de galhos ou molhar para alterar seu peso e valor. Falsificação na identificação dos fardos, alterações de lacres, selos e até mesmo furtos nos galpões e armazéns. Isso tudo prejudicava a qualidade, sobretudo a imagem e confiabilidade do algodão brasileiro no mercado internacional.

Visando combater tais praticam ilegítimas e o merecido tributo, as autoridades cearenses regulamentaram o comércio do algodão, através da lei nº 1.961 de 14 de setembro de 1881, no qual orientava que todo saco de algodão que entrasse na província pagaria 80 reis, de estopa 20 reis. Além disso, impôs a toda indústria têxtil estabelecida o pagamento de 50 reis por metro de tecido e 10 reis por pano de saco.<sup>22</sup>

A província de Sergipe também registrou aumento da produção algodoeira no período do *boom* da fibra no século XIX. Contudo, sua riqueza baseava-se na produção do açúcar. Porém, no distrito de Itabaiana existia um comércio de compra e venda do caroço do algodão.<sup>23</sup> O pouco que a província produzia era voltado à confecção têxtil, sendo necessária a importação de Alagoas, Bahia e Pernambuco.<sup>24</sup>

O aumento da cultura algodoeira fez realizar-se melhorias na infra-estruturar dos portos sergipanos. O jornal *O correio sergipano*, de 1864, salienta as reivindicações por parte

<sup>20</sup> MARCONDES, Francisco Ignácio. **Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa**. Fortaleza: Typo. Brasileira de Paiva. 1865, p. 19. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=algod%C3%A3o%20&item\\_id=3120#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=38&s=0&cv=16&r=0&xywh=-1400%2C-1%2C4814%2C3396](http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms=algod%C3%A3o%20&item_id=3120#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=38&s=0&cv=16&r=0&xywh=-1400%2C-1%2C4814%2C3396)> Acesso em 10 de novembro de 2020.

<sup>21</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20188&pagfis=6556>> Acesso em 10 de novembro de 2020.

<sup>22</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=t%C3%AAxtil&pasta=ano%20186&pagfis=15162>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>23</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228010&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20187&pagfis=4>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>24</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228010&Pesq=algod%20a3o&pagfis=778>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

dos produtores de algodão, açúcar e do couro para realização por parte do governo provincial das melhorias necessárias. Necessariamente em dois trapiches existentes na capital para melhor receber, guardar e dar segurança da produção agrícola da província.<sup>25</sup> Esse mesmo periódico, de cunho mercantil, estimulava e produção algodoeira, exemplificando a papel da Inglaterra no mundo algodoeira.<sup>26</sup>

Uma onerada tributação recaía sobre o algodão sergipano. Comprava-se 5%, salvo porem pagando 4% se despachado da mesa de Vila Nova e suas agências. Pagava-se ainda 40 reis por arroba do algodão. A resolução nº 794, de fevereiro de 1866 autorizava o imposto sobre o açúcar, algodão e mel que navegasse nos rios Japarutuba e Pomunga. Sendo 800 R\$ reis por caixa de açúcar e saca de algodão. O imposto recolhido era convertido para despesas de conservação dos rios e canais. A resolução de 1880, nº 1151, artigo 42, estipulava que para cada máquina de descarregar algodão movido a vapor, o proprietário pagaria uma taxa anualmente de 6\$ reis e 4\$ reis para bolandeira ou máquina movida a braço. Ao infrator era aplicável uma multa de 10\$000 reis ou cinco dias de apreensão.<sup>27</sup> O jornal *A Reforma*, de 20 de maio de 1888, contesta tamanho impostos aplicados a indústria do algodão em relação à açucareira, o qual só traz atraso à agricultura e leva a miséria dos agricultores.<sup>28</sup>

A navegação do São Francisco representava uma jóia para o comércio da província, diferentemente das estradas penosas e de péssimas condições. Tanto na margem esquerda e direita do rio, existiam inúmeros povoados, vilas, cidades, arraiais e fazendas. Essa região produzia algodão, grande parte destinava-se a Sergipe. Segundo o *Correio Sergipense*, de 11 de janeiro de 1860, a mesa de rendas de Alagoas, situada na cidade de Penedo, constatou que o bruto da exportação de algodão dali foi superior à da capital da província, Maceió, perto de 10:000U000 reis.<sup>29</sup>

Assim como em Alagoas, Pernambuco e Bahia, muitos dos senhores de engenho sergipano cultivavam algodão, por exemplo, o *Correio Sergipense* de 1861 divulga que o

<sup>25</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=810070&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=7>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>26</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=810070&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=15>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>27</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228010&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=572>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>28</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813044&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20188&pagfis=223>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>29</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222763&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=5546>> Acesso em 26 de dezembro de 2020

tenente coronel Felisberto de Carvalho e Andrade vendia seu engenho Oriente, situado nas imediações do rio Sergipe, freguesia de Nossa Senhora das Dores. Esse burgo possuía bom terreno para o plantio de diversos gêneros, inclusive para o algodão. Nessa freguesia havia fazendeiros, comerciantes de molhados, drogas, ferragem, miudezas e caroço de algodão. Como Firminiano José de Andrade, que vendia 54 barricas cheias de sementes de algodão de boa qualidade procedente dos Estados Unidos EUA.<sup>30</sup> Além da negociação de sementes a província importava grandes quantidades de estopas de algodão.

Sergipe nos anos de 1870 foi assolada por uma crise financeira devido às más condições da agricultura, causada pelas irregularidades das estações, queda no preço do algodão e açúcar, principais gêneros da província.<sup>31</sup> Uma peculiaridade de Sergipe em relação a Alagoas era que o governo concedia privilégios exclusivos para quem quisesse fundar fábricas de tecidos, diferentemente de Alagoas que se mostrou irredutível em reduzir impostos e aumentar a carência das isenções. Por esse motivo eram constantes reclamações dos diretores, sócios e empreendedores das indústrias existentes em Alagoas. Sendo um dos inúmeros motivos do desastre da indústria alagoana. O *Jornal de Sergipe*, 1º de maio 1880, anuncia privilégios especiais por trinta anos aos cidadãos Eugenio Jose de Lima, Antonio Joaquim Correia e Ribeiro Guimarães para que possa fundar uma fábrica de tecido na província.

Em 1881, a imprensa pressiona o governo para construção de uma estrada de ferro ligando Aracaju a cidade de Simão Dias. O trem a vapor possibilitaria o transporte dos gêneros cultivados. Partindo da capital para Laranjeira, cidade importante pelo comércio. Durante o percurso transitaria por inúmeros engenhos em direção a mais populosa e rica comarca da província, Itabaiana, onde existiam imensas plantações de algodão e de outros gêneros. Passaria pelas matas de Itabaiana, próximos aos povoados de São Paulo e Pedra Mole, onde havia grandes plantações de algodão e cereais, com terrenos aptos para engenhos de açúcar, plantação de café, cacau entre outros. Finalmente, chegaria a Simão Dias, conhecida como o celeiro da província, por seus engenhos, fazendas de café e terrenos para o plantio do algodão. Situava-se ao oeste de Aracaju e vizinha a província da Bahia. Sua feira

---

<sup>30</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228010&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20187&pagfis=16>> Acesso em 26 de dezembro de 2020

<sup>31</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228010&Pesq=algod%a3o&pagfis=539>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

era notável e comércio grande, principalmente do gado, cavalos, suínos, couro, tabaco, algodão, açúcar e cereais.<sup>32</sup>

A primeira fábrica têxtil foi a Sergipe Industrial, fundada em 1882, por João Rodrigues da Cruz, inaugurada oficialmente em 20 de abril de 1884. Ocupava um vasto prédio, tendo ao lado um elegante *chalet*, residência do gerente. Possuía uma capela e um grande número de casas para os operários. Contava para o serviço 184 máquinas de diferentes espécies, todos com um potente motor de força de 70 cavalos. Produzia fazendas grossas, lisas, trançadas, algodãozinho, riscadas e fios em novelo. Nos anos finais do império, entre 1887 a 1888, sua produção foi de 1.494.120 metros de fazenda lisa, 315.570 metros de fazenda trançada, 7.800 metros de fazenda de cores e 17.700 quilogramas de fio de algodão. Prestava um serviço imprescindível à população empregando 62 operários de 11 a 45 anos, dos quais, dois eram estrangeiros e 218 operárias, de 10 a 25 anos, todas brasileiras e filhas da província. No serviço externo, empregava mais 120 pessoas, nas oficinas, ferrarias e carpintarias. Manipula cinco mil fardos interno de algodão, provenientes dos municípios de Itabaiana e Nossa Senhora das Dores.<sup>33</sup>

Em 1900, existia outra fábrica, a Companhia Industrial de Estância, iniciou seu trabalho em 1896. Situada a margem direita do rio Piauí, sua sede baseava-se na Bahia. Possuía 160 teares e anexo a prédio tinha uma tinturaria. Consumia o algodão produzido no estado.<sup>34</sup>

Apesar de o insumo ser empregado em suas próprias fábricas têxteis era inferior comparado de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, devido ao descuido do seu beneficiamento, sobretudo em Itabaiana. Os exorbitantes fretes cobrados no transporte pelos rios atrasavam o desenvolvimento econômico do estado, embaraçando a extensão das lavouras, cujo produto não achava de fácil saída. A indústria limitava-se a cinco fábricas de tecido, uma de descaroçar algodão, uma de óleo de caroço de algodão, uma de mamona e outra de beneficiar arroz no rio São Francisco.<sup>35</sup> O ano de 1913 apresentou intensas chuvas prejudicando as

---

<sup>32</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228010&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=958>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>33</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813044&Pesq=ALGOD%c3%83O&pagfis=553>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>34</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&Pesq=ALGOD%c3%83O&pagfis=200>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>35</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20191&pagfis=850>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

principais safras, mas foi o algodão em tecido com 1.349.981 quilos no valor de 1.705:037\$200 mil-réis; algodão em rama 698.997 quilos, no valor de 493:436\$400 mil-réis e o açúcar 18.452.691 quilos, no valor 4.150:816\$171 mil-réis, que mais contribuíram para a receita do estado. Depois desses dois gêneros, o arroz foi que mais contribuiu para exportação.<sup>36</sup>

Objetivando dar impulso a atividade industrial sergipana foi promulgada a lei n. 698, de 12 de novembro de 1915, na qual as indústrias têxteis gozariam de isenção de impostos por 10 anos.<sup>37</sup> Em 1917, eram oito fábricas têxteis em operação em Sergipe: Aracaju (Sergipe Industrial, Fábrica Confiança), Estância (Santa Cruz, Senhor do Bonfim), Propriá (Empresa Industrial de Propriá), São Cristóvão (Empresa Industrial de São Cristóvão), Vila Nova (Fábrica de Fiação e Tecido de Algodão, Empresa Têxtil).<sup>38</sup>

Apesar da baixa do preço do algodão no mercado sergipano e de sua inferioridade em relação a outros estados, o setor têxtil encontrava-se em auge durante as primeiras décadas do século XX. Após a fundação da Sergipe Industrial, em 1882, outras surgiram, graças ao governo local que passou a dar incentivos fiscais para fundação de novos empreendimentos têxteis. Durante o Império, a isenção dada pelo governo sergipano era de 30 anos, circunstância inexistente em Alagoas durante o período. Na República houve uma redução de 20 anos, posteriormente em 10 anos.

Em 1917, as maiorias das fábricas sergipanas usavam a lenha, devido à disponibilidade de madeira, principalmente nos arredores de Itabaiana. A Empresa Industrial de São Cristóvão utilizava, além da lenha, querosene e gasolina, pois seu maquinário era um pouco melhor que as demais empresas. Obtinha uma força de 350 H.P, ficando atrás da Sergipe Industrial que apesar de possuir um maquinário mais forte com uma força entre 600 H.P, era rudimentar a base do vapor a motor e a explosão utilizando lenha. A Sergipe Industrial também detinha o maior maquinário em torno de 320 unidades em pleno funcionamento, produzindo uma quantidade em torno de 4.473.759 metros de pano em 1916. Somente as empresas Companhia Industrial de Estância, Empresa Industrial de Própria e a

<sup>36</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&pesq=ALGOD%20C3%83O&pasta=ano%201911&pagfis=1000>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>37</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&Pesq=ALGOD%20C3%83O&pagfis=1274>> Acesso em 26 de dezembro de 2020.

<sup>38</sup> Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa de Sergipe, 1917. BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&Pesq=Sergipe%20Industrial&pagfis=1336>> Acesso em 27 de dezembro de 2020.

Fábrica de Fiação e Tecido de Algodão utilizavam todo potencial maquinário. Ficava de fora a Empresa Industrial de São Cristóvão que de seus 220 maquinários utilizavam 160. No entanto, obtinha a especialidade na produção de brim e morins. A fábrica Senhor do Bonfim, desfrutava de 156 máquinas, utilizava 130. Seu maquinário era moderno movido por combustível fóssil, sendo o único a usar o petróleo. Por outro lado, confeccionava melhor seus produtos, algodãozinho, brim, colcha, bulgarianas, toalhas e tintas vegetais.

Apesar da produção da Fábrica Sergipe Industrial voltar-se a tecidos grossos e sacos, empregava mais gente que as demais, em torno de 705 pessoas, desses 568 eram mulheres. Seguida da Fábrica de Fiação e Tecido de Algodão de Vila Nova, com 590 funcionários, 420 mulheres e 170 homens; Companhia Industrial de Estância, com 500 funcionários, 360 mulheres e 140 homens. Somente a Empresa Têxtil de Vila Nova possuía mais homens que mulheres que ocupavam quase a metade das vagas. Por que as mulheres ocupavam a maior parte das vagas? Devido à morosidade das atividades fabris em relação ao campo, não que o trabalho nessas fabricas, muitas vezes com péssimas acomodações e higiene, fosse fácil, mas comparados ao campo era menos penoso. Muitas vezes, o “valente” e “viril” homem menosprezava esse trabalho, abrindo espaço para as mulheres. O antigo sistema do engenho bangüê estava ruindo a mulher passou a ser protagonista no novo mundo industrial. Muitas iam trabalhar nas fabricas para ajudar seus maridos que se revezavam entre o campo e o trabalho têxtil. Os capitães do algodão preferiam mulheres porque se seguia uma logística capitalista, pagando-se menos a mulher potencializava os lucros. Além disso, as fabricas têxteis serviam de internatos para jovens mulheres. Lá auferiam salários, ensino primário e ofício, ficando livre da violência, do qual a mulher era mais vulnerável.<sup>39</sup>

A província da Paraíba tinha o algodão como principal fonte de renda, o açúcar figurava gênero secundário seguido do gado.<sup>40</sup> Apesar do sertão, durante o período imperial, ser povoado, a maior parte desse terreno era arenoso, impróprio para a agricultura, o restante era fértil, principalmente as serras e proximidades dos rios, onde havia plantações de cana, algodão, legumes, mandioca, inhames e frutas. Possuía mata rica em pau-brasil, maçaranduba, pão ferro.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Para quem deseja estudar o mundo das mulheres no setor têxtil, ver *O ciclo do algodão e as vilas operarias*, de Douglas Apratto.

<sup>40</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20185&pagfis=199>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>41</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817473&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20185&pagfis=44>>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.

O folhetim *O Governista Paraibano*, de 1850, edições 15, 16 e 20 faz uma representação estatística das cidades da província mostrando a produção algodoeira. A vila de Mamanguape era uma vila florescente situada às margens do rio de mesmo nome. Ali se cultivava algodão e açúcar e suas matas possuíam boas madeiras para construção. Recomendava-se o melhoramento do porto do rio para incrementar o comércio da região. A vila de Pilar, situada a margem esquerda do rio Paraíba, denominada antes de cariris, devidos aos índios de mesmo nome ser seus primeiros povoadores. Cultivava algodão e açúcar nos povoados de Canafístula e Itabaiana. A vila de Ingá também cultivava o açúcar e o algodão, bem como, a cidade de Areia. A povoação Alagoa-Nova produzia essencialmente algodão.<sup>42</sup>

A maior parte da produção agrícola paraibana destinava-se a cidade do Recife, sobretudo o algodão. Com o aumento das safras e preço do algodão no mercado, a partir de 1850, levou as autoridades paraibanas a requisitar o pagamento de exportação pela província pernambucana sobre algodão, açúcar e couro. Ficando a cargo dos fiscais do algodão e açúcar marcarem e discriminarem devidamente as sacas desses produtos que se destinavam a Pernambuco.<sup>43</sup> Em 1851, a alfândega da Paraíba registrou a entrada em seus armazéns um número de 25.634 sacas de algodão. Cobravam-se 5% sobre a exportação do algodão.<sup>44</sup>

A agricultura da Paraíba padecia devido à falta de braços, vias de transporte, secas interruptas que levavam o flagelo à população e a ignorância e espírito rotineiros dos agricultores. Muitos distritos agrícolas viam seus produtos estragarem por falta de transporte para ao litoral. Quando conseguia chegar aos portos de Mamanguape e da capital, o preço do produto servia somente para pagar as despesas de transporte, desanimando o lavrador. Isso somada à falta de animais de raça e resistentes para carregos, devido à degeneração da raça cavalar na província. A indústria paraibana era quase inexistente, limitando-se a poucas oficinas de marceneiros, ferreiros, oleiro, chapeleiro, padeiro e funileiro.<sup>45</sup>

Diante desse cenário nefasto, o algodão progredia na Paraíba atingindo enormes proporções no primeiro semestre de 1861. Abarrotou a antiga casa de inspeção do algodão

---

<sup>42</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817473&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20185&pagfis=76>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>43</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817473&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20185&pagfis=176>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>44</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=232>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>45</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=37>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

com suas sacas. Existiam 10 empregados que eram o administrador, tesoureiro, 1º escriturários, um feitor, dois conferentes, um agente, um porteiro, um pesador e marcador.<sup>46</sup>

O folhetim *A Regeneração, jornal político, literário, noticioso e comercial*, de 1861, dirigiu-se aos agricultores sobre a importância agrícola, econômica e industrial do algodão. Destacando a Inglaterra em relação à França, Alemanha e Suíça, como maior consumidora de algodão, devido suas cidades predominarem a indústria têxtil, havia uma dependência do consumo da matéria prima. Essa falta causava recessão e miséria da população. Devido ao conflito nos Estados Unidos, a província deveria tirar proveito da cultura algodoeira.<sup>47</sup>

O mesmo jornal faz uma análise voltada aos agricultores do algodão e açúcar na província. O primeiro gênero ergueu a lavoura e a abundância de muitos fazendeiros, no entanto sofreu revés com a praga do mofo e o aumento do preço do açúcar deslocando muito braços da agricultura a cultivá-lo. Ambas as circunstâncias haviam cessado nos anos 1860, a praga era quase inexistente e o preço do açúcar caiu, levando o amargo prejuízo daqueles que trocaram o algodão pelo açúcar. O cultivo e o fabrico do açúcar são mais trabalhosos que o preparo do algodão. O senhor de engenho necessita de maior capital, braços, máquinas custosas e terrenos mais úberes que os fazendeiros do algodão. A mortalidade dos escravos era maior do que os empregados no algodão, resultado do árduo trabalho e péssimas condições sanitárias na zona de cultivo. Os escravos do algodão eram bem alimentados com legumes e cereais produzido nos roçados, apresentavam-se robustos e prolíficos, ao passo que os cativos alimentados com grandes despesas de charque ou bacalhau miravam-se ao peso da natureza do serviço. Geralmente o trabalho nos algodoeiros, empregava-se o trabalho livre ao contrário dos engenhos de açúcar. O algodão formava as pequenas lavouras da província e proporcionava recursos fáceis de subsistência e independência a qualquer homem. Em quanto que o lavrador canavieiro era quase um servo submisso as vontades do senhor de engenho.

Os municípios de Pilar, Ingá, Independência, Bananeiras, Areia, Campina, apresentavam modestos e baratos terrenos férteis para a plantação do algodão. Com os terrenos da cana acontece ao contrário, não são fáceis de obter, porque são poucos os municípios que a produzem. Os engenhos, muitas vezes estão em terrenos impróprios para a produção do açúcar, refletindo um produto de má qualidade se refletidos a cultura algodoeira dariam excelentes colheitas. Os proprietários de engenhos deveriam conscientizar-se que,

---

<sup>46</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=162>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>47</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=170>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

apesar do açúcar ser um gênero alimentício de primeira linha e seu consumo e quase universal, eram produzidos em outras províncias do Império, nas Antilhas, nos estados americanos, Índia, França e Alemanha, o açúcar da beterraba recebeu extraordinários investimentos no aperfeiçoamento, cultivo e fabricação, levando a superabundância do gênero puxando sua queda de preço. O agricultor não deve desprezar esses fatos lavando-o a aplicar uma nova cultura.<sup>48</sup>

O jornal *O Publicador*, de 1864, retrata o disputado comércio algodoeiro entre as províncias de Alagoas e Paraíba. No dia 14, vendeu-se 1.578 sacas de algodão para Pernambuco no valor de 24\$800 reis e embarcou. No entanto, com o aumento e influência do algodão de Maceió no mercado, os negociantes foram obrigados a reduzir o preço para 24\$000 e 23\$000 reis ao vapor francês *Navarre*.<sup>49</sup> O algodão da província de Alagoas passou a influenciar e competir com o algodão de outras localidades, em especial da Paraíba. Ambas as praças tinham uma produção voltada à exportação, sobretudo para Inglaterra e França. As duas também disputavam o mercado têxtil pernambucano, se não a maior consumidora das províncias do Norte. Pernambuco é citado mais do que qualquer outra província nos inúmeros periódicos, relatórios de presidentes e mensagens, tanto por Alagoas como Paraíba. Refletindo a importância desse comércio para ambas as regiões.

Nenhuma indústria têxtil foi fundada na Paraíba até o final do século XIX, apesar do atraso em relação a outras províncias existiu na região um intenso mercado de compra e vendas de descaroçadeiras e prensas modernas de excelente qualidade para enfardar algodão, algumas importadas dos Estados Unidos, segundo o folhetim *O Publicador*, de 1864,<sup>50</sup> o *Jornal da Paraíba: Órgão do Partido Conservador*, de 1888.<sup>51</sup> Havia também armazéns onde impressava, enfardava e depositava o algodão, algum deles eram Francisco Antônio Fernandes, 20\$000 reis; Francisco Alves de Souza Carvalho & Filho, 10\$000 reis; Vitorino Pereira de Araújo Vianna & C<sup>a</sup>, 10\$000 reis; José Domingues Correia, 10\$000 reis; D. Juan Busson, 10\$000 reis; Manuel Marques Camacho, 10\$000 reis e Ângelo Antunes de Farias

<sup>48</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817481&pesq=algod%C3%A3o&pagfis=174>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>49</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=86>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>50</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=170>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>51</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228397&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20188&pagfis=124>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

Torres 10\$000 reis.<sup>52</sup> Além dos importadores e exportadores de algodão e açúcar, Cahn Freres & C<sup>a</sup>, Rodrigo Carvalho & C<sup>a</sup>, Paiva Valente & C<sup>a</sup>, Castro Irmão & C<sup>a</sup>.<sup>53</sup>

A Paraíba também foi assolada pela seca de 1870, comprometendo as lavouras do algodão, açúcar e todo comércio. Houve abandono em massa das terras interioranas da província por parte da população faminta na busca desesperada para aliviar a fome e a sede. Para amenizar os efeitos da estiagem o presidente provincial, José Rodrigues Parreira Junior, mandou construir e reparar grande número de açudes e estradas.<sup>54</sup>

Assim como em Alagoas, a intensa transação algodoeira deixava exorbitante número de resíduos espalhados nas ruas levando a insalubridade. Assim, o presidente da Paraíba, Pedro Francisco Correia de Oliveira com apoio da câmara municipal, sanciona a lei nº 878, de 1º de dezembro de 1888, que rege as condições sanitárias da cidade e os impostos sobre o algodão. Em especial, o artigo 26, § 2º, proibia descartar caroço de algodão e entulho a uma distância menor de cem braças nas ruas. Os infratores sofreriam a pena de 1\$000 reis de multa e o duplo no caso de reincidência. Na mesma lei, o artigo 75, estabelecia 5\$000 reis por cada máquina a vapor de moer cana e descarregar algodão e oficinas ou fábricas a vapor. O artigo 76 instituía 5\$000 reis por cada engenho de moer cana movida à água, o artigo 77 compelia o pagamento de 2\$000 reis por cada engenho de moer cana ou máquina de descarregar algodão movido por animais.<sup>55</sup>

A industrialização da Paraíba iniciou-se no alvorecer da República, tardio se comparado a outros estados do Norte, mas sem expressão quantitativa. Essas primeiras iniciativas foram concretizadas por empresários e capitais estrangeiros. Assim, surgiu na última década do século XIX, o engenho central, depois transformado em usina São João, sobre influxo do capital holandês, a Fábrica de Tecido Tibiri, indústria de óleo de caroço de algodão, fundada pelo alemão Kronke e a saboaria Lemos. Além disso, somente duas entidades têxteis registraram presença na Paraíba: a Fábrica Tibiri, em Santa Rita, fundada em 1892 e a Companhia de Tecido Rio Tinto, em 1924 (SÁ FERREIRA, 1991, p. 29).

<sup>52</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20186&pagfis=192>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>53</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=820253&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20188&pagfis=3>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>54</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704989&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20187&pagfis=91>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

<sup>55</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228397&pesq=ALGOD%C3%83O&pasta=ano%20188&pagfis=229>> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

### **Ascensão do algodão e estagnação açucareira**

O preço do açúcar brasileiro nos mercados caiu devido à concorrência externa, somada a pragas, moléstias nos cativos e meios de produção rudimentares. Levaram o Brasil a uma drástica queda nos lucros do açúcar, embora sua produção manteve-se em níveis aceitáveis, principalmente no Norte brasileiro. Em contrapartida a lavoura algodoeira cresceu a ponto de tornar-se um gênero exportável, pois não havia no mundo algodoeiro um sistema voltado a uma mão-de-obra escrava (LACERDA, 2010, p. 425).

Em 1757, o governador de Pernambuco, Luiz Diogo da Silva fala da particularidade do solo pernambucano para cultivo da fibra. Reconhecia o desenvolvimento de teares para forrar fardamentos militares. Intentando estimular a predileção para a cultura algodoeira, propôs uma lei que obrigava os senhores de engenhos da capitania a produzir no mínimo duas arrobas de algodão por ano. Tentativa de diversificar a produção agrícola da dependência do açúcar (RIBEIRO JR., 1981, p. 2).

No século XVIII e XI surgiram no Brasil incontáveis folhetins, manuais, catálogos e recomendações no desígnio de fixar a cultura algodoeira. O livro *Memória sobre as plantações do algodão*, de José de Sá Bitencourt, descrevia ao príncipe do Brasil suas observações do cultivo algodoeiro no interior da Bahia. O declínio da cultura da mandioca e o alto grau de desenvolvimento da cotonicultura. Essa obra retrata as inúmeras espécies produtivas e improdutivas, o manuseio e etapas do cultivo do algodão. Descreve ainda as qualidades e riqueza do solo brasileiro e afirmar que o clima era fundamental para o desenvolvimento da agricultura. Atesta que cotonicultura na região a beira mar não se desenvolvia devido aos solos impróprios e climas instáveis deixando o agricultor em péssimas condições. A região mais propícia para o algodão eram as terras mais adentro (1798, p. 2).

Bitencourt expõe o algodão, cujas sementes apresentavam uma forma peculiar, produzindo um tipo de pelos que a recobria. Para quem quisesse cultivar algodão adentrasse as terras secas da caatinga, pois seu clima seco apresentava-se convidativo a cultura principalmente entre os meses de julho e setembro, durante o período seco. Detalha como cultivar corretamente o algodão, orienta o lavrador a fazer associação do algodão com diferentes culturas de milho e feijão (1798, p. 70).

Segundo o mesmo, o maior empecilho para a proliferação da cultura era a falta de segurança nas estradas utilizadas pelas caravanas que transportavam algodão. Por outro lado,

havia inúmeros caminhos navegáveis que eram perigosos, pois atraíam ataques de bárbaros e saqueadores:

Não é a falta de caminho que se faz o embaraço da exportação, mas sim a falta de segurança deste, mesmo os caminhos para sossego e frequência dos viajantes que na travessia das matas se vêm acometido pelo bárbaro gentil *cotachos*, privando-os da facilidade de transportarem as suas cargas por rio abaixo até o ribeirão da Arêa que fica 13, a 14 léguas da vila de Camamu, de onde pode-se muito bem conduzir em cavalgaduras, para deste porte serem enviada a capital (BITENCOURT, 1798, p. 16).

Em *A memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de escolher e ensacar...*, Manuel Arruda Câmara, faz uma análise sobre o algodão, desde a Antiguidade até a variedade de espécies existentes no Brasil. Instrui como plantar, ensacar o algodão para exportação. Aborda a utilização da fibra na produção do óleo e uso medicinal. Direciona o agricultor a ficarem atento as estações, pois o clima é fundamental no desenvolvimento da cultura (1799, p.48-49). A principal ferramenta usada para arar o solo era a enxada, manuseada por quatro trabalhadores suficientes para preparação do campo:

Deve-se principiar por lhe fincar estacas distantes, uma a defronte das outras, naquela direção, em que se quiserem as ruas dos algodoeiros: de uma estaca a outra se estenda numa corda bastante comprida, e haja tantas, quantas são as enxadas; depois de estarem às cordas assim estendidas, devem principiar os das enxadas a abrirem as suas covas, que não devem ser mais profundas, do que quatro polegadas, indo caminhando todos na direção das cordas, cada um guiando-se pela sua, que escolheu; logo sobre os seus passos devem seguir outros tantos plantadores ou semeadores, com uma vasilha, ou escondê-la na mão, cheia de semente de algodoeiro, e a proporção que os das enxadas forem abrindo as covas, estes devem ir deitando dentro os caroços, e cobrindo de terra com o pé, só quanta baste para cobrir suficientemente; quando os das enxadas tiverem chegado ao fim das suas cordas, que os guiavam, devem parar, e largando nesse lugar os seus instrumentos, devem voltar para trás, para arrancar cada uma estaca... (CAMARA, 1799, p. 30).

Manuel Arruda realça as moléstias dos algodoeiros, dentre elas: debilidade, pletora, aborto ou móvito, resfriamento, cancro, golpe de sol e destruição pelos insetos e pássaros. Duas moléstias do algodão merecem ser mencionada. A primeira, denominada resfriamento, era um fenômeno que acontecia devido à intensa atividade pluviométrica, inundando os terrenos deixando o solo úmido, acarretando no amarelamento do algodão e apodrecendo da planta. A segunda, praga da lagarta do algodão. Seu ciclo iniciava-se com as estações das chuvas. Possuía um apetite voraz, em poucos dias devastava plantações inteiras, comia do fruto ao tenro caule dos algodoeiros. À medida que as chuvas ficavam constantes, as lagartas desapareciam. Nas regiões semi-áridas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, as poucas precipitações e clima seco, dificilmente a praga acometia (CAMARA, 1799, p. 39-40).

A colheita do algodão fazia-se ao fim das estações chuvosa, mas com a instabilidade do clima no Brasil a colheita se tornava instável. Caso as precipitações persistissem por muito tempo, o algodão ficava amarelado de péssima qualidade para o mercado. Em tempos de ano bem regulado produzia um algodão tenro e amadurecimento do fruto. Aconselhava-se o uso de escravos para colher algodão sem excluir os castigos físicos. Demandava-se uma constante vigilância dos senhores com os escravos, pois inúmeras práticas fraudulentas aconteciam comprometendo os resultados. Os catadores escondiam as sementes nos matos, entre os dedos dos pés, nos fundos falsos nos cestos de catação. As sementes usurpadas eram contrabandeadas. O algodão colhido não era logo ensacado e enviado para os armazéns, trapiches. Era exposto ao sol para que as sementes ficassem bem crocantes, estalarem ao contato com as mãos. Se ensacado após a colheita os úmidos caroços amarelavam e comprometia a qualidade do algodão (CÂMARA, 1799, p. 59).

Depois de ensacado, o algodão era enviado aos armazéns, recintos com portas bem vedadas, paredes grossas, telhados firmes e chão regular, ao contrário a umidade em contato com as sacas de algodão prejudicava a sua qualidade. Nesses recintos, o agricultor encontrava outro problema, as pragas de rato, um apreciador do caroço do algodão. Os mais espertos produtores deixavam caroços em cima das sacas, pois os roedores capturavam as disponibilizadas em cima, sem prejuízo dos sacos abaixo, já que não precisavam roê-las. O descaroçamento do algodão separava as sementes da fibra e valorizava o produto no mercado. Existiam diversas maneiras de catação, desde a primitiva manual até de máquinas, descaroçadeiras (CAMARA, 1799, p. 60-62).

O processo de descaroçamento mecânico surgiu nos Estados Unidos da América, por iniciativa de Eli Whitney, em 1792.<sup>56</sup> Whitney foi encarregado de inventar uma máquina para facilitar a separação da semente da fibra do algodão. Esse produto representava a maior fonte de renda do sul dos EUA, frente ao tabaco. O açúcar, por sua vez, obtinha relativos progressos. A criação de Whitney, a Cotton Gin, não rendeu os ganhos que esperava, pois, uma brecha no ato de patentes de 1793 possibilitou a criação de versões piratas de sua invenção pelos produtores sulistas, os quais alegavam exorbitante a cobrança de Whitney para utilizar sua máquina de descaroçamento. Essa invenção levou ao aumento da produção de algodão nos EUA, onde a maioria da produção era exportada para Grã-Bretanha. Nos EUA, em 1780, eram três os estados escravistas, mais tarde esse número passou para quinze. Até o

---

<sup>56</sup> Whitney e seu parceiro de negócios Phineas Miller acabaram vendendo sua patente para os estados sulistas entorno de 50.000 dólares. No entanto mais tarde tornou-se rico com a descoberta da fabricação de mosquetes, atreves de maquinas. Mesmo tento gerado o sucesso dos senhores do algodão do sul, por outro lado criou a arma divisível para a vitória do Norte na Guerra Civil americana.

congresso americano proibir o comércio de cativos africanos, os estados sulistas tinham importado em torno de 80.000 africanos.<sup>57</sup>

No Brasil, a invenção não foi introduzida, somente no início do século XIX algumas variações foram importadas, apesar desta representar grandes rendimentos aos agricultores sua ineficiência em retirar bem a semente da fibra rompendo-a. A verdade era que o Brasil se encontrava as margens da inovação tecnológica prolongando seu atraso tecnológico. Somente com aumento do preço do produto brasileiro, os antigos métodos manuais, passaram a ser substituídos pelas descaroçadoras importadas da Índia (RIBEIRO JR., 1981, p. 4).

Dentre as máquinas de separação do caroço e fibra destacavam-se a caiena, mais eficiente que o método manual,<sup>58</sup> era manuseado por duas pessoas ou escravos que rodavam os dois cilindros em sentido contrário. Uma delas aplicava o algodão bruto por um lado e retirava a fibra limpa de outro. Contudo, apresentava a desvantagem de causar a exaustão muscular extrema nos manuseadores. Apesar de ser uma máquina atrasada no beneficiamento do gênero, era utilizada com algumas modificações na capitania do Maranhão. Existiam também as máquinas cevadeiras, conhecidas como metedeira e rupicapra (ARRUDA, 1945, p. 56-57).

No início do século XIX, quando o algodão brasileiro passou a ser valorizado no mercado aconteceram iniciativas para o aprimoramento da cultura, como a coletânea de livros chamada *Fazendeiro do Brasil cultivador, melhoramento na economia rural dos gêneros*, de José Mariano da Conceição Veloso, 1806. Essa coletânea incluía as obras citadas de Bitencourt e Câmara. No tomo denominado *Memoria I sobre o algodão*, retirado de *The History civil and commercial of British Colonies in the weit Indies*, de Efyán Edward,<sup>59</sup> faz-se uma análise da cultura do algodão no mundo entre as diversas espécies cultiváveis.

## 1.5 Entre o açúcar e o algodão

Esse tópico procurar analisar a indústria açucareira alagoana panoramicamente, relacionando-a com o algodão. Certa vez, Douglas Apratto, relatou, “O açúcar e o algodão estavam unidos na saúde e na doença, na riqueza e na pobreza.” Essa afirmação não é

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://www.eliwhitney.org/7/museum/eli-whitney/cotton-gin>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

<sup>58</sup> Alice Canabrava, diz que o descaroçamento manual feito por um escravo em um dia, não passava de menos de meio quilos, enquanto que na máquina de Whitney facilmente chegava aos 160 quilos.

<sup>59</sup> Efyán Edwar descreve como cultivar corretamente o algodão, seguindo as estações do ano. Bem como as máquinas de descaroçar o produto elevando sua qualidade no mercado.

exagerada. Por exemplo, vários senhores de engenhos cultivavam algodão quando seu preço estava em alta no mercado, diminuindo o cultivo do açúcar. Em raros momentos houve abandono total da cultura açucareira em prol do algodão, como em Alagoas, pois o açúcar era demasiadamente estimado. Ambos sempre foram motivos de preocupação por parte das autoridades. Notasse isso nos relatórios de presidentes de província, periódicos, legislações imensuráveis menções sobre produção, industrialização, faturamento e retrocesso das culturas. Indiciando a intensa importância desses dois gêneros para economia alagoana. O algodão por ser considerada “cultura dos pobres”, torna-o difícil caracterizar os “senhores algodoeiros” em Alagoas, como no mundo açucareiro. Já que muitos dos produtores de algodão cultivavam açúcar e vice versa.

Inicialmente a lavoura da cana-de-açúcar foi responsável pelo sucesso econômico da colônia, ela adaptou-se a zona da mata que possuía clima tropical, chuvas regulares e solo massapé. Os engenhos multiplicaram-se tornando o Brasil principal produtor açucareiro no século XVI (SURUAGY; WANDERLEY, 2014, p. 21). A empresa colonial açucareira baseava-se na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo, inicialmente do índio, depois do africano. Produção voltada ao mercado externo (QUEIROZ, 2010, p. 51).

Os primeiros engenhos em território alagoano foram; Buenos Aires, Camaragibe, Escurial, Porto de Pedra, de Baixo, do Meio e Maranhão. Fundados pelo fidalgo Cristóvão Lins que, ao final do século XVI, derrotou os índios potiguares, apossando-se de suas terras e escravizando os sobreviventes. Em sua marcha rumo ao sul o açúcar ocupou os vales dos rios Manguaba, Mundaú, Paraíba, São Miguel, Juquiá e Coruripe (CARVALHO, 2009, p. 14). Os engenhos foram responsáveis pela expansão colonizadora e fundação dos primeiros núcleos urbanos em Alagoas. Diferentemente dos centros interiorano, bem como ao longo do curso médio e alto do rio São Francisco. No qual, tiveram como gêneses a criação de gado e agricultura de roçado, praticada essencialmente nas médias e grandes fazendas.<sup>60</sup>

Várias povoações surgiram mediante o “ouro verde”, referência a cana-de-açúcar, uma delas foi Porto Calvo.<sup>61</sup> Situada às margens do rio Manguaba era circundada por engenhos de fabricar açúcar e florestas. Localizado em terreno fresco e argiloso de córregos perenes. A cidade situa-se entre o mais antigo amontoado urbano, juntamente com Alagoas, atual Marechal Deodoro e Penedo. Os três foram elevados a vila em 1636. No século XIX Porto Calvo possuía

---

<sup>60</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706035&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20187&pagfis=49> Acesso em 19 de dezembro de 2020.

<sup>61</sup> O fundador de Porto Calvo foi Cristóvão Lins. Neto de fidalgo italiano de mesmo nome, ali fundou uma igreja consagrada a Santa Virgem e levantou sete engenhos de açúcar, roteado por inúmeros escravos.

61 engenhos de açúcar uma população em torno de 9.181 habitantes, desses 6.887 eram livres e 2.294 escravos. Compreendia nove povoados: Gamela notável pelo seu comércio possuía um trapiche e uma cadeira de letras para o sexo masculino; Barra Grande, a menos povoada ali existia uma mesa de rendas provincial; Leopoldina localizava-se ao sul da estação férrea pernambucana de Uma, continha 2.098 habitantes, quinze casas comerciais, seis engenhos de fabricar açúcar, dez máquinas de descaroçar algodão, duas fabricas de destilar aguardente. O seu comércio era em grande parte feito pela via férrea; Aldeia de Jacuípe, Sant' Ana de Porto Calvo, Japarutuba, S. Bento e Peroba (ESPINDOLA, 1870, p.110-120).

Apesar do açúcar ser principal fonte de renda do município, o algodão também foi cultivado não havendo provas que fosse lavrado em grande escala. Em 1825, a lã branca foi plantada nos engenhos Canhoto e Crasto. No mesmo ano produziram para consumo próprio em torno de 79 arrobas do produto, como também colheu 250 mil covas de mandioca, 200 alqueires de arroz, 50 alqueires de feijão, 2.000 cocos e 260 de azeite de mamona, exportando o excedente (ESPINDOLA, 1870, p. 203-209). O que demonstra interesse em manter a cultura de roçado,<sup>62</sup> objetivando suprir a demanda alimentar daqueles que se ocupavam da atividade açucareira. (PRADO JR., 1979, p. 26-29).

A comarca de Porto de Pedra, antes denominada Porto Real ou Águas Belas, por ficar entre o mar e uma encosta de pedra, foi elevada a vila pelo alvará régio de 1815, desmembrando-se da vila de Porto Calvo. Tornou-se cidade através da lei nº 903, de 9 de junho de 1921. Possuía três povoados: São Miguel dos Milagres era mais povoado que Porto de Pedras; Tatuamunha, sua população era inferior a S. Miguel dos Milagres. Ao todo o município totalizava 22.109 habitantes, 17.222 livres e 4.887 escravos (ESPINDOLA, 1870, p. 45). O açúcar era sua principal fonte de riqueza, todavia cultivava-se algodão, mandioca, milho e feijão em proporções menores. Constava-se em 1825, no município existir uma área destinada à fabricação do fumo, parecido a que compreendia em Arapiraca. Em 1854, ficou evidente a produção açucareira em Porto de Pedra, possuía 46 engenhos funcionando e produzindo anualmente em torno de 220.000 arrobas de açúcar (ESPINDOLA, 1870, p. 210).

Passo de Camaragibe teve seu povoamento no século XVII em torno de uma igreja chamada matriz, posteriormente, Camaragibe,<sup>63</sup> devido situar-se às margens do rio de mesmo nome. Alcançou a condição de vila em 1852, desmembrando-se da vila de Porto de Pedra.

---

<sup>62</sup> Nem sempre a economia alagoana foi voltada a um único produto. Em seus primeiros anos de existência, as oito vilas; *Maceió, Porto Calvo, Alagoas, Anadia, Porto de Pedra, Poxim Atalaia e Penedo* produziam; açúcar, algodão, couro, legumes de todo o tipo, mandioca, azeite de mamona, madeira para construção naval. Assim relatava o primeiro governador Sebastião de Melo e Povoas ao Ministro da Guerra em 1819.

<sup>63</sup> A palavra Camaragibe, tem origem indígena, no qual existem alguns significados; *câmara* arvore, e *juba*, amarelo, ou seja, arvore amarela ou *camarahyp* ou *caramá-g-y-pe*, rio dos camarás.

Constituiu-se cidade pela lei nº 842, de 1880. Foi à segunda vila da província em importância topográfica, possuía 21.713 habitantes, 18.337 livres, sendo 3.376 escravos, sessenta e oito engenhos de fabricar açúcar, cento e oitenta e nove casas de telha, duzentos e dezenove de palha, oito sobrados, três trapiches e uma ponte, recebendo gêneros de embarque e desembarque. Detinha um pequeno mercado de corte de carne e venda de viveres verdes, uma mesa de rendas gerais e provincial, uma agência dos correios e duas escolas para ambos os sexos. Compreendia os povoados de Passo de Camaragibe,<sup>64</sup> Soledade, Aldeia do Cocal, São Luiz do Quitunde, Morro de Camaragibe, Barra de Santo Antônio (ESPINDOLA, 1870, p. 210-12).

Apesar da economia de Passo do Camaragibe ser voltada para a indústria açucareira, o jornal *O Camaragibe*,<sup>65</sup> de 8 de novembro de 1880, revela algumas atividades acessórias de venda e compra de miudezas e serviços. Por exemplo, João Francisco do Rego Mello, anunciava a venda de dois imóveis, um encontrava-se no centro da cidade com um cômodo para o funcionamento de uma padaria. O outro era um sítio localizadas as margens do rio Camaragibe. Augusto Paco também vendia imóvel. Manoel Thomas P. do Rego era farmacêutico, formado na faculdade de medicina da Bahia, seu estabelecimento era abastecido por uma das principais casas de drogas da cidade. Existiam ainda os farmacêuticos José da Costa Araújo e Paulo J. da C. Araújo. Augusto Pacheco em seu bazar negociava fornos, miudezas de fazenda, serragem e molhados. Galdino Belo & Silva vendia chapéus de sol, roupas, calçados, ferragens, fazendas, louças e molhados.<sup>66</sup>

O mesmo jornal de 5 de outubro de 1881 noticiava que o comerciante Francisco Augusto de Azevedo, trabalhava com materiais de boa qualidade vindo do Recife. Manoel Heleno marcava o café em torno de 6\$000 arrobas, gás 4\$800 a lata e 210 garrafas, sabão 200 réis, manteiga francesa, queijo flamengo 3\$200 réis. Negociava brins e casimiras muito utilizadas para confecção de roupas masculinas. Barganhava com um sortimento de algodões para sacos vindo da Bahia, Rio de Janeiro, Fernão Velho e Estados Unidos. Máquinas de costura, brincos, pulseiras e anéis. Joseph Gognes tinha uma oficina especializada no conserto

---

<sup>64</sup> O povoado de passo de Camaragibe desenvolveu-se simultaneamente ao povoado de Passo, lugar de armazéns, embarque e desembarque. Mais tarde, sendo transferida a sede do município para lá, passando a denominar-se Passo do Camaragibe.

<sup>65</sup> O jornal *Camaragibe*, fundado em 15 de outubro de 1880. Tinha como objetivo anúncios comerciais e ideias políticas do extinto partido liberal. Seu proprietário e editor era Saturnino de Souza. Tinha a publicação todas as quartas e sábados. Sobreviveu até o ano de 1883. Tendo como colaboradores de Esperidião Eloy de Barros Pimentel (chefe político local, posteriormente Ministro do Supremo Tribunal Federal), João do Rego, Messias de Gusmão, Ambrósio Lyra, Galdino Belo e Olímpio Cyriaco. No município circularam; *Atalaia* (1883), *Eleitor* (1885), *Pressagio* (1888), *O Município* (1892), *Norte de Alagoas* (1895) e *O Grito* (1902).

<sup>66</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=238660&PagFis=6>> Acesso em: 15 jan. 2019.

e manutenção de máquinas a vapor na província.<sup>67</sup> Pedro da Cunha Carneiro de Albuquerque prestava serviço da medicina em seu escritório no engenho Livramento. Em resumo observa-se uma tentativa clara de diversificar o comércio, provavelmente mediante a desvalorização nos preços dos gêneros regulares de exportação que concebiam pequena margem de lucro ao agricultor e gerando mais despesas que receita para província.

A cidade de Murici originou-se a sombra de um muricizeiro, plantado por um monge. No início do século XIX era ponto de descanso de viajantes, carregadores e ciganos para mostrar seus produtos e descansar. Daí veio o nome do local, estendendo-se a povoado, vila e cidade. Aos poucos foram surgindo casebres, “testa de bode” onde eram realizadas compra, venda e armazenamento do algodão, cultura primitiva local. Os habitantes construíram uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Por volta da primeira metade do século XIX já existia o povoado Murici.<sup>68</sup> Tornou-se vila em 1872, separando-se de Imperatriz. A região começa a progredir por volta 1882, devido à inauguração da via férrea Alagoas em 12 de novembro do mesmo ano. A lei nº 15, de 1892 a elevou à cidade. Espíndola (1870, p. 228), descreve a região como pertencente ao povoado de Imperatriz. De pouco comércio, havendo uma feira aos sábados. Entretanto, sua principal fonte de riqueza era o açúcar. Em 1902 existiam em torno de sessenta e sete engenhos na região (COSTA, 1902, p.327).

O burgo prosperou graças à estrada de ferro Alagoas Railways. Seu comércio era composto por alfaiates, Alcino José da Silva; sapateiros, Olympio da Costa de Carvalho; funileiros, Francisco Santos Viana, Pedro Correia da Silva, Rosa de Souza Braga; descaroçadoras de algodão de Antônio Joaquim Duarte e João Lins & C. E os comerciantes Antônio Affonso de Lyra, Augusto Moraes & C, Antônio Vieira Lima, Antônia Correia Pilar, Antônio Soares, Antônio Toledo, Domingos José de Farias, Esychio Correia de Araújo, Euclides Calheiros de Mello, Eustáquio Nunes da Silva, Francisca da Gama Rocha, Francisco Madureira Filho, Firmino Queras, Izidoro Pereira Prata, Joaquim Manoel do Carmo, João Lins & C. (descaroçador), João da Rocha Lins, João Malta, José Rodrigues, Juventino Fernandes da Silva, Marcos Vieira, Manoel Cardoso de Araújo, Manoel Avelino Pedrosa (farmácia) Manoel Sebastião da Silva, Olegário Alves de Almeida, Rosendo Maciel de Araújo, Silvino de Araújo Paixão e Ulysses Soares da Silva Braga (COSTA, 1902, p.255-230).

---

<sup>67</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=238660&PagFis=6>> Acesso em: 15 jan. 2019.

<sup>68</sup> Entre 1855 a 1860 a região foi palco de sangrentas disputas entre os partidos liberais e conservadores. Sendo o primeiro eleito pelo partido conservador o coronel João da Rocha Acioly. As primeiras eleições para câmara municipal foram realizadas em 30 de novembro de 1891, sendo eleito o coronel Inácio Alves Moreira.

Compreendia os povoados de Santo Antônio da Boa Vista, o qual tinha como principal fonte de recurso a negociação dos mais variados cereais. Branquinha possuía feira e negociava em grande quantidade o algodão. Já Currealinho extraía madeira para construção naval. Urucá possuía uma população de 1.000 habitantes, boa feira e produzia uma larga produção de açúcar e Santo Aleixo.

A urbe de Maceió, capital do estado, tinha principal fonte à renda do açúcar, mas o algodão também dava uma importante renda. No ano de 1886 existiam em torno de 47 engenhos bangüês. Produziam aproximadamente 182.300 arrobas anuais. Os principais engenhos existentes na localidade eram: Água Clara; Aurora; Banburrall; Cachoeira do Meirim, Canoas, Cantinho, Cariris, Duas Bocas, Engenho Velho, Fazenda, Genipapo, Golandim, Incendiado, Jussara, Lagoa Vermelha, Lattas, Mariópolis, Milagres, Oriente, Pedra Grande, Ponte Grande, Pratagy da Praia ou S. Joaquim, Pratagy grande, Rio do Meio, Rio Prata, Roncador de Cima, Santa Rita, Santo Antônio do Monte, S. Bento ou Cobra, S. Francisco, Serra d'Água, Três Bocas, (COSTA, 1902, p. 304).

Existia na cidade um considerável número de negociantes e estabelecimentos<sup>69</sup> que atuavam na compra e venda do açúcar e algodão: Companhia Centro Comercial, José de Amorim Leão, Pohlma & C, Williams, Borstelmann & C<sup>a</sup>, Companhia Centro Comercial, R. Rapcker & C, José Izidro da Silva, José Alves de Aguiar, Jacintho Medeiros, Manoel Ramalho. Manoel José de Araújo, Napoleão Goulart & C<sup>a</sup> e Viúva Aguiar & Mitchell (COSTA, 1902, p.302-304).

A comarca de Santa Luzia do Norte situa-se entre os mais antigos aglomerados de Alagoas. Localiza-se na parte ocidental da lagoa do Norte. Jerônimo de Albuquerque foi o primeiro a pisar ali em sua guerra de extermínio aos Caetés. Diz à lenda que um cego fixou-se na região no século XVII, recobrando a visão, assim, passou denominar-se Santa Luzia de Siracusa, posteriormente Santa Luzia do Norte.<sup>70</sup> O povoado foi elevado à condição de vila em 10 de dezembro de 1830, desmembrando-se de Alagoas. Já em 1611 o local era um importante entreposto do algodão, açúcar, madeira e couro entre Maceió e interior da província, devido à facilidade do transporte lacustre. Existia um pequeno trapiche e uma ponte de desembarque e casas de negócios que floresceram o comércio. Entretanto, por volta de

---

<sup>69</sup> O comércio, indústria, artes e profissões em Maceió encontravam-se entre os mais promissores e prósperos da Província. Contava com fábricas de sabão, malas, fogos de artifício, cigarro, tinturaria, fundições, óleos, vinagres, gelo, calçados, serrarias, armazéns, secos e molhados, chapelaria, moveis, funerárias, drogarias, relojoaria, alfaiates, Barbeiros, médicos, dentistas, arquitetos entre outros. Muitos deles são representados por Craveiro Costa em *Indicador Geral do Estado de Alagoas, 1902*, e Felix Lima Junior, *Maceió de outrora*, v.1, v.2.

<sup>70</sup> Disponível em: < <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php#> >. Acesso em: 20 de jan. 2019.

1870 seu comércio decaiu devido o florescimento da vila de Pilar que é próxima. Possuía os povoados de Coqueiro Seco,<sup>71</sup> Pedreiras, Pão Amarelo, Gregórios e Mata do Rolo. Achava-se quarenta e seis engenhos de fabricar açúcar e uma fábrica de tecido em Fernão Velho, União Mercantil (ESPINDOLA, 1870, p.160-170).

Em Alagoas assentava-se 1856, tinha trinta e oito engenhos, produzindo 171.000 arrobas de açúcar. O documento *Relação dos Engenhos*, de Sonia Ulrich (2017, p.20) retrata alguns engenhos e seus respectivos proprietários existentes em algumas comarcas de província de Alagoas. Alagoas do Norte; Cachoeira, Manoel Roriz Calheiros; Campina, Padre Antônio Barros; Garça Torta, José da Costa; Mundaú, Vasco Marinho Falcão; São José, Manoel de Melo falcão; Satuba de baixo, herdeiros de Bernardo Correia; Satuba de Cima, herdeiro de Antônio de Araújo; Utinga, João Gomes Calheiros (Capitão Mor); Pau Amarelo, Antônio Gomes de Mello. No início do século passado encontrava-se basicamente a mesma quantidade de engenhos que tivera em meados do século XIX. Ainda duas usinas; Leão, propriedade de Luiz de Amorim Leão e Wanderley pertencente ao Estado de Alagoas e três fábricas de tecidos; A Companhia União Mercantil, Fernão Velho, Companhia Alagoana de Fiação e Tecido e Companhia Progresso alagoano, Santa Luzia (COSTA, 1902, p. 340-343).

O município de Pilar primitivamente existiu um engenho movido à água, propriedade de José de Mendonça Alarção Ayala. Em meados do século XIX, construíram no local uma povoação de rústicos casebres de pescadores, situada às margens da laguna Manguaba. Dali embarcava viajantes vindos de povoações interioranas, principalmente do Vale do Paraíba, Atalaia, Viçosa em direção a enseada de Jaraguá. Elevada a condição de vila pela lei provincial nº 321, de 1 maio de 1857, tendo seu território desmembrado de Alagoas. Passou a categoria de cidade por lei nº 626 de 1872. Possuía três trapiches para embarque e desembarque do algodão, açúcar, couro, madeira, três igrejas, uma mesa de rendas gerais e outra de renda provincial (SANTANA, 1970, 149-152).

Em meados do século XIX, havia os engenhos Lameirão, Novo, Grajau de Baixo, Grajau de Cima, Boacica, Terra Nova, Flor da Paraíba, Pilarzinho, Brejo, Camurupim, Salgado, Pilar, Volta, Quebra Carro, Chã da Terra Nova e Subauma-meirim. Produziram 49.900 arrobas, em 1854. No ano de 1870, o engenho Apara foi o primeiro a mover-se a vapor. Apesar de o município constituir-se área açucareira, em 13 de março de 1892 foi criada a Companhia Pilarense de Fiação e Tecido, quinta fábrica têxtil do Estado de Alagoas.

---

<sup>71</sup> Sitiado a parte sul do município de Santa Luzia, levou essa denominação devido às palhas queimadas de coqueiro que existiam na região. Mais tarde passou para o domínio de Rio Largo. Tornou-se município através da lei nº 2.463 de 23 de agosto 1962.

Inaugurou os seus teares em 1893. Fabricavam-se tecidos brancos e de cores (SANTANA, 1970, 332).

A indústria pilarense, no início do século XX, constituía-se de fábricas de bebidas: Borges Accioly & C., Caetano Lima & C., Viúva Gaspar Pinheiro e José Joaquim Rodrigues Pereira. De cigarros: Minerva, Raphael Vaz & Lima; calçados: José F da Cunha Vianna e Manoel Joaquim de Mendonça. Também havia aqueles que compravam e vendiam algodão e açúcar: Frederico Guilherme Correia, Felipe Nery da Farias Leite, José Ignácio Pereira Rego, Viúva Pedrosa & Filho, Silvestre Viveiros Manoel Germano de Lima, Hilarião José Ferreira, João Fernandes de Silva Vianna, Theophilo França, Miguel Macedo Filho, Birilio Barbosa dos réis, Caetano Carlos da Penha & Silva. Havia armazéns, armarinhos, fazendas, padarias, trapiches, farmácias, alfaiates, médicos, torradores de café (COSTA, 1902, p. 334-336).

A comarca de Alagoas, atual Marechal Deodoro, renomeada em 1939 em homenagem de seu filho ilustre. Sua povoação remonta ao século XVI pelo primeiro donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho. Elevou-se a condição de vila em 1636, por ato de Duarte de Albuquerque Coelho. Seu território outrora abrangia os atuais municípios de Pilar, Maceió, Santa Luzia do Norte, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Anadia, Atalaia, União dos Palmares, Viçosa, Palmeira dos Índios, Capela, Limoeiro, Coruripe. Foi elevada a de cidade em 1823. A cidade foi cabeça da comarca entre 1711-1817 e capital da província até 1839 quando foi transferida para Maceió.

A transferência da capital acarretou na decadência do comércio. Possuía um mercado público, o antigo palacete dos presidentes que perdeu sua função de sede do governo e virou moradia do juiz de direto. Atualmente, sedia a prefeitura do município. O burgo era todo agrícola com 18 engenhos de fabricar açúcar (ESPINDOLA, 1870, p. 213).

Os engenhos mais importantes eram:

Bento Moreira, Viúva de.; Cafundó, Francisco R. Lima Santos; Cobra, N. Alves Rodrigues, Herdeiros de Congo, Joaquim Marques da Rosa; Cumbe, Francisco Leocadio Vieira; Engenho Velho, D. dos Santos Lima; Fazendinha, José Francisco Corrêa; Flor da Sumaúma, Lourenço Bezerra C.de Albuquerque e Mello, Herdeiros de; Galhofa, Francisco C. de Albuquerque; Gurganema, L. A. A. Monteiro, Herd. De; Lama, Nicolau F. de A. Maranhão; Linda Vista, A. P. da Cunha, Herd. De; Outeiro, Antônio P. T. de Albuquerque; Ortelã, Jacintho A. da Silva e outros; Pontal, Antônio R. L. de Albuquerque; Prata, Francisco de H. Cavalcante; Praturaes, Joaquim José da Costa Gama; Riacho Branco, Pedro da R. Cavalcante; Santa Catharina, A. Francisco Maia; S. Caetano, Francisco de H. Cavalcante; Sumaúma, Francisco R. Corrêa, Herd. De; Tijuco, í. P. T.de Albuquerque (Sauer, 1883, p. 88).

Seu comércio baseava-se em gêneros secos, molhados, lojas de fazendas, miudezas e padarias entre outros. Craveiro Costa (1902, p. 32), realça como principal atividade da localidade a cana-de-açúcar em menor proporção a mandioca, café, feijão, milho, batatas e

frutos. Possua 20 engenhos de fabricar açúcar, aguardente e rapadura. Destacava-se também a indústria da pesca para exportação para Maceió de mariscos e peixes.

A cidade de São Miguel é uma das mais antigas de Alagoas. Foi local de desembarque daqueles que vinha atrás de fortuna no Brasil. Território rico em pau-brasil, terreno fértil propício ao desenvolvimento do arroz, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Sabe-se que desde as invasões holandesas, existiam grandes propriedades agrícolas, denominadas pelos invasores de “Sinimby”. Séculos mais tarde, seriam reduto do engenho “Sinimbus” pertencente a Manoel Vieira Dantas e sua esposa Ana Maria José Lins, pais do futuro barão e visconde de Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu. Instituída vila pelo decreto do governo geral em 1832, separando-se da cidade de Alagoas. Elevou-se à cidade mediante a lei nº 423, de 1864. Seu comércio era riquíssimo rivalizando com Pilar. Possuía diversas casas comerciais, uma mesa de rendas gerais e provinciais. Sua principal fonte de riqueza era o açúcar a considerar pela grande quantidade de engenhos na região. A população era em torno de 12.763 almas (ESPINDOLA, 1870, p. 220).

Sauer (1883) e Craveiro Costa (1902), o número de engenhos manteve-se instável durante o final do século XIX e XX. Alguns deixaram de existir ou deixaram de ser citados por Craveiro Costa: Brejo, Cachoeira, Cariri, Conceição, Embira, Furado, Gequiá, Bach, Ilha, Lagoa do Peripiri, Notta, Novo, Retiro, Rio Branco, Rosário. Alguns engenhos mudaram de proprietários, outros permaneceram com os mesmos donos. Por exemplo, Conceição de Elias José de Almeida; Rio Branco, José Antônio da Cruz; São Sebastião, Manuel Duarte Ferreira Ferro. Mantiveram-se os mesmos proprietários. Outros passaram aos respectivos herdeiros, Bananeira, herdeiros de Manoel S. de Oliveira; Sumaúma, herdeiros de Antônio de Sá Cavalcante; Varela, Herdeiros de Aristides A. Bezerra e Caxacumba, Antônio de Moura Castro em 1883, passando para os herdeiros de Roza de M. Castro, 1902. Subtende-se que Roza de Moura era esposa de Antônio de Moura, pois possui o mesmo sobrenome. Cana Brava, em 1883, constava como proprietário os herdeiros de J. C. Araújo, passando em 1902 para José Irineu Campos Torres; Coité, herdeiros Antônio da R. Barbosa, em 1883 e Marcos José Antônio da Silva, em 1902.

O município de Coruripe,<sup>72</sup> aparece como povoado por volta do século XVIII. Sendo o seu primeiro colonizador e Antônio Moura Castro. Os primeiros moradores foram estabelecendo-se no entorno da igreja de Nossa Senhora da Conceição assentada ali em 1764. Coruripe nasceu praticamente do povoado de Poxim, elevado a condição de paróquia em

---

<sup>72</sup> Segundo Diegues Junior (1949) seu nome era originário do rio que corta a região, chamado pelos caetés de *cururugl*, denominação que ficou *cururú*, sapo, *ipe*, onde lugar de sapos; ou então *cururip* - rio dos seixos.

1718, vila em 1801 e cidade em 1892. Era constituída por quatro povoados, inclusive Poxim, o qual não possuía comércio nenhum. No entanto, Moacir (1970) afirma que em 1854, em Poxim existiam salinas, comprovando que existia um ínfimo comércio. Era um município fértil, existindo inúmeros engenhos de produzir açúcar, seus habitantes anualmente faziam ricas colheitas de diversos gêneros e espécies transportando para capital e outras regiões. A vila de Coruripe era uma das principais fornecedoras de bens trabalhados em ferro para os engenhos local e redondezas. Suas oficinas e fábricas forneciam sinos para diversas igrejas da província. Sua indústria de calçados produzia as formosas botas russianas exportadas para o Norte (ESPINDOLA, 1870, p.235-239).

Apesar do predominante o açúcar, tinha-se em menor escala a cultura do algodão. No início do século XX o gênero passou a concorrer com o açúcar da região. A localidade era responsável pelo abastecimento de Maceió, através de pequenas lanchas que transportavam uva, feijão, abóbora laranja e outras frutas. Possuía serralheiros, marceneiros, seleiros, alfaiatas, funileiros, olarias e salinas (SANTANA, 1870, P.235-239).

### **1.5 Dos campos de algodão até a indústria têxtil**

O ímpeto industrial do Brasil foi freado pela aristocracia ruralista que atravancava a economia, refletindo na indústria têxtil. A obra *Brazilian cotton*, de Arno S. Pearse, traz uma análise dos aspectos naturais, históricos e socioeconômicos do Brasil, abordando as regiões produtoras de algodão: São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Destaca ainda os entraves que a emergente indústria têxtil brasileira enfrentou nos séculos XVIII e XIX.

Esse retardamento deu-se devido ao alvará promulgado em 1785, por D. Maria I. O qual ordenava o fim imediato das indústrias algodoeiras, pois as autoridades temiam o esvaziamento braçal das atividades agrícolas e mineradoras, tidas como principal fonte de riqueza.<sup>73</sup> A perda do mercado têxtil doméstico começou com o Tratado de Methuen, ou tratado dos panos e vinho, assinado em 27 de dezembro de 1703, o qual comprometia Portugal a consumir os produtos manufaturados ingleses e esses a consumir o vinho lusitano. Ao longo dos anos os ingleses convenceram os portugueses a aprovarem diversas legislações que proibissem a fabricação de tecido no Brasil, salvo para fabricação de tecidos grosseiros,

---

<sup>73</sup> Alvará disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/1808-1818-a-construcao-do-reino-do-brasil/brasil-fechado-antonil-e-alvara-de-d-maria-i/>> Acesso em 13 de setembro de 2020

usados por escravos e os menos abastados. Com a chegada do regente D. João VI ao Brasil, em 1808, sua primeira ação foi abrir os portos para as nações amigas, possibilitando a colônia adquirir produtos estrangeiros, culminando no fim do antigo sistema colonial. Em 1 de abril de 1808, o príncipe regente revoga a proibição da manufatura e fábricas no Brasil e nos domínios ultramarinos.<sup>74</sup>

Em 1810, o Tratado de Aliança e Comércio celebrado entre Portugal e Inglaterra, prejudicaria a indústria algodoeira brasileira, marcando o fim da fabricação de tecidos de linho que competiam com vantagens e perfeição aos produtos externos, sobretudo ingleses. A indústria local restringiu-se a fabricação de tecidos grosseiros para escravos e sacas. Finalmente em 1844, graças aos estadistas, comerciantes e produtores novamente reabrem a concessão para instalação das fábricas manufatureiras no Brasil. Em 1846, o governo passou a fornecer concessões e distribuição de máquinas durante um prazo de dez anos. Entretanto, esses entraves impactaram fortemente o setor têxtil deixando o Brasil atrás na corrida técnico-científico no beneficiamento do algodão (VELOSO, 1806, p. 60).

Diferentemente dos EUA que desde 1790 passava por uma verdadeira revolução industrial, especialmente após a guerra civil (1861-1865). Com a fundação dos trens transcontinentais que partiam de cidades situadas no eixo do Mississippi, como Chicago, Omaha, Nova Orleans, Kansas City, fazendo o pareamento entre si. Quem partisse de Ney York poderia fazer uma conexão em Chicago, dali podia pegar outra locomotiva para cruzar o restante do território do país, rumo ao Oeste, chegando às cidades portuárias do pacífico, como: San Diego, São Francisco, Seattle dentre outras. Reduzindo o tempo da travessia terrestre de vários meses em cinco a seis dias (DRUMMOND, 2013, p. 179-180). O transporte por barcos a vapor até os portos de embarque também segue a mesma perspectiva das estradas de ferro. Todas as inovações tecnológicas diminuía a demora e atraso das mercadorias para embarque, tornando-as mais baratas e de boa qualidade, tendo como grande parte do destino o mercado inglês (PEARSE, 1921, p. 26).

Enquanto a cotonicultura brasileira era atrasada, com pouca especialização e modernização, utilizando máquinas rústicas, o transporte comercial era quase inexistente, muitas estradas foram abertas pelos primeiros colonizadores do século XVI. Em geral, eram

---

<sup>74</sup> The Código Brasiliense. Disponível em [https://www.brown.edu/Facilities/John\\_Carter\\_Brown\\_Library/exhibitions/CB/indexes/laws\\_1808\\_p1.html](https://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/exhibitions/CB/indexes/laws_1808_p1.html). Acesso em 12/12/2020.

estreitas, precárias e esquisitas em épocas chuvosas.<sup>75</sup> Somente em 1854, tem-se a inauguração da primeira linha férrea do país, a “estrada de ferro de Mauá”, diferente dos EUA que lançou sua primeira companhia férrea em 1827. Antes do advento das estradas de ferro no Brasil, os comerciantes reuniam-se em grandes comboios transportando mercadorias em lombo de burro, bois e cavalos por estradas de péssimas condições. A situação complicava-se no inverno deixando as vias intransponíveis, retendo a produção e diminuindo a qualidade. Essa foi à realidade brasileira até início do século XX. A mesma provação percorria o transporte comercial feito por meios fluviais, realizado em canoas ou barcas pequenas entre os diversos rios, córregos, lagunas e lagoas. Muitas vezes os atravessadores alcançavam pontos rasos ou de cachoeiras, fazendo-os descer e levar nas costas as mercadorias até o destino final. Em épocas de chuvas muitos rios ficavam caudalosos, impossibilitando a navegação das barcaças. Todos esses fatores prolongavam o percurso fazendo perder a qualidade das mercadorias. Além disso, essas caravanas eram alvos constantes de ataques desde índios hostis que não permitiam a passagem por suas terras a saqueadores e vândalos que espreitavam nas estradas e viviam do furto (PEARSE, 1921).

O Brasil passa por um melhoramento de sua infra-estrutura comercial na segunda metade do século XIX devido à valorização do algodão no mercado externo e o aumento do preço do café, responsável em grande parte pelo surto desenvolvimentista. A construção das malhas ferroviárias, popularização dos barcos a vapores, diminuíram a distâncias entre os produtores e comerciantes dos portos de embarque, ofereciam segurança, rapidez, dando uma melhor qualidade aos produtos brasileiros no mercado.

As ferrovias brasileiras agigantaram-se com ascensão da lavoura cafeeira no Sudeste. Ao contrário do Norte (Nordeste), no qual foram empregadas para escoar fardos de algodão, sacos de açúcar, café e outros gêneros. Uma das razões para o insucesso da cultura cafeeira no Norte foi falta de incentivos das autoridades regionais e a péssima qualidade dos grãos, comparados aos cultivados nos férteis vales do Paraíba. Em Alagoas, a cultura mostrava-se raquítica, infrutífera sendo reservadas as áridas terras serranas do interior (COSTA, 1902). Uma vez que as áreas de terra massapé, férteis para agricultura, estavam atulhadas pela cana-de-açúcar.

As disparidades socioeconômicas entre as regiões do Norte eram nítidas. Alagoas, embora conseguisse sua independência administrativa em 1817, permaneceu economicamente

---

<sup>75</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item\\_id=2720#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=10&s=0&cv=31&r=0&xywh=-220%2C854%2C2183%2C1540](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item_id=2720#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=10&s=0&cv=31&r=0&xywh=-220%2C854%2C2183%2C1540)> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

dependente de Pernambuco até o final do século XIX. Assim foi o caso de sua estação ferroviária. Todo projeto foi detalhado por engenheiros ingleses da *Great Western of Brazil Railway* no Recife onde ficava seu escritório principal. Essa influência ainda era percebida no século XX, quando muitos municípios fronteiriços não sabiam a que estado pertenciam (SOUTO MAIOR, 2015, p. 129). Muito da produção algodoeira de Alagoas, destinava-se aos portos de Recife. O presidente provincial Anselmo Francisco Perreti, em 1844, expõe os dízimos adquiridos do algodão e açúcar das transações com Pernambuco.<sup>76</sup> O presidente Sá e Albuquerque, em 1856, expõe sua preocupação com a diminuição das exportações do açúcar para Pernambuco nos anos de 1854, 1855 e 1856, em relação a 1852 e 1853. Segundo ele a diminuição deu-se devido à exportação para o Rio de Janeiro.<sup>77</sup>

Apesar das adversidades sofridas pela indústria brasileira na primeira metade do século XIX, nos anos de 1870 a 1895 o setor ganhar impulso, graças às favoráveis taxas cambiais do país. Foi um período de intenso investimento da manufatura têxtil e inauguração de fábricas, principalmente no Rio de Janeiro e no interior de São Paulo. Esse cenário permitiu ainda as fábricas existentes modernizarem seus maquinários para o adequado beneficiamento do algodão (VERSIANE, 1975, p. 39-47).

Foi Minas Gerais um dos principais locais da indústria têxtil brasileira no século XIX. Para abastecer o mercado regional, antes mesmo da inauguração da via ferroviária. A fábrica de tecido da Gabiroba S.A, construída em 1876. Possuía moradias, alojamentos e equipamentos para seus empregados. Outro pequeno núcleo têxtil surgiu em 1888, reunindo escola e armazéns de consumo. Em 1876, fundado pelo bispo católico, Dom João Antônio dos Santos, próximo a zona rural de Diamantina, surge a Fabrica Biribiri com casa, alojamento e igreja. O trabalho majoritariamente era realizado por moças solteiras que ficavam em dormitórios. Conhecidos em Minas Gerais como conventos, ambientes adequados ao rígido regime disciplinar impostos as operarias. Esse assentamento é um dos mais bem preservados locais industriais do século XIX no Brasil. (ACSELRAD, 2005, p.26-28).

O estado de Alagoas tem uma história manufatureira desde o século XIX, graças ao plantio do algodão em Anadia, Assembleia, atual Viçosa, Imperatriz (União dos Palmares), Mata Grande e Palmeira dos Índios. No baixo São Francisco e algumas regiões litorâneas. O distrito encabeçou uma das primeiras manufaturas têxteis do país em 1845, a Fábrica União

---

<sup>76</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item\\_id=2723#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=13&s=0&cv=57&r=0&xywh=316%2C678%2C2891%2C1588](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item_id=2723#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=13&s=0&cv=57&r=0&xywh=316%2C678%2C2891%2C1588)> Acesso em 12 de dezembro de 2020.

<sup>77</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item\\_id=2723#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=13&s=0&cv=57&r=0&xywh=316%2C678%2C2891%2C1588](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item_id=2723#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=13&s=0&cv=57&r=0&xywh=316%2C678%2C2891%2C1588)> Acesso em 12 de dezembro de 2020.

Mercantil, em Fernão Velho, situada nos arrabaldes de Maceió. Projetada pelo Barão de Jaraguá, José Joaquim de Mendonça. Ao alvorecer da República surgiram às fábricas Alagoana de Fiação e Tecido, Cachoeira, localizada em Santa Luzia do Norte, posteriormente de Rio Largo. A Companhia Pilarense de Fiação e Tecido, em Pilar. A Indústria Penedense, em 1897, próxima a foz do rio São Francisco. Mais tarde, no sertão, Delmiro Gouveia inaugura a Fábrica da Pedra, em 1914. O complexo contava com a via férrea de Piranhas a Petrolândia, despachando através do curso navegáveis do rio produtos fabris para Penedo e Maceió. A vila da Pedra era servida de energia elétrica, adquirida pelo próprio rio que tinha uma estação construída por Delmiro Gouveia em 1912. Foi devido ao plantio algodoeiro que Alagoas atingiu níveis respeitadas de comercialização e integração, seja com o mercado nacional e europeu. Tornou-se um empório algodoeiro (ACSELRAD, 2005, p. 22-23).

A indústria alagoana não se restringiu ao setor têxtil, também se direcionou a outros setores, a exemplo da Fundação Alagoana, fundada no bairro de Jaraguá em 1887. Iniciativa do comendador Jacintho José Nunes Leite. Produzia e importava da Inglaterra e França ferragens, peças e modernos maquinários para todos os engenhos da província e depois do estado.<sup>78</sup> Antes desse empreendimento os senhores de engenho e usineiros tinham de recorrer a Recife para reposição de peças e manutenção de maquinários. Em 1885, a fábrica chegou a empregar 45 empregados, 27 a mais do que no ano anterior. No entanto, a manufatura carecia de incentivos fiscais do governo local, redução de imposto para concorrer igualmente com outras do ramo.<sup>79</sup> A empresa resistiu aos entraves e continuou por quase cem anos em atividade quando finalmente fechou as portas na década de 80 do século XX.

Em síntese o setor industrial alagoano pautou-se no beneficiamento e exportação de insumos, majoritariamente algodão e cana-de-açúcar no século XIX. Esse última desde o início século XVIII. Essa dependência estendeu-se até meados do século XX, quando o setor açucareiro conquistou o ímpeto econômico, culminando com o setor têxtil.

---

<sup>78</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=812358&Pesq=a%c3%a7%c3%baca&pagfis=72>> Acesso em 21 de dezembro de 2020.

<sup>79</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=Fundi%C3%A7%C3%A3o%20Alagoana&item\\_id=2766#?h=Fundi%C3%A7%C3%A3o%20Alagoana&c=4&m=95&s=0&cv=26&r=0&xywh=157%2C793%2C943%2C665](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=Fundi%C3%A7%C3%A3o%20Alagoana&item_id=2766#?h=Fundi%C3%A7%C3%A3o%20Alagoana&c=4&m=95&s=0&cv=26&r=0&xywh=157%2C793%2C943%2C665)> Acesso em 21 de dezembro de 2020.

## 2 FRONTEIRA AGRÍCOLA, URBANIZAÇÃO, ALGODÃO E FÁBRICAS TÊXTEIS EM ALAGOAS

### **Breve apresentação do conceito de fronteira agrícola**

Para compreendermos “fronteira agrícola”, devemos conhecer o fundamento de fronteira. Inicialmente, o processo de “expansão de fronteira” foi marcado pela ocupação do solo sem relações capitalistas. Ocorria à ocupação de terras devolutas para a subsistência, depois surgiu a “frente pioneira” que resultou na expansão do capitalismo por áreas anteriormente ocupadas e as relações sociais passaram a ser controladas por uma economia de mercado e as terras passaram a ter valor monetário (CARRIJO, 2008, p. 15). Segundo o autor,

Para explicar esse fenômeno de expansão de fronteiras, há uma dualidade no debate. Uma é a linha tradicional, apontada por Martins (1975) como aquela que divide a ocupação do solo em dois momentos: a) o primeiro é aquele em que a frente de expansão é abordada; b) o segundo momento é caracterizada pela frente pioneira. Esses momentos são classificados como fases distintas entre si e que se estruturaram em longo prazo. [...] para Miziara (2006) considera pertinente toda a análise tradicional, mas difere no momento em que aborda o processo de expansão de fronteira de forma unificada, fazendo também referência às ações dos indivíduos (CARRIJO, 2008, p. 15-16).

A fronteira agrícola ocorreu com a ocupação de novas áreas que não tinham aptidão agrícola, uma vez que o solo não era apropriado para o cultivo de certas culturas. Por exemplo, os tabuleiros alagoanos que, até a metade do século XX, não sustentavam a cultura canavieira. Essas terras foram melhoradas, por meio do uso de diversas tecnologias como: melhoramento genético, insumos químicos, fertilizantes, defensivos e mecanização para que tornassem férteis e muito produtivas. O fato de transformar a terra em mercadoria não esgotou a fronteira, ao contrário, fez surgir novas características que marcaram o processo de ocupação e reordenação da terra, sendo um movimento transitório (CARRIJO, 2008, p.17).

O modelo socialista proposto por Marx considerava que o constante uso do solo, não implica no aumento da fronteira, mas aumentava a produção, por meio do progresso tecnológico do campo. Verificando que a quantidade de capital investido era que determinava o volume da produção (CARRIJO, 2008, p. 19-20). Segundo o autor,

Este processo de ocupação é contínuo, visto que não se esgota numa primeira etapa. O autor propõe um modelo que unifica as três fases (frente de expansão, frente pioneira e fronteira agrícola) e afirma que as fases são distintas entre si. Para tanto, este autor, ao explicar o processo de ocupação do solo parte da ideia de Marx

(1986), em que o aumento de produtividade está ligado ao nível de investimento de capital, que proporcionará a intensificação do uso do solo (CARRIJO, 2008, p. 20).

Esse era o maior problema das lavouras do Norte, os chamados “auxílios a lavoura” ou investimentos. Estava mais ligado a setores exportáveis, excluindo os setores não dominantes da economia brasileira, como a pequena lavoura e o roçado de subsistência, cujos excedentes negociava-se no mercado interno. Para o entendimento imperial, lavoura significava grande lavoura de exportação. Quando Nabuco criticou o ministério de Sinimbu, pela preferência exclusiva a grande propriedade rural e escravocrata em detrimento da pequena propriedade e trabalho livre, foi taxado como de entrar em distinções perigosas e tendenciosas. Somente em meados dos anos oitenta com o declínio da ordem imperial, com o movimento abolicionista e com a crise econômica foi que começou a alargar o debate sobre o assunto no parlamento (MELO, 1984, p. 80).

A redução de impostos constituía um mecanismo automático e imparcial aproveitando todos os produtores das grandes lavouras para conceder o crédito hipotecário de forma seletiva e elitista, beneficiando a melhoria dos agricultores privilegiados. A discrepância de juros de crédito entre o norte produtores de algodão a açúcar e sul cafeeiro era evidente, enquanto no Sul não superava os 10 a 12%, no Norte agrário chegava entre 18 a 24%, ocasionando grandes dificuldades desses. Mas tal fenômeno tem explicação devido à centralização do crédito na praça do Rio os interesses da classe cafeeira do vale do Paraíba. A reforma de Itaboraí, em 1853, modernizou o sistema bancário, moedas e crédito ausentes durante o comércio de escravos africanos que a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 cessou. Tal reforma acelerou ainda mais a transferência de recursos antes empregados nesse comércio para o Rio de Janeiro (MELO, 1984, p. 96).

A transferência de recurso do Norte para o Sul deu-se a partir das agências do Banco do Brasil. De 1853 a 1866, emitiram um total de R\$ 38.400 reis, sendo que, para o Norte ficou R\$ 27.500 e, no Sul, R\$ 10.900. Das províncias do Norte, as agências recolheram um valor quase igual às emissões. Ao custo que, sua matriz no Rio fornecia um capital de 95.544:000\$ posto à disposição. Outra consequência foi à desigualdade na distribuição do meio circulante, ocasionando sobre tudo no Norte crises monetárias periódicas, devido às grandes remessas de impostos. As rendas arrecadadas no Norte serviam para pagar os compromissos das dívidas externas com Londres (MELO, 1984, p. 99).

Com as crises nas praças do Norte que sucederam-se não tiveram apoio do governo, mesmo com a queda de Mauá em 1875, o governo negou-se em estender auxílios às praças do

Norte. Em 1866, o governo tira a delegação do banco do Brasil de emissor monetário, passando ao próprio estado, caso disposto a fazê-lo.

A idéia de promover o crédito hipotecário, veio do exemplo francês, mas o Brasil esbarrava em dois problemas: a quantidade suficiente de fundos para suprir demanda agrícola nacional e a prudência do agricultor, pois poucos eram as colheitas a que convinha hipotecar, e sobre uso da lei era obrigado a dar como penhor seus instrumentos de trabalho, escravos, boiadas, entre outros. Sendo assim, eles preferiam recorrer ao crédito dos correspondentes que, em último caso, recorreria à lei e o banco não hesitaria em fazer imediatamente (MELO, 1984, P.102-103).

A reforma hipotecária de 1864 tentou superar a composição orgânica da terra no escravo sem efeito. Mas, com a emancipação das primeiras leis abolicionistas, queda no preço dos cativos, reduziu o a garantia dos empréstimos dos comissários e bancos feitos a cultura cafeeira. Essa reforma também tinha como intuito dar competência aos estabelecimentos de crédito rural emitir letras hipotecárias, no entanto, o apoio do governo era indispensável. As primeiras letras hipotecárias nos anos sessenta foram desanimadoras, pois coincidiram com a crise comercial desencadeada no Rio de Janeiro. A reforma falhou no intento de proporcionar crédito barato a grande lavoura, pois poucas instituições, entre 1864 a 1889, foram fundadas com esse fim (MELO, 1984, P.103).

De 1884 a 1889 o estado concebeu duas formas em favor do crédito territorial. A primeira foi à criação de um banco estatal de crédito a lavoura, projeto São Vicente 1877, seja o empréstimo de recurso público a bancos privados, plano Cardoso de Menezes 1875, seja a concessão de garantia e juros a tais estabelecimentos, projeto Rio Branco, 1874; Buarque de Macedo 1879 e João Alfredo 1888 seja até mesmo a concessão de garantias de juros e amortização, plano Inhomrim 1875. A segunda categoria e das medidas indiretas, sem dispêndio de fundos públicos com a redução de resgate das emissões do Banco do Brasil, Lei nº 2400 de 1873, a atribuição as letras hipotecárias de juros superior ao da apólice do tesouro e a modernização do processo por dívidas, lei nº 3272 de 1885 (MELO, 1984, p. 104).

A lei nº 2.400 de 1874, beneficiava com empréstimos a lavoura fluminense e paulista, enquanto as províncias do Norte eram negligenciadas. As reivindicações feitas pelo Norte expandiram-se, principalmente nos anos setenta quando sobreveio a grande depressão de 1873-1896 que provocou uma queda nos preços do açúcar e algodão (MELO, 1984, P.104).

### **Fronteira agrícola do algodão em Alagoas**

O ouvidor geral da comarca de Alagoas, José de Mendonça Matos Moreira, 1779-1798, intensificou o desenvolvimento da cultura algodoeira. Mais tarde nomeado juiz conservador das matas, através da carta régia de 13 de março de 1798 a 1827.<sup>81</sup> As matas alagoanas já passavam por uma avançada deterioração, devido à efetivação dos engenhos, acréscimo dos roçados e a extração desmedida do pau-brasil, sucupira, jacarandá e pau-amarelo utilizados para fabricação de embarcações, casebres a combustível para ascender os fornos dos engenhos. O ouvidor Mendonça Matos não era favorável a disseminação dos engenhos, mas possuía seis: Maranhão, Unusso, Carrilho, Buenos Aires, Vale e do Meio. Ele viu uma possível fonte de arrecadação para a Corte portuguesa através da venda dos troncos para os portos. Em geral o interesse em preservar as matas estava direcionado a prover a marinha real e mercante portuguesa (GUIMARÃES, 2014, p. 12).

Foi expressivo o papel de José de Mendonça Matos Moreira na lavra algodoeira. Inexpressiva no século XVIII tornou-se ao final da primeira metade do século XIX ponderosa. Entretanto, diversos historiadores alagoanos atribuem à introdução da lavoura algodoeira a José de Mendonça Matos Moreira. Manoel Diegues Jr. (2006) aponta que o algodão era cultivado na época do seu antecessor o ouvidor, Francisco Nunes da Costa 1777-1779. Mediante as recomendações do governador, José Cesar de Meneses da Capitania de Pernambuco, mandava amostras de panos e tecido de algodão produzido em Alagoas. A fabricação de panos ordinários era proveniente de Penedo e Porto Calvo usados principalmente por escravos e pobres (DIEGUES JR., 2006, P. 118).

A José de Mendonça Matos Moreira atribui-se no início do século XIX a instalação de uma feitoria em São Miguel em Atalaia, pertencente ao coronel José de Farias Bittencourt para a cultura do algodão. Ali trabalhavam escravos africanos e índios aldeados de Santo Amaro e Cabeça de Cavallo. Também se cultivava café, jaqueira e outras frutas (DIEGUES JR., 2006, P.118).

O fato é que a cultura do algodão se deu amplamente nas terras alagoana. E saliente-se a coincidência do plantio da malvácea para fins mercantis verificado em terras de um engenho de açúcar; algodão e açúcar dando-se as mãos, no domínio quase absoluto que tem tido na economia alagoana. Pois, o algodão sempre configurou ao lado do açúcar; algumas vezes até suplantou-o (DIEGUES JR., 2006, P.118-119).

A produção algodoeira em Alagoas se dava especialmente no agreste e sertão, sendo juntamente com a pecuária os principais elementos de povoamento. Segundo Jurandir Pires Ferreira (1960), a fibra branca contribui decisivamente para o povoamento do sertão. Outrora pouco habitado devido às difíceis condições climáticas e distância dos principais centros

---

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

urbanos situados no litoral. Embora fosse a cultura mais importante do agreste e sertão, na zona litorânea cultivavam-se o algodoeiro herbáceo, conhecido como verdão ou quebradinho (COSTA, 1939, p. 82).

A guerra de secessão nos Estados Unidos (EUA) possibilitou uma vantagem ao Brasil, assim como Alagoas na exportação do filamento branco de diversos tipos, bem cotado pela sua qualidade (COSTA, 1939, p. 81). O censo geral do Império, realizado em 1872, aponta Alagoas com dezenove comarcas.<sup>82</sup> Moacir Medeiros de Sant'Ana, em *Contribuição a história do açúcar em Alagoas*, salienta as comarcas de Porto Calvo, Porto de Pedra, Passo do Camaragibe, Imperatriz, Santa Luzia do Norte, Pilar, Atalaia, Alagoas, São Miguel, Coruripe, Anadia, Palmeira dos Índios, Penedo, Traipu, Pão de Açúcar, Paulo Afonso e Assembleia (atual Viçosa) ênfase na lavra do algodão.

Alagoas no século XX manteve-se auxiliada pelo governo federal um serviço especializado para o trato e desenvolvimento da cultura algodoeira, com três campos experimentais e um serviço regular de aperfeiçoamento das propriedades indústrias da fibra. Todo produto destinado a exportação era classificado em três classes: fibra curta, de 22 a 28m/m; fibra média, de 29 a 34m/m e fibra longa que correspondia além de 34m/m. Destacou-se na produção nacional com uma média anual de 5.300 toneladas, uma produção superior à dos estados da Bahia, Sergipe, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em contrapartida, configurou entre os últimos dos estados do Norte, somente a frente de Sergipe e Bahia. No entanto, a produção média por hectares chegou a 203 quilos de algodão, avaliando-se em torno de 29.000 hectares de terras do estado. Chegou a possuir nove fábricas, sendo oito de tecido e uma de linha, as quais consumiam 75% da produção anual, ou seja, quase toda produção era voltada as indústrias locais, levando a diminuição da exportação do algodão em rama. Em compensação, a exportação de inúmeros tecidos alvejados, tintos entre outros, substituía a saída do algodão bruto (COSTA, 1939, p. 81-82).

Para entender a saga do algodão na terra alagoana é preciso voltar ao início, perpassando proeminentes regiões algodoeiras. A começar por Viçosa, ligada ao vale do Paraíba, antes um importante celeiro do algodão. Inicialmente habitada pelos índios Caambembes, um subgrupo dos Caetés, que viviam em conflitos constantes com os Cariris. Foi uma região de influência quilombola, sua extensão situava-se desde o vale do Paraíba e do Mundaú. Praticavam o roçado negociando o excedente da produção com localidades adjacentes. A região por anos foi palco de disputas entres quilombolas, holandeses e

---

<sup>82</sup> Em 1902 alagoas possuía 34 municípios, sendo 13 produtores de algodão, alcançando o dobro do que era em 1872.

portugueses e ao final do século XVII, os quilombolas foram aniquilados, suas terras repartidas entre os vencedores brancos e índios que acompanharam o bandeirante Domingos Jorge Velho (VILELA, 1931, p.16).

Por volta de 1790, o agricultor Manuel Francisco, por determinação do ouvidor José Mendonça de Matos Moreira, estabeleceu residência no sítio Riacho do Meio com o intuito de fixar a cultura do algodão. Manuel Francisco,<sup>83</sup> derrubou as matas das cercanias e fez roçado no vale. Onde mais ou menos onde está situada a Praça Apolinário Rabelo, centro da cidade. Aos poucos o Riacho do Meio foi atraindo moradores, inicialmente com rústicas casas de madeira e taipa. Muitos desses primeiros moradores descendiam dos quilombolas, índios e paulistas que vieram com o conquistador bandeirante. Outros das vilas de Alagoas e Santa Luzia do Norte. Em 1820, já havia nas cercanias inúmeros sítios, utilizando-se da cultura do algodão e açúcar (VILELA, 1931, p. 6).

O decreto imperial de 13 de outubro de 1831 elevou o povoado do Riachão do Meio à vila de Nova Assembleia, separando-a da vila de Atalaia. De seu território elevou-se a vila de Quebrangulo, em 1872, elevada à comarca em 1875, e cidade pela lei número 14, de 16 de maio de 1892 (DIEGUES, Jr., 1944. p. 29).

Os reais motivos para a emancipação de Viçosa foi o desenvolvimento do povoado, devido ao aumento dos sítios que produziam e vendiam algodão para outras localidades. Além das engenhocas que fabricavam rapadura e engenhos de açúcar e da necessidade da autoridade provincial em organizar a divisão administrativa da província (BRANDÃO, 1931, p.17).

A primeira pessoa a importar o moderno beneficiamento do algodão foi o português Boa ventura José de Souza que construiu uma bolandeira, máquina para descaroçar o algodão, constituída de madeira e movimentada por tração animal. Instalação fundada por volta de 1820, abrindo a corrida do beneficiamento do algodão. Izidro Atanázio Vasconcelos, em 1844, introduziu uma bolandeira movida à água. Vários outros seguiram essa indústria como, João Deodoro, Frederico Maia, Marcelino Vieira de Lira, Antônio Pereira Graça, Antônio Pereira Boi e João da Mata (VILELA, 1931, p.80).

A indústria algodoeira em Viçosa consistia de boladeiras e descaroçadoras manuais, nas quais em algumas ocasiões mais aproveitáveis que as primeiras. A bolandeira hidráulica produzia entre três a quatro arrobas diárias, enquanto que as menores até uma arroba e meia. Em um ano de sucesso a produção chegava entre 200 a 259 arrobas.

---

<sup>83</sup> Manuel Francisco era um homem pobre e trabalhador morreu em 1839 na extrema miséria na mata escura. Ele e considerado o patriarca dos viçosenses.

Em princípio de 1870, João Fernandes Viana fundou a primeira descaroçadora movida a vapor. Anos depois, em 1897 surgiu outra propriedade denominada de Vasconcelos & Vasconcelos, depois substituída por Tomaz Soares de Vasconcelos, em 1913, e por José Plácido, em 1915. Em 1902 houve a fundação de outra na região de Cruzes pertencente a Pedro Carnaúba, o mesmo fundou uma na cidade em 1917, posteriormente o comerciante foi forçado e reequipar-se devido à obsolescência do maquinário. Em 1930, o setor algodoeiro na região foi ampliado devido à aquisição de novas máquinas para comportar uma produção moderna (VILLELA, 1931, p. 81).

A raquítica produção algodoeira durante a primeira metade do século XIX que correspondia entre uma a três arrobas por descaroçador, quadruplicou em 1910, passando para 180 arrobas, chegando à média 6.559 quilos anuais. Aumentando progressivamente a indústria algodoeira da região ao longo do século XX. Apesar do município ter raízes no algodão, nos vilarejos, sítios e povoados, fazia-se o uso do milho, feijão, mandioca, couro e da cana-de-açúcar que liderou devido sua maior rentabilidade. “Dentre os primeiros negociantes que se dedicavam a compra e venda do algodão, destaca-se o tenente Joaquim Cardozo de Lima, Riachão do Cipó, proprietário de uma pequena bolandeira trabalhada à mão” (VILLELA, 1931, p.92).

A valorização do algodão brasileiro no mercado externo a conjuntura da rota do algodão EUA-Inglaterra e a extensão da linha férrea Alagoas Railway em 1891 acarretaram uma progressiva escalada do filamento branco até o século XX. A linha férrea possibilitou maior comunicação entre as vilas de Pilar e Maceió, impulsionando a indústria viçosense, principalmente algodoeira. O transporte antes feito por caravanas de animais era custoso e penoso. O deslocamento para o Pilar, por exemplo, levava em torno de três a quatro dias de ida e volta consumindo o dobro para Maceió de cinco a seis dias. O mesmo trajeto feito de trem levava um dia. Por outro lado, do porto do Pilar se importava para Viçosa charque, bacalhau e tecido entre outras especiarias. O comércio de compra e venda do algodão, açúcar, milho, feijão, café, cacau, peles, eram encabeçados pelos comerciantes: Pedro Carnaúba, José Correia, Miguel Soares, Torres & Bomfim, Soares & Soares, E. Brandão Rêgo, Júlio Accioly, Manoel Leite, Manoel Teodoro de Almeida, Manoel Bezerra Padilha e Izidro de Vasconcelos (VILLELA, 1931, p. 97).

Craveiro Costa (1902, p. 36), afirma que o município de Viçosa tinha como principal riqueza o açúcar, seguido do algodão, fumo, milho, mandioca e cereais. Sua indústria era movida pela fabricação do açúcar com setenta e dois engenhos e consideráveis volumes exportáveis do caroço de algodão, madeira, mamona, couro, pedras, entre outros. Costa era

favorável aos latifundiários açucareiros. Primeiro devido a sua participação maciça na política crítica perpetrada pelo *Jornal Gutemberg* ao governador Euclides Vieira Maltas que acumulava inimigos por todos os lados, pois não conseguiu perpetuar interesses dos coronéis e senhores do açúcar desencadeando uma série de episódios violentos que tumultuaram a vida sócio-política do estado. Craveiro Costa retirar-se de Alagoas, voltando anos depois e recebendo a tarefa de escrever o *Indicador geral de Alagoas de 1902*.

A comarca de Imperatriz, atual União dos Palmares,<sup>84</sup> tornou-se grande beneficiadora da indústria do algodão, existiram diversas bolandeiras, descaroçadoras, principalmente após a extensão da linha Férrea Alagoana até a região no século XIX. Situava-se em um vale cercado por serras e sua margem esquerda banhada pelo rio Mundaú. Era uma região pobre de pouco ou nenhum comércio a não as feiras nos dias de sábado (ESPINDOLA, 1871, p. 49-50).

Felix Lima Jr. em *Maceió de Outrora*, aborda o florescimento comercial da região proporcionado pelas linhas férreas. Em especial, passou-se a exportar e importar diversos gêneros, inclusive açúcar e algodão para Recife. Dentre todos em peculiar o sururu, marisco natural da Laguna Manguá que banha a capital e municípios circunvizinhos. Era extraído por indivíduos que viviam às margens da sociedade que depois de coletados eram transportados em sacos e tonéis para Murici, União e Recife. Os habitantes Centro-Norte passaram a degustar da iguaria, restrita antes à Zona da Mata. As estradas de ferro possibilitaram essa interligação sem precedentes, tal como o algodão (2014, p. 30).

A Cerca Real dos Macacos, atual União dos Palmares, se originou em torno do século XVII, em volta de um cruzeiro. Sua denominação se deve ao fato de haver nas proximidades o riacho Macaco de densa mata, habitada por símios (FERREIRA, 1959, p.190).

A comarca fazia limite ao norte com as freguesias de Porto Calvo e Camaragibe pelo riacho Camaragibe e serra da Canastra. Ao Sul, com Assembleia, a leste, com Murici pelo riacho cabeça de Porco e a oeste com os povoados de Panelas de Miranda e Quipapá. Possuía dez povoados: Laje do Canhoto, Urucum, Mundaú Mirim e Santo Antônio da Boa Vista. No município eram cultivados em grande escala milho, algodão, cana-de-açúcar para exportação. Possuía 28 engenhos para transformar a cana. Além disso, criava-se gado (ESPINDOLA, 1871, p.230-232).

O desenvolvimento do povoado começou com o português Domingo do Pinto que construiu uma capela, onde hoje é a igreja matriz. Dedicada a Santa Maria Madalena, cuja

---

<sup>84</sup> A denominação União não se sabe o porquê, mas nos anos 40 do século passado passou a ser chamado de União dos Palmares, devido ali ser reduto da nação quilombola no século XVII.

imagem foi trazida da fazenda Gordo. O arraial passou a ser chamado de Maria Madalena. Domingo Pinto doou um terreno à padroeira com cláusulas de inalienabilidade, o qual hoje se estende por quase toda União dos Palmares. Por concessão de sesmaria, a região passou para as mãos de brasileiros e portugueses os quais se dedicaram aos trabalhos agrícolas, sendo essa as primeiras entradas de colonização da região (FERREIRA, 1959, p.190).

Sua história não restringe regionalmente, mas nacional. Foi sede do Quilombo dos Palmares, república formada por negros foragidos da escravidão. Não se sabe sua verdadeira origem alguns historiadores acreditam que sua formação se deu ao final do século XVI. Situava-se na Serra da Barriga, distante seis km da sede municipal e a quarenta e duas léguas de Penedo. Teve como chefes relevantes Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares. Sua população estimava-se entorno de 20.000 mil habitantes.<sup>85</sup> Seus limites compreendiam desde o vale do Mundaú e Paraíba, ao norte adentrava as atuais jurisdições de Pernambuco. Sua economia baseava-se nos “roçados comunais” cultivando algodão, milho, feijão, mandioca, bananas e até a cana-de-açúcar. Sabe-se que os quilombolas mantinham relações comerciais, negociando os excedentes produtivos com os povoados e aldeias vizinhas (FERREIRA, 1959, p.190).

Após a derrota holandesa por volta de 1654, os portugueses voltaram-se contra o quilombo. As cidades de Porto Calvo e Penedo sentiam-se sob constante assalto, devido aos ataques contínuos dos quilombolas aos engenhos, destruíam as plantações, raptava os escravos e seqüestravam mulheres.<sup>86</sup>

A destruição do Quilombo dos Palmares empurrou o povoamento para o interior e a divisão da região em sesmarias entre os vencedores. Essas terras compreendem hoje União dos Palmares, Murici, Atalaia e partes de Camaragibe. Posteriormente, passou a se constituir vila Nova de Imperatriz em 1831, separando-se de Atalaia, passando a chamar-se Imperatriz (DIEGUES, Jr. 1944, p.11). Possuía um promissor comércio, mantendo regular contato com as praças de Maceió e Recife através da linha férrea. Importava-se charque, farinha de trigo, ferragem, produtos farmacêuticos e tecidos da Fábrica União Mercantis, situada nos arrabaldes de Maceió em Fernão Velho. Exportava-se algodão, milho, mandioca, feijão e açúcar (FERREIRA, 1959, p.193). Esse último era produzido por diversos engenhos na região, além do preparo do couro, óleos, corda, aguardente e o café nas serras. Entre os principais beneficiadores de algodão na região destacavam-se Manuel José de Araújo, Coelho & Oliveira e Eduardo Prazeres (COSTA, 1902, p. 348).

---

<sup>85</sup> Hoje se sabe que o Quilombo dos Palmares não só era formado por Negros, mas também de índios, mulatos e alguns brancos que dispunham de pouco prestígio social.

<sup>86</sup> *Revista Instituto Histórico Geográfico de Alagoas*. Maceió: ed. 1, 1872, p. 5-6.

A freguesia de Palmeira dos Índios teve origem em um antigo aldeamento dos índios Xucuru que se estabeleceram no século XVII. A região era habitada pelos indígenas e repletas de esbeltas palmeiras incrustadas no sopé da serra, daí o nome Palmeira dos Índios. Os indígenas formaram um aldeamento no brejo Carfuná e na serra da Boa Vista. Acredita-se que mais ou menos em 1770 chegou à região frei Domingos de São José e converteu os índios ao cristianismo. Posteriormente, o franciscano obteve de D. Maria Pereira Gonçalves e de seus descendentes a doação de meia légua de terra, na qual foi construída a capela para devoção ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte.

Fez parte de Atalaia. De um livro dos assentos de casamento conta que no dia 12 de julho de 1798, seu pároco era Júlio Leite da Cunha. Em outro documento consta que de 1778 a 1780 foi construído pelo frei Domingos de São José, um templo na aldeia dos índios da Palmeira, cabendo em 1798 a necessidade da construção de uma paróquia na referida aldeia sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo (ESPINDOLA, 1871, p.150).

Em 1833, o coronel José Daniel das Flexeiras ocupava o cargo de juiz da paz de Palmeira dos Índios. Tinha como seus auxiliares Canuto, Holanda e Veigas. Nessa época o vigário da freguesia, José Caetano de Moraes, gozava de prestígio e influência com os governadores da província, sendo eleito deputado provincial em várias legislaturas. Daniel das Flexeiras, sabendo que estremeceram as relações entre o vigário e o juiz de direito, Fonseca Lessa, procurou tirar proveito culpando o vigário e seu sobrinho, o tenente-coronel Tavares Bastos pelas divergências. Usando sua força como juiz de paz, tratou de colher provas para o processo. O vigário, José Caetano tornou-se inimigo do juiz de paz, rapidamente tomou represália a Daniel seus parentes e auxiliares. Com o prestígio que gozava em poucos dias conseguiu aprovar um projeto convertido em Lei número 7 de 11 de julho de 1839, separando o termo de Palmeira dos Índios e anexando a freguesia de Assembleia com os sítios Flexeiras, Caldeirões de Baixo, Lages e Gravata Assú. Expulsou do município Daniel, Holanda, Veigas e Canuto seus adversários políticos. O projeto do vigário José Caetano consistia em dividir a freguesia entre seus amigos e expulsar os inimigos e seus parentes. As melhores terras como sítio Pau-Sangue que pertenciam a seus amigos fazendeiros Matias da Costa Barros e Manuel Vitorino da Costa Barros. Lages, Flexeiras, Caldeirões de Baixo e Gravata Assú foram anexados a freguesia da vila de Assembleia, porque tais lugares eram moradias de seus inimigos (ESPINDOLA, 1871).

As lutas políticas que se sucederam deram lugar aos assassinatos do vigário José Caetano do tenente-coronel Manuel Tavares Bastos, Chagas Pinto, Luiz Jucá, José Roberto, Adrião Melo, Antônio Barbosa do Caldeirão e dezenas outros cidadãos importantes de

Palmeira. Como consequência, deu-se o êxodo de famílias; Matias da Costa Barros, Manuel Vitorino, coronel Manuel Antônio, Sabino José de Oliveira, José Joaquim Duarte, Simplício Fonseca Barbosa, Antônio Izidoro entre outros. Esses acontecimentos levaram a supressão da vila pela freguesia de Anadia, em 4 de maio de 1846 (ESPINDOLA, 1871).

O assassinato do clérigo José Caetano de Moraes gerou uma onda de violência perpetrada pelos seus filhos Manuel de Araújo Moraes e José de Araújo Moraes resolveram vingá-lo. Reuniram-se em um bando em torno de 40 a 50 homens praticaram requintes de crueldades em vários pontos centrais do estado, nem mesmo poupando crianças. Manuel de Araújo foi assassinado nas matas de Jacuípe por um caboclo. José de Araújo Moraes rendeu mais um pouco, sendo encontrado em inanição causada pela perseguição não ofereceu resistência, mesmo assim foi assassinado tendo a cabeça decepada e colocada ao sal (BRANDÃO, 2015, p. 147-149).

Em 1875 dentre as comarcas que se destacavam na produção algodoeira estavam: Palmeira dos Índios, Anadia, Assembleia, Imperatriz e Mata Grande. Essas regiões juntas produziam quase a metade do algodão da província. Além disso, a planta era cultivada na região do São Francisco. Em Palmeira dos Índios a cana-de-açúcar era cultivada, habitualmente para consumo local. Existiam algumas engenhocas que produziam rapadura e aguardente havendo pouco ou quase nenhuma exportação desses derivados. A pecuária achava-se em destaque, juntamente com Mata Grande, Anadia e Penedo (SANTANA, 1970, p. 300).

Palmeira dos Índios tinha como principal fonte de riqueza o algodão seguido do milho, mandioca, feijão e fumo. Sua indústria baseava-se no beneficiamento do caroço do algodão, azeite, couro, queijo e redes (COSTA, 1902, p.30). Durante a seca de 1877 quase metade da população de Palmeira dos Índios, em apenas dois meses, de fevereiro a março de 1878, transferiram-se para os municípios de São Miguel dos Campos, Anadia, Pilar, Cururipe e Alagoas abandonando os roçados. (SANTANA, 1970, p.171). Possuía sete povoados, dentre eles, Olho da Água do Accioli era o mais próspero e florescente do sertão. Seu território foi desmembrado em 3 de março de 1869, durante a presidência de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, subordinado a jurisdição da paróquia de Palmeira dos Índios. Possuía 6.000 mil habitantes. Estendiam-se a esquerda e a direita por enormes lavouras de algodão, circundadas por arbustos de cujo vale oriental emanava um riacho que abastecia a população de água potável, mesmo durante os períodos de seca. Existiam dezesseis casas de negócios, duas pertencentes a italianos, duas a portugueses e as demais eram de propriedade de brasileiros (ESPINDOLA, 1871, p. 230). O povoado de Olho da Água Accioli distava de três

a quatro léguas de Palmeira dos Índios. Tinha bastante comércio e possuía uma capela e duas escolas primárias de ambos os sexos. Destacava-se o povoado Bonifácio a duas léguas da freguesia onde se cultivavam em grande escala o algodão. Devido à seca entre 1869 a 1870, os preços dos gêneros ali cultivados aumentaram: farinha de mandioca de 7\$000 réis para 64\$000 réis, o feijão 16\$000 réis a 128\$000 réis (ESPINDOLA, 1871, p. 240-241).

O comércio do algodão, cereais e outros gêneros alimentícios eram feitos através das cinco estradas que partiam da região para o litoral, o vale do rio São Francisco e os vales do Mundaú e Paraíba, respectivamente, Penedo, São Miguel dos Campos, Pilar e Alagoas. Embora constituísse terreno pedregoso existiam inúmeros açudes que auxiliavam as fazendas na criação de animais e irrigação. Os principais açudes eram do vigário Francisco Vital e do capitão Antônio Pinto da Silva Leitão, em cujas águas abundavam peixes em suas margens, empregava-se o cultivo da cana-de-açúcar, havia também uma engenhoca. Empregava-se o cultivo do milho, feijão, algodão. Eram cercados por longas cercas visando proteger o gado vacum.<sup>87</sup>

A povoação de Anadia em meados do século XVII era habitada por índios, com a denominação de Campos do Arrozal de Inhauns. Existia uma capela dedicada a São João Nepomuceno, primeiro padroeiro da região. Segundo a tradição foi encontrada uma pequena imagem na pedra da serra da Morena, localizada a uma légua do povoado. Era da Virgem da Piedade. Acreditando os moradores que ela tenha sido perdida ou deixada por fugitivos de Palmares, transferindo-a para a capela e começam a dever votos. Posteriormente, essa capela passou a denominar-se Nossa Senhora da Piedade.

Não se sabe quais foram os reais motivos de penetração no território, acredita-se que os primeiros povoadores tenham procedido de outros núcleos mais antigos da região como Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (Marechal Deodoro), Bom Sucesso (Porto Calvo) e São Francisco (Penedo), atraídos pelas suas planícies e solos férteis. Outros acreditam que foi o rio São Miguel a primeira rota de penetração pelos exploradores que seguindo o curso do rio encontram um pequeno aldeamento de índios e foram atraídos pela sua fertilidade e exuberância (CARVALHO, 2016, p.184-190).

Em 17 de julho de 1801, o ouvidor José de Mendonça Matos Moreira,<sup>88</sup> elevou o povoado de Campos do Arrozal de Ainhuns à condição de Vila Nova de São João de Anadia,

---

<sup>87</sup> **Revista Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.** Maceió: Typo, do Jornal de Alagoas, n. 6, jun. 1875, p. 132-137.

<sup>88</sup> Foi o décimo quarto ouvidor da comarca de Alagoas, José de Mendonça Matos Moreira. Na sua ouvidoria foram criadas as vilas de Poxim, em 8 de julho de 1799 e Anadia 18 de novembro de 1801. Pela maioria dos

em homenagem ao visconde de Anadia, ministro português que ratificou a carta Régia de 8 de julho de 1799 permitindo a criação da vila. Em 20 de julho de 1801 foi instalada a vila por territórios de Alagoas do Sul e Imperatriz. Foi parte integrante da comarca de Alagoas até 1833, quando passou para Penedo. Tornou-se comarca cinco anos depois, em 22 de janeiro de 1838 (CARVALHO, 2016).

Além do algodão a região foi conhecida por possuir excelentes pastos nos primeiros anos da colonização. Quando Alagoas tornou-se capitania em 1817, Anadia já se constituía em vila, juntamente Alagoas, Porto Calvo, Penedo, Atalaia, Poxim, Porto de Pedra e Maceió. O algodão era a principal fonte de renda. Plantava-se ainda, mandioca e o fumo em grande escala. O último passou a ser destaque nacional durante a Exposição Nacional Brasileira de 1875 quando foi exibido em rolos comprovando sua qualidade. A cana-de-açúcar era empregada em escala menor. Em 1854 existiam cinco engenhocas de rapadura sem funcionamento, nove delas funcionavam produzindo 2.559 arrobas de açúcar atestando insuficiente a produção açucareira.

A freguesia de Quebrangulo não se sabe como se originou, as pessoas mais antigas ouviram de seus antepassados que a região era habitada por índios Xucurus, que formaram povoamento perto da serra de Palmeira dos Índios (SANTANA, 1970, p. 112). Os índios Cariris eram encontrados por volta de 1740 imigrados de Pernambuco devido à seca que assolou o sertão.

Era um povoado de negros fugitivos que viviam da caça de caititus e da coleta de cocos das inúmeras palmeiras. Esse chefe era um grande caçador de porco, dando o nome da povoação de Quebrangulo, o qual significa “matador de porco”. A vila de Quebrangulo, pelo recenseamento de 1875 possuía 10.791 habitantes, sendo 9.944 livres e 847 escravos. Possuía instrução primária para ambos os sexos, sendo três particulares, duas do sexo masculino e uma do sexo feminino. Na vila existiam quinze lojas de fazenda, sendo as mais fortes as que negociavam com molhados e secos sendo brasileiros todos os negociantes. Quanto às profissões e ofícios existiam padre, advogado, professores, escrivão, alfaiates, sapateiro e marceneiros, mas eram em maior número os agricultores e criadores de gado. Em 1907, o município possuía cinco engenhocas para a fabricação de rapadura movida por animal (SANT’ANA, 1970, p.310).

O escritor Marcelo Rocha, em *Quebrangulo, Quebrangulo, sempre será*, alega que a população inicial teve a vida baseada na agropecuária e no comércio. Setor rentável onde as

---

historiadores alagoanos foi como quem impulsionou a cultura algodoeira. Exerceu o cargo de conservador das matas com a função zelar pelo corte das matas alagoanas, para fins da construção naval do reino.

transações eram feitas entre Passagem, Assembleia e Palmeira dos Índios. Ressalta o quanto era difícil naquela época um homem deslocar-se para fazer a feira ou comprar para revender no povoado. Em 1873 na vila existiam quinze lojas de fazendas sendo as mais fortes que negociavam com 12 a 16 contos de réis, 12 lojas de secos e molhados e nenhuma de drogas. Havia dois carpinteiros, dois pedreiros, dois marceneiros, dois ferreiros e quatro alfaiates (1996, p. 60-69).

Na indústria beneficiadora de algodão existiam doze boladeiras, sendo uma movida a água e as outras a animal. A mais importante dela encontrava-se unida a uma fábrica de azeite de mamona. As máquinas de descaroçar algodão de origem americana encontravam-se espalhadas por toda freguesia, substituído as velhas de modelo tradicional. Quanto aos engenhos de açúcar possuía nove o maior deles possuía trinta escravos. Havia cerca de vinte engenhocas que produziam rapadura um grande negócio comercial no vizinho sertão, pois era utilizado para diminuir a má qualidade da água na época de estiagem e duas destilarias que produzia aguardente.<sup>89</sup>

Em 1877, a câmara local enviou ofício ao presidente da província com a relação dos comerciantes de Quebrangulo:<sup>90</sup> Manuel Tenório Cavalcante, Francisco Vieira da Silva, Antônio Tenório de Albuquerque, José Francisco de Mendonça, Manoel Correia da Costa, João José dos Passos, Francisco Preciliano de Queiroz, Clementino Alves de Souza Mororó, José Joaquim da Costa Aguiar. No ano seguinte, foram adicionados os negociantes Felipe Tenório de Albuquerque, Ovídio Ferreira de Barros, Jeronimo Vaz Tenório, Mathias Coelho de Barros. Apesar dessa grande lista de comerciantes o município não possuía uma indústria considerável. De acordo com o ofício do presidente da câmara municipal ao presidente provincial, em 1884 comunica que o município não possuía indústria, estabelecimentos agrícolas de ensino nem jardim botânico. Os negociantes Agostinho Bezerra Cardoso, Manoel da Costa Pereira e José Cavalcante de Albuquerque eram detentores de boladeira de descaroçar algodão. No ano de 1889, eram presentes casas comerciais de tecido de Manuel Tenório de Albuquerque Junior, Luiz Tenório de Albuquerque e Gabriel Joviniano da Silveira (ROCHA, 1996, p. 70-75).

---

<sup>89</sup> **Revista Instituto Histórico Geográfico de Alagoas**. Maceió: Typo. Do Jornal de Alagoas, n. 7, jun. 1875, p.187-190.

<sup>90</sup> Ao final do século XIX, as ruas do município isentavam de pavimentação, sendo assim as feiras eram realizadas no pátio da “Rua Nova” por oferecer melhores vantagens e comodidade aos negociantes. Nos anos 20 do século passado a feira passou a ser realizada na “praça da independência” ali eram expostos e vendidos diversos gêneros.

Costa (1902, p. 214) também reforça a abundância da cultura algodoeira na região, bem como da cana-de-açúcar e a criação de gado. A região possuía 26 engenhos de produzir rapadura, máquinas descaroçadoras do algodão, produção de óleo, cal e criação de gado.

Marcelo Lima confirma a existência de vinte engenhocas de rapadura, as quais constituíam um grande ramo de negócios e duas destilarias de aguardente na região. Descreve os engenhos da região e seus respectivos proprietários:

Carangueja, João Teixeira de Carvalho; Santa Laura, Alípio Coelho de Barros Lima; São Jose, Luiz da Costa Pereira; Gavião, José Sabino de Araújo Pereira; São José do Riachão- herdeiros de Joaquim das Virgens Lima, que era preto, possuía Diploma de farmacêutico; Pirauás, Jerônimo Vaz Tenório; Cassamba, Antônio Pinto Teixeira; Dois Braços, João Thomé de Oliveira; Olho D'Água, Antônio de Barros Silva; Barro Preto, Manoel Ferreira da Costa Ferro; Cacau, Victoriano Roberto da Silva; Juliana, Julião Saraiva de Albuquerque; Boa Vistae Cassamba, Christovão de Holanda Cavalcante; São Tertuliano, Quintiliano Vital dos Santo; Cacáo, José da Costa Albuquerque (LIMA, 1986, p. 215).

Ao longo do tempo a atividade econômica de Quebrangulo transferiu-se do algodão para a pecuária e mandioca. Por volta de 1850 a região possuía em torno de 21.000 cabeças bovinas, somando 36.910 cabeças entre caprinos, ovinos, suínas e outros. Além de cinquenta casas de farinha de mandioca, o algodão fazia-se presente em menor importância, produzindo em torno de 9.300 arrobas ficando abaixo do açúcar e seus dez engenhos bangüês, produziam 14.500 toneladas e rendia 3.625 cruzeiros (FERREIRA, 1959, p.153-4).

Atalaia,<sup>91</sup> outrora conhecida como Arraial dos Palmares, nome decorrente onde as forças contra Palmares ficaram de atalaia que significa “lugar elevado que se mantém vigia”. Outros acreditam que a origem de seu nome se deu a pedidos da população para elevação da vila denominada Real de Bragança uma homenagem aos que governavam Portugal. O imperador atendeu à solicitação transformando a localidade em vila de Atalaia (FERREIRA, 1959, p.42).

Sua fundação ocorreu no século XVII época do Quilombo dos Palmares. Coube ao bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, desbravar suas terras abrindo caminho até Palmares. Terminado o conflito o governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Caldas de Menezes, concedeu sesmarias aos quatro mestres de campo de Domingos Jorge Velho e seus oficiais de regimento. A parte onde se encontra o atual município de Atalaia ficou de posse do bandeirante que ergueu uma capela para Nossa Senhora das Brotas.<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Em 1711 quando Alagoas tomou status de comarca existam três vilas, Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Somente em 1764 surge a quarta, Atalaia.

<sup>92</sup> *Revista Instituto Histórico Geográfico de Alagoas*. Maceió: Typo, do Jornal de Alagoas, V. 3, n. 7, 1901, p.42.

O povoado foi elevado à vila entre 1762 e 1765, época do ouvidor Manuel de Gouveia Alves, como consta no livro do tabelião Antônio Maciel de Lima e nos livros de correção da câmara das Alagoas. Sua etimologia estaria relacionada à posição de um destacamento de soldados que o governador mandou estabelecer como atalaia. Esse destacamento foi atraindo pequenos negociantes que vendiam seus produtos e aos poucos se estabeleceram em seu entorno agregados de habitação fixa, tornando-se mais tarde um povoado com o nome de Atalaia,<sup>93</sup> antes conhecido como Arraial do Palmar (ESPINDOLA, 1871, p.225-226). Esse posto atraía habitantes de outras localidades não só para vender seus produtos alimentícios, açúcar, rapadura, mel, fumo aguardente, mas também para estabelecer residência, pois estavam amparados e garantidos pelas forças públicas contra os saques e latrocínios cometidos que os quilombos costumavam realizar em suas terras (COSTA, 2016, p.194).

Atalaia foi um próspero interposto do algodão das terras centrais de Assembleia, Imperatriz até Garanhuns. Em 1831, a região foi acometida por uma onda de violência e protesto contra os portugueses que dominavam seu comércio.<sup>94</sup> Mesmo após o fim das hostilidades contra os lusitanos a violência continuou. Em 1834, o vigário da freguesia José Vicente de Macedo caiu vítima do bacamarte dando início a muitos outros e seus algozes impunes. Aterrorizada a população começou a abandoná-la, enfraquecendo o comércio e trazendo decadência (FERREIRA, 1959, p.28).

Atalaia foi por longos anos e depois da Independência do Brasil um dos mais ricos empórios comerciais da província. Escoavam para lá produtos agrícolas vindos de Garanhuns e outras localidades da província de Pernambuco. Havia muitas casas comerciais, nas quais obtinham vantajosos lucros da compra e venda do açúcar, algodão, fumo, couro, peles, fazendas, miudezas e outros gêneros. Após esse período de florescência, Atalaia passou a ser foco de espancamento, morticínios e atrocidades contra os portugueses, pois eram os que detinham ali as melhores fortunas e casas de negócios (COSTA, 2016, p. 194).

Nas lutas políticas e embates de partidos, digladiavam-se inimigos ferrenhos até que o vigário da freguesia, José Vicente de Macedo foi assassinado. Grande era sua influência política, faz-se eleger deputado geral, seguido do seu assessor o padre Ignácio Joaquim da Costa e seu sacristão, Francisco Remígio de Albuquerque de Melo. Confiou o cargo de

---

<sup>93</sup> De seu território desmembrou-se Imperatriz e Assembleia em 1831. Em 1835 Palmeira dos índios; 1882 Conceição da Paraíba, atual Capela.

<sup>94</sup> Esse movimento ficou conhecido como mata Marinheiro, onde os brasileiros opuseram-se contra o monopólio lusitano no comércio. Houve inúmeros episódios de violência em Alagoas. O mais conhecido foi perpetrado dentro da igreja Nossa Senhora Mãe do Povo em Jaraguá, Maceió. Quando lusitanos em desespero adentraram o templo, acreditando que os agressores não transgrediriam o local sagrado, mas se enganaram os revoltosos adentraram a igreja matando a sangue frio os refugiados que ali se escondiam.

suplente a seu filho, José Rafael de Macedo. O assassinato de José Vicente de Macedo deu lugar a outros de pessoas influentes da localidade. A falta de segurança pública e individual tornou-se grande afastando a população para outras localidades, enfraquecendo o comércio, o qual permaneceu por muitos anos em decadência (COSTA, 2016, p. 197).

A passagem do ramal da Alagoas Railway, partindo da estação de Lourenço de Albuquerque em direção a Viçosa, margeando o rio Paraíba, reanimou o espírito público. Houve novas construções de edifícios e a reparações de outros que estavam abandonados e retorno da população. Em cinco de março de 1891, o governador do Estado, Manuel de Araújo Góes, fazendo o percurso do ramal, chegou a Atalaia. Foi recebido pelas autoridades locais e população do município o qual em meio aos festejos, solicitaram verbalmente para que a localidade fosse elevada à condição de cidade (COSTA, 2016, p. 200).

A influência da estrada de ferro na vida econômica de Alagoas foi grande. A circulação de bens passou a ser feita no entorno das áreas cortadas pelos trilhos. No entanto, gerou a retração de áreas outrora comerciais. A decadência de Pilar foi decorrente da estrada de ferro antes um importante entreposto comercial da produção açucareira, algodoeira e peles de Anadia, Atalaia e Viçosa. Conduzindo em barcaças para Maceió, facilitadas graças aos inúmeros canais e a lagoa. Existiam inúmeras casas de exportação e importação, lojas de miudezas e estabelecimentos comerciais (DIEGUES JR., 2006, p. 118).

Progressivamente, as regiões centrais que cultivavam gêneros de primeira linha, responsáveis por abastecer o mercado de alimentos foram convertendo-se em grandes canaviais, Atalaia foi uma delas. Em 1854, contava com 33 engenhos sendo um de fogo morto obtendo uma safra de 109.800 arrobas. Em 1891, a região foi palco da primeira usina do estado de Alagoas, “Usina Brasileiro”. Moeu pela primeira vez em 18 de janeiro de 1892, fundada pelo engenheiro francês Felix Vandesmet, o futuro barão Vandesmet. O local onde foi instalada tornou-se um ponto turístico muitos queriam ver a usina de Felix Vandesmet. Além de um grande administrador, o francês era inovador e criador de novas técnicas. Foi o primeiro a usar a irrigação das fazendas, através do motor a gás. Introduziu variedades de cana-de-açúcar, demerara, barbados e white transparente (SANTANA, 1970, p. 93).

A cana-de-açúcar era a principal fonte de riqueza de Alagoas, Imperatriz, Maceió, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Penedo, Porto de Pedra, Assembleia e São Miguel dos Campos. O algodão e a mandioca eram cultivados em igualdade nos municípios de Alagoas e Assembleia. Existiam plantações de algodão localizadas tanto na cidade como nos povoados de Riachão do Meio, Lage do Canhoto e Serra Grande que rendia em torno de 3.875 arrobas. Plantava-se arroz, feijão e milho. Em 1855, a bolandeira Flor do Prado foi usada no

beneficiamento do algodão. Movida à força hidráulica era movimentada pelas águas do riacho Burarema, iniciativa de Basílio Mâncio da Costa (SANTANA, 1970, p. 110-54).

Penedo, Porto Calvo e Alagoas do Sul são considerados os primeiros aglomerados urbanos de Alagoas. Para o historiador Craveiro Costa quem primeiro chegou à região foi o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, por volta de 1560-1565. Em viagem de reconhecimento ao seu feudo criou na margem esquerda do rio São Francisco uma feitoria com objetivo de combater os índios. Mais tarde essa instalação seria o fundamento da cidade de Penedo e da colonização do baixo São Francisco (LIMA LÔBO, 2009, p.36).

Moreno Brandão (1909) realça Penedo como um dos primeiros povoamentos de Alagoas. Fundado por volta de 1522 a 1535 por Duarte Coelho Pereira, sucessor e filho de Duarte Coelho de Albuquerque. Por outro lado, Craveiro Costa declara que a conquista do território alagoano se expandiu a partir do segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque. O novo donatário organizou duas bandeiras uma rumo ao norte e outra ao sul. Essa última, o próprio fidalgo liderou penetrando o curso do rio São Francisco a sete léguas acima da foz sobre um rochedo a margem esquerda do rio fundando ali uma feitoria para vigiar os índios. Tomas Espíndola, alega que a primeira incursão bandeirante na região data entre 1522 e 1535 resultando na fundação de Penedo. Outros atribuem sua fundação à passagem do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho (BRANDÃO, 1909, p. 15-6).

Falar Penedo relembra a odisséia alagoana. Cidade de grande influência religiosa com as igrejas de Santo Antônio, da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios e outras de diversas ordens e confrarias. Conheceu a invasão dos holandeses onde fundaram o forte Maurício de Nassau e palco de lutas entre batavos e portugueses. Conheceu a rebeldia do quilombo dos Palmares, participou das crises políticas e militares da Revolução de 1817 resultando na emancipação de Alagoas e das lutas pela independência em 1822. Tomou luta pela mudança da capital para Maceió dos movimentos republicanos e abolicionistas das grandes transformações socioeconômicas no final do século XIX (SIMÕES, 2012, p. 366).

Penedo foi elevada a vila em 1637,<sup>95</sup> durante a invasão holandesa. Na época já existia o forte de São Francisco. O lugar foi ocupado por casas pertencentes ao tenente-coronel Antônio José de Medeiros Bittencourt. Sobre os alicerces destas casas, encontraram-se balas de diversos tamanhos pertencentes ao forte. O território foi restaurado pelos portugueses em

---

<sup>95</sup> A lei provincial nº 11 de 17 de março de 1837, sancionada pelo presidente Rodrigo de Souza da Silva Pontes, autorizou a criação da inspeção do algodão na vila de Penedo, tal como em Maceió e Alagoas. Essa instituição tinha como objetivo supervisionar o algodão a ser exportado, aplicando as devidas providências e práticas espúrias de alguns agricultores.

1645. Transformada em cidade no dia 18 de abril de 1843 por decisão do vice-presidente da província Pedro Antônio da Costa. Havia uma feira semanal aos sábados atraindo comerciantes de diversos lugares, inclusive da província de Sergipe. Existia uma alfândega com duas mesas de renda<sup>96</sup> interna e externa, correios, piladores de arroz, descaroadora de algodão, destilarias, trapiches e vários estabelecimentos comerciais. Possuía em torno de 10.000 mil habitantes (ESPINDOLA, 1871, p.156-59).

No século XVIII a economia de Penedo, apoiou-se nas cerca de 250 a 300 fazendas de grande e pequeno porte cultivavam-se algodão em grande escala e criação de gado comum. A cidade por muito tempo concentrou todo o comércio do São Francisco, no entanto com o florescimento da Traipu, Pão de Açúcar e outras localidades ribeirinhas e do interior, fez diminuir consideravelmente. A abertura do rio a outras nações navegando até Piranhas remediou a situação evitando seu colapso. Existiam alguns povoados na comarca, como Salomé, distante oito léguas ao norte de Igreja Nova, região de fértil terreno, detinha vinte e oito engenhos e diversas fazendas de criação de gado. A fazenda da Ilha Grande, propriedade de frades beneditinos, situava-se as margens do São Francisco entre Penedo e o povoado Piaçabuçu, onde se criava gado. (ESPINDOLA, 1871, p. 42-43).

A fazenda Ilha Grande às margens do rio São Francisco entre Piaçabuçu e Penedo pertencia aos beneditinos desde 1656. Habitualmente os sacerdotes praticarem o comércio, a exemplo do município de Alagoas, onde religiosos de diversas ordens se dedicavam a criação de gado. Em 1859 em Penedo existia uma descaroadora de algodão pertencente a Araújo Irmãos, movida a vapor com uma força de 10 hp. Em 1860. Essa máquina trabalhava perfeitamente produzindo cerca de 30 arrobas em 12 horas, gerando mais de 2\$000 mil réis em arroba no mercado. A máquina também movia um descaroador de arroz que em 12 horas de trabalho, rendia 12 alqueires. Movia também um moinho para fazer farinha de milho e arroz que em 12 horas produzia 50 arrobas (SANTANA, 1970, p.44-55).

A economia algodoeira era hegemônica em Penedo comparada à açucareira. Entretanto, em 1866 o município contava com sete engenhos moendo em torno de 7.800 arrobas. O número de engenhos e a produtividade eram muito baixos, comparados a Porto Calvo. Os engenhos Pescoço, Gameleira e Sobrado produziram 6.700 arrobas de açúcar quase à totalidade do produto da região. Sendo que as duas primeiras fábricas produziram mais algodão que açúcar (SANTANA, 1970, p. 152).

---

<sup>96</sup> A lei provincial nº 439, artigo 39 de 4 de julho de 1864 dividia a mesa de rendas de cidade de Penedo em mesa de renda interna e externa, cabendo essa dar despachos aos gêneros exportados do porto da cidade.

Penedo em relação às vilas de Porto Calvo, Santa Luzia do Norte e Alagoas não teve sua origem relacionada aos engenhos bangüês, mas devido a sua posição geográfica próxima a foz do rio São Francisco assentada sobre um bloco rochoso em um ponto privilegiado, pois permitia a entrada e saída para ao interior. Mais tarde, consolidou-se a cultura bovina e do algodão, adentrando o sertão. A cana-de-açúcar restou aos vales de Poxim e Cururipe e os poucos engenhos existentes na localidade entraram em decadência dando lugar às fazendas (DIEGUES JR., 2016, p.17-18)

As mesas de rendas e agências da margem do São Francisco existentes em Penedo responsáveis pelo peso e inspeção do algodão para exportação. Custearam a construção e manutenção ao longo dos anos do Hospital de Caridade de Penedo tendo autorização para funcionar em 1816, depois confirmado pela provisão régia de 17 de abril de 1820. Os rendimentos obtidos pelo comércio da fibra branca custeavam obras públicas na capital da província 5% dos rendimentos. Entre os anos de 1861-1865 esse recurso foi designado para iluminação pública da capital e manutenção do Hospital de Caridade de Maceió.<sup>97</sup>

O relatório do presidente provincial, Manoel Sobrado Pinto, em três de maio de 1853 a assembleia legislativa relatou queda na arrecadação das mesas provinciais de Maceió, São Miguel e Penedo. Atingindo um orçamento de um conto, trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis réis, inferior se comparado aos anos de 1851 e 1852 que rendeu vinte contos, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta réis. A instituição funcionava em péssimas condições em relação às demais necessitando de utensílios de trabalho. Ocasinou tomo orçamentário do cômputo do consulado provincial em relação a 1851 e 1852 de um conto, trezentos e seis mil, novecentos e noventa réis para setenta e três mil, oitocentos e oitenta. Esse efeito dominó na arrecadação da província foi decorrente da escassez na colheita do algodão e do açúcar.<sup>98</sup>

Antônio Coelho Sá e Albuquerque no relatório provincial de 1857,<sup>99</sup> reclamar sobre o alto valor cobrado sobre o direito do algodão exportado para a cidade de Própria exigindo do presidente da província de Sergipe e de sua assembleia remediar os abusos cometidos pelos

<sup>97</sup> GALEÃO, Olympio Eusébio A.; ARAUJO, T. V. *Compilações das leis provinciais das Alagoas*. Maceió: TYP. Comercial de A. J. da Costa. Tomo IV. 1872, p. 493-504.

<sup>98</sup> PINTO, Manuel Sobrado. **Fala Dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas**. Recife: Typo. de Santos e Companhia. 1853, p. 28-29. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbntdWNvbWFsfGd4OjUyYTgzYjk5MDJIMzcyZjc>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

<sup>99</sup> O relatório apresenta vários anexos, inclusive das comarcas, freguesias e distrito de paz da província da Alagoas em 1857. Possuía oito comarcas; *Maceió, Alagoas, Penedo, Mata Grande, Anadia Atalaia, Imperatriz, Porto Calvo*. Penedo detinha; dois municípios: *Penedo, Porto da Folha*; 4 Freguesia: *Penedo, Colégio, Porto da Folha, Santa Ana* e 9 distritos de paz: *Penedo, o já referido Salomé, S, Braz, Colégio, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Porto da Folha, Lagoa Funda e Santa Ana*.

cobradores e negociantes. A rica e moderna província sergipana não tinha a necessidade de aumentar sua receita à custa da agricultura da vizinha província. A mesa de renda de Penedo gerou um rendimento de trinta e quatro contos, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e dezesseis réis e uma despesa três contos quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte três réis. A inspeção do algodão apurou 10.769 sacas no ano anterior, sendo no primeiro semestre do decorrente ano 6.674 sacas, sendo 105 refugadas.<sup>100</sup>

O presidente provincial, Ângelo de Thomas, em 1858 expõe o comércio da província, inclusive de Penedo. Cita a fábrica de óleo de rícino de Araújo e Filhos, a qual rendeu 304\$598 libras, dos quais foram exportadas 253\$943mil réis e consumidas na província 506\$500 mil réis. José de Araújo & Companhia, era um estabelecimento de pilar arroz, serraria, moinhos para farinha, milho e outros cereais. O edifício encontrava-se as margens do rio São Francisco, nele havia uma máquina a vapor com força de dez cavalos. Posteriormente, a companhia adquiriu uma máquina hidráulica para extração de óleo e enfadamento do algodão. Por meio dela o preço da saca do gênero reduziria 1/3, diminuindo também o preço dos transportes.<sup>101</sup>

Manuel Pinto de Souza, no relatório de 1860, expõe a crítica situação da agricultura da província, principal fonte de riqueza. Destacando motivos desde a ignorância dos agricultores, falta de crédito agrícola para serem empregados na cultura algodoeira e do açúcar, maiores produtos cultivada na província e o fim do comércio de escravos em 1850, que causou a falta de braços na lavoura. Na indústria, aponta duas fábricas de óleo de rícino e azeite de mamona, pertencente a Araújo & Irmão e Pedro Jose Pinho. Em Penedo, havia também duas fabricas a vapor de pilar arroz, pertencentes a José Manoel Araújo & Cia. e Araújo Irmãos, e outra do chefe de estado da guarda nacional, Francisco Antônio Fernandes Pinheiro. A primeira situava-se na localidade da Rocheira, à margem do rio São Francisco. O seu maquinário a vapor de alta pressão e força de dez cavalos movia ao mesmo tempo um moinho de farinha de milho e arroz, uma máquina de descarregar algodão, uma serraria e uma padaria.<sup>102</sup>

<sup>100</sup> SÁ e ALBUQUERQUE. Antônio C. **Alagoas (Província) Presidente**. 1857, p.15-17. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmNkZXRjb2JyaW5kb3BvcnR1Z2FsfGd4OjZiMzkyNzBmYTZMDNkNDE>> Acesso em: 01 Jan. 2019.

<sup>101</sup> AMARAL, Ângelo Thomas. **Fala Dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas**. Maceió: Typo. Comercial de Morais & Costa. 1858. p.22-23. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmNkZXRjb2JyaW5kb3BvcnR1Z2FsfGd4OjQ1OGM5NjlmYTcyNzZmZz>> Acesso em: 01 Jan. 2019.

<sup>102</sup> SOUZA DANTAS, Manoel P. **Fala Dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas**. Maceió: Typo. Comercial de A. J. da Costa. 1860. p. 18-21. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmNkZXRjb2JyaW5kb3BvcnR1Z2FsfGd4OjZiMzkyNzBmYTZMDNkNDE>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

Em meados do século XIX, Alagoas não possuía significativas entidades industriais. Foi Penedo que antecedeu o prólogo da industrialização algodoeira, contribuiu para avivar a economia e empregar mão-de-obra livre. D Pedro II, em visita ao município em 1859, descreveu o seu afortunado mercado. Testemunhou a presença de diversas atividades manufatureiras, destilarias de aguardente, fábricas de cigarros e descaroçadores de arroz na região. Destacava-se na produção e exportação de óleo de rícino e mamona. Em maio de 1868, o presidente provincial, Graciliano Pimentel a Antônio Moreira de Barros informou sobre a criação da alfândega na florescente cidade de Penedo. Instituição autorizada por decreto de 31 julho de 1867 para atender as necessidades do comércio fluvial estrangeiro, liberado para navegação em sete de dezembro de 1866. A medida interligou o baixo e alto São Francisco por barcos a vapores operados pelas companhias baiana e pernambucana de navegação. A mamona e o algodão foram comuns na região, como observado na fala do presidente Rômulo Peres, em relatório de 1874, alegando existir em Penedo algumas máquinas de descaroçar e enfadar o algodão que prestavam grande utilidade a essa cultura (PASCOAL *et al*, 2018, p. 19-40).

O algodão foi essencial no baixo São Francisco, estimulado pelo donatário Duarte Coelho no século XVI. Passou a uma das maiores riquezas franciscanas no século XVIII. Cultivado na parte superior do vale era menos precível durante as secas. Para o seu beneficiamento, instalaram-se máquinas em inúmeras cidades e povoações. Foi responsável pelo surgimento das fábricas têxteis em Penedo, Vilanova, Própria, Passagem, Pedra, Curvelo Diamantina, Montes Claros e Sabará. Essas quatro últimas não se situavam no vale, no entanto moviam-se com o algodão produzido na vargem (NETO, 1941, p. 169-170).

Uma das mais exploradas culturas do vale do São Francisco e da zona central, o algodão em 1893, possibilitou a fundação em Penedo de uma fábrica de fiação e tecelagem, ocasionando bons resultados aos acionistas ocupando mais de quatrocentos operários. Produzia brins, toalhas, novelos de fios, tudo de excelente qualidade. Para amanhado da lã, quase todos os municípios detinham maquinário para o descaroçamento do algodão. Além da fábrica em Penedo, destacavam-se duas em Vila Nova, Sergipe (BRANDÃO, 1870, p. 50).

A fábrica Companhia Industrial Penedense foi fundada às margens do rio São Francisco, em 1897. Produzia 1.500 peças por semana e empregava em torno de quinhentos operários entre homens, mulheres e crianças. A matéria prima produzida na região era suficiente para mover seus teares gerando a circulação de capital e florescendo o comércio. Exportava para os estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe. Outras instalações atuavam no

beneficiamento do algodão, como A Companhia I. Penedense, propriedade de Joaquim Pereira Ribeiro, era especializada em descarregar algodão.

A fibra branca continuou progressivamente aumentando diante da proclamação da República. A indústria penedense era desenvolvida havendo muitas fábricas de tecido, óleos, pilar de arroz, louça ordinária, cestos, chapéus de palha, vinagre, licores, sapatos, sabão, descarregar algodão, criação de gado em menor escala a pesca. O município era agrícola, principalmente adaptado ao cultivo do algodão, cana, fumo, arroz, feijão, milho, mamona, mandioca e frutas (COSTA, 1902, p. 270).

O município dividia-se em parte alta e baixa. A primeira era onde se encontravam os principais estabelecimentos comerciais, alfândegas, escritórios da companhia de navegação costeira, baiana, pernambucana e penedense, agências de diversas companhias, teatro, bilhares, diversas fábricas e mercado. Também eram vistos os grandes edifícios, suas ruas eram largas e calçadas. Na parte alta, o clima era mais ameno durante o dia lugar de médias a magníficas residências (BRANDÃO, 2015, P. 13).

O governador Euclides Vieira Malta em 1903,<sup>103</sup> constatou que a recebedoria de Penedo obteve resultados volumosos do algodão bruto, chegando à cifra de 113:792\$925 contos de réis, liderando a tabela de valores. Seguido do milho com 13:832\$318 contos de réis, couro com 3:260\$086 contos de réis, tecidos de algodão com 2:331\$138 contos de réis. Quanto à produção do açúcar somente foi apresentado os ganhos sobre seu derivado, aguardente \$576 réis, revelando o abandono da cultura canavieira, primeira cultura introduzida no vale.<sup>104</sup>

Outra região ribeirinha pioneira na produção algodoeira foi Traipu, termo que tem dois significados: para uns “muito peixes”, para outros “olho d’água do monte”. Conta-se que Pedro Gomes, detentor de várias propriedades de gado, instituiu um morgado no final do século XVII para seus descendentes no lugar denominado de Porto da Folha. A influência de Gomes, mestre de campo na Bahia, em 1680 e governador interino do Rio de Janeiro, em 1681 contribuíram para que seu latifúndio se estendesse até o local onde está situada a atual cidade de Traipu.

Desde 1833, Traipu lutava para elevar-se a vila. Foi o padre Francisco José Correia de Albuquerque, membro do Conselho Geral da Província que apresentou a proposta de criação

---

<sup>103</sup> O relatório também apresenta os ganhos obtidos pelos serviços, por exemplo; patentes comerciais 64:865\$192; indústrias e profissões 17:805\$400 réis; taxas de volume 8:451\$441réis; armazenagem 461\$802 réis; seção de peso 15:139\$881 réis, entre outros.

<sup>104</sup> MALTA, Euclides Vieira. **Relatório que ao governado do estado de Alagoas**. Maceió: empresa da tribuna. 1903, p. 76. Disponível em: <<https://archive.org/search.php?query=alagoas>> Acesso em: 01 jan. 2019.

da vila. A proposta compreendia os territórios de Nossa Senhora do Ó e Porto da Folha até a barra do rio dos Cabanos. Somente foi apresentada a assembleia legislativa provincial em 23 de março de 1835. Finalmente sancionada pelo presidente provincial, José Joaquim Machado Oliveira com a denominação de Porto da Folha pela resolução nº 19 de 28 de abril de 1835, desmembrando-se de Penedo. Passou depois a chamar-se Traipu por se achar próximo da barra do rio de mesmo nome.<sup>105</sup> Reconhecida como Traipu pela lei n. 516, de 30 de abril de 1870 elevada à cidade em 16 de maio de 1892. De seu território primitivo foram extraídos os municípios Mata Grande, em 1837 e Belo Monte (Batalha), em 1886. Posteriormente anexado a Traipu pela lei n. 34, de 30 de maio de 1893. Foi novamente anexado a Traipu em 19 de janeiro de 1938. Perdendo-o finalmente em 1947 pela Constituição estadual.

Espindola (1870, p.420), expõe os aspectos históricos do município, possuía oito povoados, trezentos fogos, 1.500 almas e algumas casas comerciais. Apresentava vocação para criação de gado, devido ao grande número de fazendas. Possuía lavouras de várias espécies e grande escala de mandioca e algodão.

Há uma referência ao povoado Lagoa Funda, atual município de Belo Monte, situado próximo a Pão de Açúcar, o qual possuía uma igreja, cento e cinquenta fogos e 400 habitantes. Havia também um bom porto para atracamento das embarcações facilitando as transações comerciais. Destacava-se, o povoado de Riacho do Sertão com sessenta casas algumas adaptadas para estabelecimentos comerciais. O lugar era favorável a criação de gado devido aos inúmeros latifúndios. Em grande escala existia algodão e mandioca (SANTANA, 1970, p. 50-55). Santana (1970, p. 43), valida a expansão pecuária em Porto da Folha (Traipu), em 1868. O qual, com o algodão eram considerados fonte de renda primordial de grande parte da população. A cultura canavieira inexistia no município.

A região é montanhosa com algumas planícies utilizadas para criar gado. O solo é argiloso e o clima bastante quente no verão e frio no inverno. Apresenta-se imprópria safra canavieira. No vale do São Francisco cultivava-se o arroz e outros produtos. O algodão faz-se presente nas terras do interior. Fazia comércio com Penedo, Porto Real do Colégio, Maceió e estado de Sergipe, Aracaju e Propriá. Exportava algodão bruto, arroz e milho. Havia estabelecimentos como casas de farinha, descaroçador de algodão, comércio de telhas, tijolos, fumo, vinagre, peixes salgados,<sup>106</sup> gado para o corte e laticínio (ESPINDOLA, 1870, p.189).

---

<sup>105</sup> Rio Traipu, nasce em Bom Conselho no estado de Pernambuco, deságua no São Francisco. Percorrendo um total de 194 km. Segundo, Thomas Espindola, o riacho nasce perto da vila de Palmeira dos Índios e termina na vila de Porto da Folha. E pedregoso e seco durante o verão.

<sup>106</sup> A pesca e praticada nos rios Traipu, São Francisco e nas inúmeras lagoas da região. No entanto não constituía uma fonte de renda para o município. Ainda sim representava boa parte da dieta dos traipuenses.

Segundo Costa (1902, p. 43-45) a população de Traipu era de 19.413 habitantes. A criação pastoril era a principal riqueza da região. Sua agricultura resumia-se ao algodão, arroz, mamona. Exportava-se também o couro, peles, mel e caroço do algodão. Mantinha-se nove descaroadoras de algodão em funcionamento, propriedades de Antônio Marques Santos, Francisco Rodrigues Teixeira, João José Bezerra, Ludgero Cavalcante Mangabeira, Manoel Ludgero da Silva, Pedro Rodrigues de Medeiros, Serapião Rodrigues de Albuquerque e Vicente Ferreira Justo.

Pão de Açúcar surgiu através do povoamento de brancos e índios vindos da serra do Aracaré em Sergipe no princípio do século XIX. Não há registro de que se tenha domínio da região por qualquer proprietário. Tanto que no século XVII D. João IV concedeu essas terras às margens do rio São Francisco aos índios Urumaris da serra de Pão de Açúcar até o morro do Aranha com quatro léguas ao fundo até a serra do Chitroá, eram terra dos índios do aldeamento Jaciobá, o qual significa “espelho da Lua”. Chamados assim, por causa dos fios do luar que refletem sobre as águas do São Francisco. Depois o território foi ocupado pelos índios Xocó, expulsou dali os antigos residentes se fixaram na divisa de Sergipe e fundaram uma nova Jaciobá.

A freguesia foi criada em 1853, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Foi elevada à vila em 1854, desmembrada da vila de Mata Grande. Tornou-se cidade em 1887. O primeiro prefeito foi Serafim Soares Pinto. O município em 1871 possuía quatro povoados Montes, Piranhas, Campo Alegre e Jacaré. De seu território desmembrou-se Piranhas elevada a vila em 1877. Possuía um juiz de direito, 500 fogos e 2.000 habitantes, vinte casas de negócio, uma agência de renda provincial, duas fábricas de descarocar algodão, uma movida a vapor e outra por tração animal e algumas de óleo de rícino. A criação de gado vacum era o grosso nas inúmeras fazendas da região. Plantavam-se mandioca, feijão, algodão e outros legumes em grande escala e exportavam algodão e mamona para as fábricas. A população menos abastada vivia da pesca e do beneficiamento do algodão, fiando redes de pesca e dormir, tecidos, cordas, cabresto, cabeçadas e laços. Era um grande empório do comércio à margem do rio São Francisco (ESPÍNDOLA, 1870, p. 239-40).

O presidente provincial, José Bento da Cunha Figueiredo Junior em viagem pela província, em 1869 teve como parada Pão de Açúcar. Descreve aspectos geográficos, administrativos e comerciais da localidade. Na vila existiam fabricas a vapor de descarocar algodão e mais de vinte casas comerciais. O interior era dedicado a criação de gado fazendo consórcio com o riquíssimo e abundante algodão. No entanto, foi afligido por uma severa seca. Na vila residia juiz de direito, promotor da comarca, delegado e subdelegado, vigário,

um professor, uma professora, instrução pública primária, coletores de renda gerais e provinciais (ALTAVILA, 2010. p. 105-6).

Em 1902, a cidade contava com uma população de 14.334 habitantes. No período entre 1901 a 1902 ocorreu um surto de tuberculose devido à demasiada poeira avermelhada trazida pelos ventos dos areais que circulava a cidade, causando danos a economia. Produzia o algodão em rama, caroço, paina, feijão, milho, arroz mamona, óleos, couros e peles para exportação (COSTA, 1902, p. 123).

O comércio era representado por Antônio Soares Pinto, Antônio Luiz da Silva Tavares, Cavalcante & Cia., Elpidio Nery da Fonseca, Filinto José Ribeiro, Francisco Gomes de Carvalho Mello, Henrique Salathiel Canuto, José Alves Feitosa, João Damaso Ribeiro, José Serafim dos Santos, João Damasceno Souza, Luiz Gonzaga de Campos Machado (fazendeiro), Marcolino Soares Pinto, Miguel de Freitas Machado (fazendeiro), Manoel Antônio Machado (fazendeiro), Roque José Bizerra e Targinio Salathiel Canuto. Havia dois descaroçadores de algodão pertencentes a Antônio Damasceno Ribeiro e João Vieira Lisboa. O último possuía uma fazenda de gado e uma fábrica de óleo (COSTA, 2012, p. 332).

O município de Paulo Afonso foi elevado à vila em 1837. Teve o nome mudado para Mata Grande em 1870. O povoado de Mata d'Água Branca cultivava em grande quantidade legumes, algodão, principal fonte de renda, e mandioca que abastecia de farinha os povoados sertanejos nos arredores. Criava-se gado e plantava fumo. Sua população era em torno de 12.041 habitantes, 11.154 livres e 896 escravos. Em 1870, Mata Grande juntamente com as comarcas de Assembleia, Anadia, Palmeira dos Índios e Imperatriz, foram às responsáveis pela totalidade da produção do algodão na província de Alagoas (ESPINDOLA, 1870, p. 62).

A cana-de-açúcar era praticada em pequena escala, entretanto os engenhos Barreiros, do tenente Pedro Inácio da Cunha, Tocos, do major Tertuliano, Rio Grande, do capitão João Vieira Damasceno, e Pitaclinan, do tenente-coronel José Antônio Ribeiro produziam rapadura. Em 1854, havia dez engenhocas para fabricação de rapadura abastecendo o mercado da vila podendo produzir por um ano duzentas cargas (COSTA, 2012, p. 112).

Em 1902, a população encontrava-se entre 11.170 habitantes. Produzia abundantemente algodão, feijão, milho, fumo, favas. Possuía uma indústria pastoril. O café era encontrado em abundancia em torno das serras seu desenvolvimento não era maior devido à dificuldade no transporte. Exportava couro, peles, gado, aves, mel, mamona, café. Existiam seis descaroçadoras de algodão, propriedade de Caetano José de Melo, José Rufino Bulandeira, Messias Rodrigues de Carvalh, Pedro Rodrigues de Oliveira Ribeiro, Tertuliano

José Elyzeu Canuto (fazendeiro) e Philadelpho Rodrigues de Albuquerque (COSTA, 2012, p. 42 e 333).

Santana do Ipanema foi outro município alagoano que progrediu graças à cultura algodoeira. Seus primeiros fundamentos remontam ao século XVIII. Primitivamente conhecido como Santana da Ribeira do Panema, o último termo em língua indígena designa água ruim, imprestável. Desmembrou-se de Traipu em 1875 e tornou-se cidade em 1921 (DIEGUES JR., 1944, p. 49).

Antes das indústrias modernas existirem na região, havia uma bolandeira movida à tração animal. O caroço era utilizado para alimentação do gado e as plumas seguiam de carro de boi para Pão de Açúcar, partindo normalmente as quintas-feiras e chegando a seu destino aos sábados. Na feira tinha contato com diversas mercadorias que traziam e seu retorno acontecia às quartas-feiras, faz surgir nesse dia outra feira separada da que acontecia nos sábados (MELO, 2017, p. 33).

Em 1875, a vila alicerçava-se na pecuária e na agricultura baseada no algodão, milho e feijão. Graças ao rio Ipanema, pois além de denominar a cidade foi o meio que possibilitou a chegada e manutenção da economia local. Sua importância é tal que se comemora o dia do Ipanema em 21 de abril (MOURA, 2017, p. 25-26).

Em 1902, segundo Costa (1902, p. 36), havia estabelecimentos descaroadores de algodão propriedade de Francisco Rosendo de Melo, Isidoro J. da Rocha, Leopoldo Wanderley, Luiz Gonzaga de Góis, Manoel Rodrigues da Rocha e Pedro de Abreu P. e Silva.

Detinha uma importante indústria do couro fonte geradora de empregos e riqueza criada pelo coronel Manoel Rodrigues da Rocha que comercializava com Delmiro Gouveia, conhecido como “Rei das Peles”. Estabeleceu contatos comerciais nos principais pontos dos estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, visando adquirir couro e peles. Esses chamados “courinhos” eram exportados para América do Norte e Europa (MOURA, 2017, p.26-27).

Com o desenvolvimento da indústria na região, fez-se necessário a promoção da infraestrutura. Delmiro Gouveia foi o pioneiro na abertura de várias estradas, incluído Santana do Ipanema. Segundo Melo,

O pioneiro da industrialização brasileira no nordeste alagoano foi, sem dúvida, inegavelmente o bravo sertanista Delmiro Gouveia, natural da terra de José de Alencar (Ceará). Para dar escoamento ao material fabricado em sua indústria pioneira, no alto sertão das alagoas e, ao mesmo tempo, poder transportar peles das circunvizinhanças para a região da pedra em Alagoas, fez construir estradas desde a sede até a cidade de Garanhuns, bifurcando-se em direitura de Palmeira dos Índios, passando por nossa Santana do Ipanema (MELO, 1976, p.85 apud MOURA, 2017, p. 27-28).

As estradas possibilitaram o deslocamento dos comerciantes de uma cidade para outra. Havia a necessidade de construção de uma estrada que ligasse Santana do Ipanema a Piranhas, Jatobá e Maceió como aclamada na *Revista comercial e agrícola das Alagoas*, 1912.<sup>107</sup>

O mesmo periódico edição nº 7 de 1914, reitera a construção da estrada para automóveis ligando Santana do Ipanema a cachoeira da Paulo Afonso. Na ocasião, o governador do estado, Clodoaldo da Fonseca entregou a Delmiro Gouveia a quantia de cinco contos de reis para auxiliar na construção da via.<sup>108</sup> Na mesma edição, sessão telegramas, declara o término da estrada sertãozinho, concluída em 22 de outubro de 1914, os agradecimentos ao cônego Capitulano, Padre Vasconcelos e Jerônimo da Rocha.<sup>109</sup> Mais tarde o relatório de Fernandes Lima, em 1920, pronuncia estudos de outras vias que interligassem a rodovia construída por Delmiro Gouveia.<sup>110</sup>

O governador João Baptista Accioly Junior em 15 de março de 1916 proferiu melhorias visando beneficiar a infra-estrutura do município um açougue público e iluminação. No entanto, um ano antes a receita do município foi superior às despesas em torno de 7:643\$828 reis, devido as dificuldades crescentes principalmente da seca que devastava o solo sertanejo.<sup>111</sup>

A seca era um problema real do agreste e sertão alagoano. No entanto, o algodão progrediu graças a sua resistência podendo ser plantado em consórcio com feijão, mandioca, milho, fava e a pecuária permitindo o povoamento do sertão e agreste alagoano. Vários municípios, incluído Santana do Ipanema, solidificaram-se na produção expressiva do algodão para exportação (MELO, 2017, p. 33-34).

A principal cultura é a do algodão, que faz em grande escala, depois vem o feijão, milho, mandioca e aboboras e outros cereais. Sua indústria sintetiza-se na criação de gado em grande escala, no descaroçamento do algodão, no curtume de couros, peles etc. no fabrico de queijo, na extração do sal, óleo, cal, no preparo de carne do sertão etc. (COSTA, 1902, p. 36).

<sup>107</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721263&pesq=ipanema&pasta=ano%201911&pagfis=702>> acesso em 14 de dezembro de 2020.

<sup>108</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215252&pesq=ipanema&pasta=ano%201911&pagfis=176>> acesso em 14 de dezembro de 2020.

<sup>109</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215252&pesq=ipanema&pasta=ano%201911&pagfis=301>> acesso em 14 de dezembro de 2020.

<sup>110</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721263&Pesq=ipanema&pagfis=1006>> acesso em 14 de dezembro de 2020.

<sup>111</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721263&pesq=ipanema&pasta=ano%201911&pagfis=702>> acesso em 14 de dezembro de 2020.

Com a inauguração do ramal para Viçosa, em 1891 aberto através da estação de Lourenço de Albuquerque da linha Great Western Recife para Maceió, facilitou-se o escoamento do algodão produzido em Santana do Ipanema, outrora conduzido por mula, carros de bois e cavalos até a estação. Além de mercadorias a estrada de ferro possibilitou o transporte de pessoas que almejavam seguir para os municípios centrais e oeste do estado. Por exemplo, alguém que embarcasse em Maceió com destino a Santana do Ipanema, embarcava na Great Western Recife Maceió até a estação Lourenço de Albuquerque. Uma vez lá, tomava o ramal Viçosa. Chegando ao destino tomava um cavalo, mula ou carro de boi que fizessem a travessia até Santana de Ipanema e regiões circunvizinhas. Embora penoso, diminuía o tempo da travessia, risco de assaltos, segurança e agilidade ao comércio.

O jornal *Gutenberg*, de 27 de março 1892. Remete a Great Western Alagoas, empresa britânica que monopolizava o transporte ferroviário no Nordeste, discriminando os itinerários de ida e volta turnos (manhã/tarde) aos domingos. Os trens eram destinados a transportar cargas a passageiros. Em geral, o itinerário dos trens era aproximado. A parada para embarque e desembarque de passageiros dava-se entre o ramal Maceió e Lourenço de Albuquerque, como existe até hoje. Com exceção dos domingos e dias santos que paravam em todas as estações. Já os trens de carga só embarcavam quando apresentava mercadoria suficiente.<sup>112</sup>

Em 1877, antes da inauguração do ramal de Viçosa, existiam vapores das companhias pernambucanas e baianos que faziam a navegação do rio São Francisco até Penedo de lá margeavam cidades, vilas e povoados como Pão de Açúcar, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, Piranhas, Paulo Afonso, Igreja Nova e Santana do Ipanema, a qual, na época seus limites geográficos estendiam-se ao velho Chico, levando e trazendo passageiros e mercadorias, algodão, couro, mandioca, feijão.<sup>113</sup>

O algodão foi tão significativo para os alagoanos que um município em comum teve seu nome baseado na cultura algodoeira. Falar do algodão em Alagoas e não mencionar essa localidade é negligenciar a veemência do algodão no estado. Embora, esteja ultrapassando o espaço temporal proposto pelo trabalho, já que o reconhecimento da localidade como

---

<sup>112</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237818&pesq=ramal%20vi%C3%A7osa&pasta=ano%20189&pagfis=39>> Acessado em 15 de dezembro de 2020.

<sup>113</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706035&pesq=Ipanema&pasta=ano%20187&pagfis=1570>> Acessado em 15 de dezembro de 2020.

município ocorre somente em 1962. É importante fazer uma breve nota de rodapé sobre o município de Ouro Branco.<sup>114</sup>

Fala-se dos municípios interioranos como os principais precursores da cultura algodoeira. No entanto, esquece de Maceió que ao o final do século XVIII até o século XX recebeu grandes quantidades de algodão e produtos manufaturados provenientes do interior rumo à enseada de Jaraguá para exportá-lo. Rapidamente o comércio floresceu fazendo surgir estabelecimentos de compra e venda de algodão e açúcar, casas de quinquilharias, trapiches, oficinas de beneficiamento do couro entre outras. Tornando Maceió um grande empório algodoeiro.<sup>115</sup>

Um importante fator para transferência da capital para Maceió foi sua posição geográfica e lugares naturais para atracar as embarcações como a enseada de Jaraguá. Durante primeira metade do século XIX, embarcavam quantidades de algodão, açúcar, couro e madeira com destinos aos principais portos ingleses (SANT'ANA, 1999, p. 12-13). Como a galera inglesa *Berasa*, equipada com 19 cargas de algodão e açúcar com destino Liverpool e passageiros rumo a Pernambuco, em 19 de junho 1850;<sup>116</sup> barca inglesa *Thomas Clark*, equipada com 13 cargas de algodão e açúcar no dia 22 do mesmo ano; galera *Fame*, com 15 cargas de algodão; Brigada *Ricard*, com 15 cargas de algodão e açúcar; barca *Ranger*, 15 cargas de algodão e couro; barca *Eroad Cak*, 15 cargas de algodão;<sup>119</sup> brigada inglesa *Titânia*, com 13 cargas de algodão e açúcar em 21 de julho de 1851.<sup>120</sup> Todas eram embarcações inglesas com destino a Liverpool. Geralmente, as embarcações inglesas que levavam algodão, açúcar, óleo, azeite, mel, pólvora ou qualquer carga considerada de natureza inflamável recomendava-se não transportar passageiros. Como atestado no periódico, *O Correio*

<sup>114</sup> A existência da povoação de Ouro Branco remonta a 1830. Sua fundação deve-se a Domingo Gomes que, em 1881, fomentou o povoamento do local construindo a capela de Santo Antonio e uma cacimba que ficava em baixo de um cajueiro, chamado de Olho D'Água do Cajueiro. O povoado cresceu e ficou conhecido como Olho D'Água do Chicão. Em 1901, passou a condição de vila (IBGE, 2020). Douglas Apratto menciona a existência do município e o porquê do nome Ouro Branco. Segundo o autor, foi graças às grandes extensões de algodoeiro que tomavam a paisagem da região, tornando os campos alvos e brancos (APRATTO, 2018).

<sup>115</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376540&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20187&pagfis=12> > Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>116</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20185&pagfis=76> > Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>119</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=92> > Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>120</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=779644&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20185&pagfis=70> > Acesso em 16 de dezembro de 2020.

*maceioense*, de 2 de fevereiro de 1851.<sup>121</sup> Há registro de acidentes de trens que carregavam algodão. Como em 26 de outubro de 1883, noticiado pelo jornal *Gutenberg*, uma locomotiva que transportava cargas de algodão incendiou.<sup>122</sup>

A província de Pernambuco era um grande consumidor do algodão alagoano. Sobre a praça, os relatórios dos presidentes provinciais e periódicos do século XIX fazem reclamações e advertências da importância do comércio com Pernambuco. Mas, em geral as autoridades falavam da débil fiscalização do algodão e arrecadação dos direitos devidos por Pernambuco. Pois, havia agentes a serviço da província vizinha no interior de Alagoas comprando as safras dos lavradores diretamente, sem passar pela fiscalização de exportação, no caso das prensas e casas de inspeção. Acarretando redução na arrecadação do algodão, depreciando os cofres públicos.<sup>123</sup> Isso acontecia também nas regiões ribeirinhas do rio São Francisco, muito algodão embarcava ilegalmente de Penedo e outras localidades para Sergipe e Bahia sem passar pelas agências de fiscalização do governo. Porém, aos poucos foi criando leis, regulamentos e circulares que regulamentaram o comércio do algodão. Todavia mostraram-se, incapazes em erradicar a prática.

Ao presidente da província de Alagoas foi autorizado, através de lei de 1837, a criação de três casas de inspeção do algodão, uma no povoado Jaraguá, posteriormente transferida para a vila de Maceió, em 1838, outras em Penedo e São Miguel, tornando o algodão da região mais valorizado.<sup>124</sup> Essas repartições, em 1842 recolheram um total de 1:985\$845 reis. Entre 1839 a 1840 a mesa do consulado de Maceió registrou a exportação em torno de 6.493 sacas para outras províncias, correspondendo a 33.819 arrobas. Para dentro do império foi um pouco maior em torno de 7.513 sacas.<sup>125</sup> Em 1868, no ápice do algodão a província arrecadou acima dos 5% do imposto sobre algodão, instituída pela lei de 1844, em torno de

<sup>121</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=258>> Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>122</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=UNI%C3%83O%20MERCANTIL&pasta=ano%20188&pagfis=394>> Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>123</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&Pesq=algod%c3%a3o&pagfis=154>>. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

<sup>124</sup> GALVÃO; ARAUJO. **Compilação das Leis provinciais das Alagoas**. De 1835 a 1870, Tomo I. Maceió: Typographia C. de A. J. da Costa. 1870, p. 554.

<sup>125</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item\\_id=2720#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=10&s=0&cv=61&r=0&xywh=-1088%2C-1%2C4367%2C3081](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item_id=2720#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=10&s=0&cv=61&r=0&xywh=-1088%2C-1%2C4367%2C3081)>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

198:327\$028 reis.<sup>126</sup> Uma parte do recurso obtido, juntamente com o açúcar, destinou-se para construção do hospital da caridade de Maceió em torno de 536\$660 reis. Outra parte era destinada a importação de gêneros e ao pagamento dos agentes públicos.

As autoridades alagoanas visando à melhor inspeção, controle e qualidade do algodão que saía dos portos, editaram a lei de 31 de março de 1843, que impossibilitava as prensas, armazéns, trapiches ou casas de algodão de Maceió, receber o produto não inspecionado pelas casas de inspeções,<sup>127</sup> local onde o algodão era pesado e medido. Caso contrário, o proprietário do estabelecimento seria multado em mil reis por arroba.<sup>128</sup> Esses estabelecimentos abriam até aos domingos e dias santos para receber algodão e açúcar, sendo proibido pesar e ensacar.

Vários impostos incidiam sobre algodão nessas casas de inspeção. O exemplo da receita provincial do ano de 1863 a 1864, incidiu a cobrança de 5% do algodão, chegando em torno de R\$ 96:173\$000 reis. Havia também a taxação de 50 reis em arrobas de algodão, 200 reis por saca inspecionada e mais 40 reis do algodão que saía das prensas para inspeção, pago pelos administradores, renderam um total de 22:358\$000 reis. Por último, era a incidência sobre os resíduos que o algodão deixava nas prensas e trapiches, rendeu aproximadamente o montante de 1:314\$000 reis. A soma dos valores em impostos chegou a 119:845\$000 reis.<sup>129</sup>

Muitos desses resíduos ficavam dispersos pela cidade, trazendo problemas sanitários. A solução encontrada pelas autoridades foi editar a resolução número 426, de 1 junho de 1864, determinando o funcionamento das prensas de algodão nos limites da cidade ou vila, salvo os agricultores que detêm prensas em suas fazendas para beneficiar o algodão (GALVÃO; ARAUJO, 1872, p. 178.).

Em Maceió, as prensas de algodão, devido à resolução de 1864, ficaram restritas as imediações da praça dos Martírios e rua da Cambona, locais de descarga do algodão e outros gêneros que escoavam do interior. Assim, evitava a disseminação dos resíduos no centro da cidade e deixando os negociantes que adentravam nos limites da capital passar por uma imediata inspeção nas prensas para poder seguir até os trapiches, armazéns em Jaraguá. Nos

---

<sup>126</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item\\_id=2747#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=60&s=0&cv=55&r=0&xywh=-105%2C1921%2C2099%2C1480](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=algod%C3%A3o&item_id=2747#?h=algod%C3%A3o&c=4&m=60&s=0&cv=55&r=0&xywh=-105%2C1921%2C2099%2C1480)>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

<sup>127</sup> A casa de inspeção de Maceió localizava-se na atual praça Sinimbu, posteriormente tornou-se quartel de polícia, estação de bondes da CATU, reitoria da Universidade federal de Alagoas, atualmente é um espaço cultural.

<sup>128</sup> GALVÃO; ARAUJO. **Compilação das Leis provinciais das Alagoas**. Tomo II. Maceió: Typographia C. de A. J. da Costa. 1871, p. 598.

<sup>129</sup> GALVÃO; ARAUJO. **Compilação das Leis provinciais das Alagoas**. 1860 a 1867. Tomo IV. Maceió: Typographia C. de A. J. da Costa. 1872, p. 994.

Martírios existiam as prensas de Antônio Cardoso Paes, nº 18, Antônio Joaquim Duarte, nº 14, Manoel do Nascimento Prado, nº 20 e Mechiades Silvino Muniz, nº 15, Antonio Lopes Vianna, Ismael Florentino de Omena, João Caetano Teixeira de Miranda, Jose de Miranda & filho, Jose Alves Machado, Manoel Bezerra Guedes e Zacarias Correia de Andrade.<sup>130</sup>

O município de Maceió foi pioneiro da indústria em Alagoas, graças a uma lei de 1863, sancionada pelo presidente João Marcelino de Souza Gonzaga, que autorizou a conceder a empresa União Mercantil, em Fernão Velho, um empréstimo de 26:000\$000 réis para auxiliar na abertura da fábrica de fiar e tecer algodão, situada às margens da lagoa do Norte. O empreendimento foi iniciativa do português de José Antônio de Mendonça,<sup>131</sup> barão de Jaraguá, em 1857. Mas, só entrou em atividade em 1865<sup>132</sup> (BARROS et al, 2005, p. 34).

A guerra civil na década de 1860 nos EUA levou ao desenvolvimento do comércio de Maceió. A procura da fibra intensificou-se para alimentar os teares ingleses, trazendo o aumento do preço e plantio. Apesar de tudo, o comércio de Maceió era prejudicado pela concorrência da vila do Pilar, localizada em um ponto central, em comunicação com o mar. Onde chegavam mercadorias vindas de Pernambuco, não sujeita aos impostos alfandegários da capital, ocasionando a diminuição do comércio de Maceió em relação ao de Pilar. Para lá convergiam os comerciantes dos principais pontos comerciais da província: Maceió, Penedo, Camaragibe e São Miguel dos Campos. Faltavam boas estradas, por exemplo, uma estrada de ferro para escoar o algodão dos principais centros de produção para Pernambuco.

Em 1866, na sede Sociedade Dramática Particular Maceioense, antiga rua Rosário, atual Moreira Lima, reuniu-se um grupo de comerciantes, convidados por José Joaquim de Oliveira, para constituir uma associação comercial na Província, com sede em Maceió. Aclamaram presidente provisório José Joaquim de Oliveira, secretário José Virgínio Teixeira de Araújo, tesoureiro Francisco de Vasconcelos Mendonça. A sociedade comercializava o açúcar em segundo plano e o algodão era protagonista. Dos 28 sócios fundadores apenas oito não eram produtores de algodão. Eles podiam até negociar, mas impedidos de assinar o “contrato da inspeção do algodão”, livro que estabelecia diretrizes, normas e obrigações dos

---

<sup>130</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706035&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20187&pagfis=46>>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

<sup>131</sup> Em 1819, José Antônio de Mendonça veio para o Brasil, instalando-se em Maceió com 19 anos. No mesmo ano, o presidente da capitania de Alagoas, Sebastião de Melo e Povoas também chegou a Maceió. Foi um dos responsáveis pela transferência da capital Alagoas para Maceió, em 1839, capitão da guarda nacional em 1849, titulado barão em 1860 e faleceu em 17 de fevereiro de 1870.

<sup>132</sup> **ABC das Alagoas**, Dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de alagoas. Disponível para download na biblioteca <https://pt.scribd.com/doc/182383711/ABC-das-Alagoas-A-F>.

sócios, colaboradores e funcionários quanto à disposição do algodão no mercado.<sup>133</sup> Os dirigentes conseguiram obter em Maceió, Penedo, Pilar e São Miguel dos Campos, 100 acionistas que pagavam R\$ 2:000\$000 reis cada um (SANT'ANA, 1966, p. 59-60).

Na ata da primeira reunião dos sócios, no mesmo ano, ficou registrado que a sessão contou com 58 sócios, 30 a mais que em julho do ano em curso. Nela, estabeleceu-se a sede no edifício da rua do comércio, propriedade de Felix Pereira de Souza, por uma quantia de R\$ 30\$000 reis, por um espaço de dois anos. Realizaram-se novas eleições, mantendo-se os mesmos membros da primeira direção e vinte e cinco diretores.<sup>134</sup> A instituição só adquiriu sua definitiva sede em 1928. A inauguração contou com a presença do governador Álvaro Paes, do arcebispo D. Santino Coutinho, de Homero Galvão e do jornalista Pedro da Costa Rego (SANT'ANA, 1966, p. 84).

A Associação Comercial, em ata de 1868, apontou que a entrada do algodão foi superior aos anos anteriores, pois até junho o depósito da capital recebeu 78.727 sacas de algodão. Rendeu 24000\$ importados de Penedo para Pernambuco e Bahia. Também foi consumida pela Fábrica de Tecido União Mercantil de Fernão Velho mais de 100.000 sacas com 500 mil arrobas. Existiam em depósito 11.360 sacas. Graças à instalação da inspeção comercial inibiram práticas erradas como colocar pequenas sacas com areia dentro das sacas de algodão. Tais medidas elevaram a confiança e a qualidade do algodão alagoano no mercado, superando a província da Bahia.<sup>135</sup>

O maior empreendimento industrial de Maceió era a União Mercantil que, por volta de 1875, possuía 42 teares. Seu pessoal compreendia um administrador, maquinistas, apontador e 62 operários que eram distribuídos: quatro nas agomadeiras, dois nas urdineiras, catorze na fiação, dois batedores, cinco na encartadeira, dois nas cardas, dois nas tiragens, quatro nos destroços, dois nos liços, dezoito nos teares, um nos cilindros, dois marcenaria, um ferreiro, um funileiro, um servente e um remeiro. Além da estação principal, havia uma casa de tijolos

---

<sup>133</sup> REVISTA ALEXANDRIA. Educação e Pesquisa em Ciências Humanas. **BIBLIOTECA**, Maceió. Disponível em [https://9d88451450f04768b6638a00eed7ae39.filesusr.com/ugd/333060\\_f2650c8bfd8544288b3c0ed5b1d572ec.pdf](https://9d88451450f04768b6638a00eed7ae39.filesusr.com/ugd/333060_f2650c8bfd8544288b3c0ed5b1d572ec.pdf).

<sup>134</sup> REVISTA ALEXANDRIA. Educação e Pesquisa em Ciências Humanas. **BIBLIOTECA**, Maceió. Disponível em [https://9d88451450f04768b6638a00eed7ae39.filesusr.com/ugd/333060\\_fe636d9032c84878986d9a56571c68a9.pdf](https://9d88451450f04768b6638a00eed7ae39.filesusr.com/ugd/333060_fe636d9032c84878986d9a56571c68a9.pdf).

<sup>135</sup> REVISTA ALEXANDRIA. Educação e Pesquisa em Ciências Humanas. **Biblioteca**, Maceió. Disponível em [https://9d88451450f04768b6638a00eed7ae39.filesusr.com/ugd/333060\\_fe636d9032c84878986d9a56571c68a9.pdf](https://9d88451450f04768b6638a00eed7ae39.filesusr.com/ugd/333060_fe636d9032c84878986d9a56571c68a9.pdf).

destinada à moradia do administrador e dos órfãos e aprendizes, outro edifício destinado a fundição. O maquinário teve um custo em torno de R\$ 50:000\$000 reis.<sup>136</sup>

Nos anos finais do Império, em 1886 e 1887, a companhia diminuiu o preço de suas manufaturas ao preço do pano 260 réis o metro. Devido à situação difícil que passava a agricultura do estado. Resultado das prolongadas secas que desde 1867 flagelava a população a abandonar as lavouras nos municípios centrais, sobretudo do algodão e gêneros essenciais a subsistência.<sup>137</sup> Ocorreu a retração dos mercados das províncias do Norte. O periódico comercial *O Pilarense*, de 20 de julho de 1870, indagava sobre o fraco comércio e entrada de algodão na praça. O que nos faz acreditar que, não só a estrada de ferro apagou o brilho do comércio da região, mas também as ininterruptas secas que assolaram o estado.<sup>138</sup>

Essa situação aparece no relatório de José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província em 1870. Expõe a deplorável situação, devido à estiagem, nos municípios Mata Grande, Sant'ana, Pão de Açúcar, Piranhas, Água Branca e Penedo. Segundo José Bento Figueiredo, em muitas localidades, a calamidade da fome associava-se a moléstias. A população encontrava-se desfalcada, misturada com outras dos sertões de Pernambuco, Bahia e Sergipe que se aglomerava às margens do rio São Francisco vivendo em palhoças e, muitas vezes, disseminavam práticas imorais, ociosidade, atentado contra vida e furtos. Tornando-se fatores de constantes reclamações pelas autoridades municipais. Já outros adentravam as regiões centrais comprometendo-as. Jose Bento Figueiredo faz um apelo, juntamente com o diretor da companhia União Mercantil, aos juízes de órfão e comissões de socorro acolher peregrinos e órfãos, como fazia a companhia, evitando a ociosidade e os maus hábitos.<sup>139</sup>

No alvorecer da República, a fábrica servia-se da linha férrea Great Western, empresa inglesa que também substituiu a saxã Alagoas Railway Company. No ano de 1903, trabalhou por cento e noventa e dois dias e produziu 26.179 peças, dando uma média de 231 peças diárias, consumindo 1.815 fardos de algodão. A lei de discriminação e o imposto sobre o

<sup>136</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706035&Pesq=algod%C3%A3o&pagfis=686>>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

<sup>137</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=812145&pesq=UNI%C3%83O%20MERCANTIL&pasta=ano%20188&pagfis=7>> Acesso em 18 de dezembro de 2020.

<sup>138</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=755869&pesq=algod%C3%A3o&pasta=ano%20187&pagfis=2>> Acesso em 18 de dezembro de 2020.

<sup>139</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item\\_id=2749#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=64&s=0&cv=4&r=0&xywh=35%2C1387%2C2119%2C1495](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item_id=2749#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=64&s=0&cv=4&r=0&xywh=35%2C1387%2C2119%2C1495)>. Acesso em: 18/12/2020.

algodão ficou em 9%, aumentando 4% em relação à época imperial. Ainda se cobrava 6% sobre tecidos de algodão das fábricas (COSTA, 1902, p. 98-138).

Na segunda década do século XX, por volta de 1928, a união Mercantil era a que mais consumia algodão em relação às outras situadas em Maceió. A fábrica de Fernão Velho consumia em torno de 953.879 quilos de algodão, a fábrica Alexandria, em Bom Parto, consumia 295.679, a Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas, consumia 222.051, a Companhia de Fiação e Tecido Santa Margarida, consumia 146.002 quilos. Esses dados atestam o progresso da União Mercantil e das outras fábricas da capital.<sup>140</sup>

### 2.3 As fábricas e os trabalhadores têxteis

As fábricas têxteis representaram o auge do empório do algodão em Alagoas e das províncias do Norte. Trouxe a industrialização da terra caeté, outrora marcada pelo modo de vida do engenho bangüê, baseado na grande propriedade rural, monocultura e das relações de trabalho da escravidão e da vassalagem. Por outro lado, o mundo têxtil trouxe mudanças concretas não só na atividade da produção, mas também na política, nos hábitos, na valorização do trabalhador, colocando em um nível elevado ao lado do capital, trazendo melhorias na qualidade de vida e servindo de exemplo para outras atividades industriais (APRATTO, 2013, p. 43-90).

Há relatos que por volta de 1778 existia em Alagoas uma rudimentar indústria manufatureira produzindo tecidos ordinários de algodão, principalmente em Penedo e Porto Calvo, usados por escravos e gente menos abastada. Ao ouvidor Jose de Mendonça Matos e atribuído a constituição de uma feitoria no engenho São Miguel, em Atalaia, pertencente ao coronel João de Farias Bittencourt para fins comerciais da cultura do algodão. Empregava-se o trabalho do escravo africano e índios de aldeias locais (DIEGUES JR, 2006, p. 118-119). Mesmo no século XIX havia essa primitiva indústria de tecer e fiar algodão para panos grosseiros, além de pequenos fabricos caseiros de redes de pesca, através dos filamentos do tucum, azeite de carrapato (mamona), do fruto da palmeira e coqueiro para produzir farinha (SANT'ANA, 1966, p. 56).

Durante a primeira metade do século XIX, a indústria alagoana encontrava-se morosa, primitiva e inexpressiva. Um dos empreendimentos mais significantes foi à fábrica

<sup>140</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item\\_id=2835#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=126&s=0&cv=238&r=0&xywh=-134%2C-1%2C3786%2C2671](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item_id=2835#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=126&s=0&cv=238&r=0&xywh=-134%2C-1%2C3786%2C2671)>. Acesso em: 18/12/2020.

Araújo & Filhos, de óleo e manipular arroz estabelecido em 1850 na cidade de Penedo. Até 1851, tinha produzido 74:883 libras de óleo de mamona.<sup>141</sup> Continha máquina com a força de oito cavalos e podia fazer mais de canadas de óleo a cada 24 horas. Consumia toda a mamona da região e circunvizinhança, oferecendo trabalho aos operários de diversas profissões, como tanoeiros, funileiros, carpinas. Produzia quatro tipos de óleos o rícino purificado utilizado pela medicina exportado para Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e para corte do império, Rio de Janeiro. Mamona purificada, óleo de nozes usado na tinturaria e o óleo de coco usado para comida, perfumaria, conservação de obras, relojoaria entre outros. A fábrica também extraía óleo das sementes de amêndoa e caroço do algodão. Outro empreendimento foi Lima Irmãos & Companhia, onde se vendia sabão preto e amarelo bem acreditado.<sup>142</sup>

### **Fábrica União Mercantil**

Em 7 de março de 1857, foi fundada uma fábrica de fiar e tecer algodão por José Antônio de Mendonça, Manoela de Vasconcelos Junior e Manoel do Nascimento Prado. A Companhia União Mercantil teve seu estatuto aprovado em 1867. O capital primitivo da empresa era de R\$ 150:000\$000 reis, dividido em 50 partes de R\$ 3:000\$000 reis cada uma. Posteriormente, elevado para R\$ 25:000\$000 reis em 1863 e R\$ 300:000\$000 reis em março de 1870. A força motriz da empresa era movida a água corrente e auxiliada por máquinas a vapor. O local escolhido foi o sitio de Fernão Velho, pois existia muita madeira e água para mover as máquinas. A comunicação da fábrica com o distrito era feita através da água e de estradas, por se instalar na margem da principal estrada onde entrava o algodão em Maceió.<sup>143</sup>

Sá e Albuquerque, ex-presidente da província, no intuito de auxiliar a emergente indústria, enviou sacos de sementes oleosas produzidas nas matas do Pará para serem experimentadas nas fábricas alagoanas.<sup>144</sup> Vários foram os obstáculos para a União Mercantil iniciar as atividades, dentre as principais a dificuldade de acúmulo de capital e conclusão das obras de infra-estrutura. Em 1863, o relatório do presidente provincial João Marcelino de

<sup>141</sup> Como o algodão os mamoeiros podiam fazer consórcio com milho, feijão e outros cereais.

<sup>142</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&pesq=fabrica&pasta=ano%20185&pagfis=66>> Acesso em 30 de dezembro de 2020.

<sup>143</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706035&pesq=uni%C3%A3o%20mercantil&pasta=ano%20187&pagfis=686>> 30 de dezembro de 2020.

<sup>144</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item\\_id=2738#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=42&s=0&cv=22&r=0&xywh=-423%2C1341%2C2531%2C1785](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item_id=2738#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=42&s=0&cv=22&r=0&xywh=-423%2C1341%2C2531%2C1785)>. Acesso: 30/12/2020.

Souza Gonzaga realçou embaraços administrativos, dificuldade em estabelecer os depósitos de água necessários para o movimento das máquinas de fiação e tecido, já que novos desmoronamentos ocorreram em setembro do ano anterior. Os acionistas desanimados deixaram a cargo do único gerente, barão de Jaraguá, José Antônio de Mendonça, que estimou um adiantamento de capital de 40:000\$000 reis. Foram contratados na Europa tecelões e maquinistas. Inicialmente, a fábrica contou com grande número de operários estrangeiros.<sup>145</sup>

Um novo auxílio foi concebido a Companhia, através de lei de 1863, concebendo um empréstimo de 26:000\$000 reis. Em 5 de abril de 1864, dez anos após a formação da sociedade anônima, a União Mercantil passaria a funcionar de fato. A produção do primeiro ano 1865 foi de 6.511 peças de algodão, rendendo um lucro de 15:515\$550 reis e 6:317 por ação. Seu fundador, José Antônio de Mendonça,<sup>146</sup> barão de Jaraguá, não viu a prosperidade da fábrica. Devidos a problemas de saúde, em 1869, viajou para Portugal e faleceu no ano seguinte (COSTA, 1902, p. 98-99).

No ano de 1870, a estiagem atingiu todas as províncias do Norte. Visando amenizar os flagelos da seca, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo fez um apelo à direção da União Mercantil que abrigasse o quanto possível os desvalidos e órfãos resultantes da seca, dando-lhes sustento, educação primária e profissional, evitando os efeitos da ociosidade e o mal hábito de pedir esmolas. No ano anterior a instituição têxtil contribuiu para o hospital da Santa Casa de Misericórdia de Maceió doando quatro peças de pano e cordas de fios de algodão que foram transformados em recurso pelo hospital.<sup>147</sup> Como podemos notar, a fábrica prestava um amplo serviço à população, além do trabalho em seus teares.

Em 1874, a companhia contava com 42 teares, mas funcionavam somente 32. Seu pessoal compreendia 62 operários empregados quatro nas agomadeiras, dois nas urdineiras, 14 na fiação, dois no batedor, cinco na encartadeira, dois nas cardas, dois nas tiragens quatro nos destroços, dois nos liços, 18 nos teares, um nos cilindros, dois na marcenaria, um ferreiro, um funileiro, um servente e um remeiro. Havia também uma casa de tijolos contígua ao

<sup>145</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item\\_id=2775#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=47&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1173%2C-1%2C4105%2C2896](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item_id=2775#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=47&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1173%2C-1%2C4105%2C2896)>. Acesso em 30/12/2020.

<sup>146</sup> José Antônio de Mendonça de Alarção Ayala, nasceu em Portugal em 1800, filho de José de Mendonça de Matos Moreira e Maria de Souza Alarção Ayala. Chegou ao Brasil em 1816, fixando-se em Alagoas. Foi Deputado provincial nas legislaturas 1844-45, 48-49 e 1850-51. Nomeado barão em 14 de março de 1860. Falecer em 1870, com 70 anos. Disponível em <BARROS, Francisco Reinaldo de et. al. **ABC das Alagoas**. Dicionário Bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.>

<sup>147</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item\\_id=2749#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=64&s=0&cv=109&r=0&xywh=-152%2C608%2C2149%2C1516](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item_id=2749#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=64&s=0&cv=109&r=0&xywh=-152%2C608%2C2149%2C1516)>. Acesso em: 30/12/2020.

prédio principal que servia de moradia para o administrador dos órfãos e aprendizes.<sup>148</sup> João Vieira de Araújo, presidente em 1874, relata que a empresa fabricou 8.284 peças de algodão, 241 a mais que 1873. A receita em 1874 foi de R\$ 68:144\$065 reis e a despesa de R\$ 45:706\$047, rendendo um lucro de 22:448\$018 reis, que constituiu dividendo a distribuir. A companhia fez diversos melhoramentos no prédio da fábrica e adquiriu novos maquinários.<sup>149</sup>

Em 1878, seu capital chegou a R\$ 300:000\$000 reis. Nessa época, possuía uma tinturaria, tecia saco para ensacar gêneros, manufaturava pequenas quantidades de vestimentas para escravos, lençóis, toalhas, redes e brins. O motor era hidráulico e a quantidade dos produtos manufaturados aumentava. Entre 1877 e 1878, a empresa comprou 90.232 quilos de algodão em rama e vendeu 17.700 peças de pano. O número de operários de 62, em 1874, aumentou mais 28, ficando com 90 tecelões. Entre os quais, 18 jovens órfãos que recebiam o ensino elementar, profissional, alimentação, roupa e tratamento médico. O ensino profissional era ministrado pelos mestres das salas aos aprendizes. Existia uma escola noturna de primeiras letras para os órfãos e operários que desejam ler.<sup>150</sup> Em fevereiro de 1876, os operários organizaram-se para formar uma associação de socorro, denominada Proteção e Auxílio cujo fim era tratar o operário quando enfermo e amparar sua família em caso de morte, constituindo um pecúlio. O estabelecimento de Fernão Velho não se constituía somente uma instituição industrial, mas também uma escola industrial.<sup>151</sup>

O jornal *Tribuna do Povo*, de 1889, comenta o relatório da Companhia União Mercantil, constata o trabalho de 112 operários, por terem dispensado 28 para economizar R\$ 300\$000 reis mensais. O total da manufatura foi 26.720 peças de pano para ensacamento. Os dividendos ficaram em R\$ 12:514\$468 para serem divididos entre os acionistas. Houve um prejuízo de R\$ 6:651\$220 devido ao maior desconto em relação ao ano anterior, por ter sido a

<sup>148</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706035&Pesq=uni%20mercantil&pagfis=686>> Acesso em 30 de dezembro de 2020.

<sup>149</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%20mercantil&item\\_id=2754#?h=uni%20mercantil&c=4&m=71&s=0&cv=67&r=0&xywh=-258%2C768%2C2018%2C1423](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%20mercantil&item_id=2754#?h=uni%20mercantil&c=4&m=71&s=0&cv=67&r=0&xywh=-258%2C768%2C2018%2C1423)>. Acesso em 30/12/2020.

<sup>150</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%20mercantil&item\\_id=2758#?h=uni%20mercantil&c=4&m=78&s=0&cv=44&r=0&xywh=-1137%2C-1%2C4064%2C2867](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%20mercantil&item_id=2758#?h=uni%20mercantil&c=4&m=78&s=0&cv=44&r=0&xywh=-1137%2C-1%2C4064%2C2867)>. Acesso: 30/12/2020.

<sup>151</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%20mercantil&item\\_id=2758#?h=uni%20mercantil&c=4&m=78&s=0&cv=44&r=0&xywh=-1137%2C-1%2C4064%2C2867](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%20mercantil&item_id=2758#?h=uni%20mercantil&c=4&m=78&s=0&cv=44&r=0&xywh=-1137%2C-1%2C4064%2C2867)>. Acesso em 30/12/2020.

companhia obrigada a fazê-lo no intuito de dar maior saída de seus produtos. O relatório concluiu que a situação da empresa era satisfatória.<sup>152</sup>

Dois anos depois, a produção anual era de 25.000 mil peças de pano e seu escritório encontrava-se no comercial bairro de Jaraguá, Rua Sá e Albuquerque, 24.<sup>153</sup> O jornal *Gutenberg*, edição 258 de 1895, declara aos consumidores de tecidos outro escritório da companhia existente na rua 1º de maio, nº 24, de frente a igreja do Rosário, atual avenida Moreira Lima. Existia um depósito de pano suficiente para satisfazer quaisquer encomendas.

Na década seguinte, em 1901, a Companhia trabalhou por cento e noventa dois dias, possuía cento e quarenta e cinco empregados, produziu 26.179 peças de algodão, dando em média 231 peças diárias, consumindo 1.815 fardos de algodão. Sua produção final foi de 29.179 de algodão e outros tecidos e 25.350 sacos para ensacamento de gêneros. Verificando um lucro total de 136:925\$000 mil-réis. Pagou em torno de 263:200 mil-réis de imposto ao governo estadual e 417\$700 mil-réis ao governo federal (COSTA, 1902, p. 98-110).

Em 1906, a viagem presidente da República Afonso Penna,<sup>154</sup> em incursões as indústrias de Alagoas, visitou a Companhia União Mercantil. Tinha 80 teares, dava trabalho a 200 operários, com uma força de 80 cavalos e produzia anualmente 45.000 peças de tecido para sacos de açúcar. Seus diretores eram Jacinto Leite, José Teixeira Machado e Joaquim de Miranda, dando a fábrica a seus acionistas um lucro anual de 15%. Sessenta contos de reis foram para compra de maquinismo aperfeiçoado.<sup>155</sup>

O intendente municipal de Maceió, Guedes de Nogueira, o governador do estado, Euclides Vieira Malta, sua família em companhia do barão de Traipu e alguns amigos no dia primeiro de 1908, visitaram o posto zootécnico da estação agrônômica. Chegando a Fernão Velho, o trem faz uma parada para a comitiva adentrar a fábrica União Mercantil. A qual possuía um motor e grande caldeira de força de 600 cavalos vapor, 120 teares para morins e

---

<sup>152</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=851914&pesq=Fern%C3%A3o%20Velho&pasta=ano%20188&pagfis=1>> Acesso em 19 de janeiro de 2021.

<sup>153</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=707430&pesq=companhia%20alagoana&pasta=ano%20189&pagfis=220>> Acesso 01 de janeiro de 2020.

<sup>154</sup> Em 1903 Afonso Augusto Moreira Penna foi empossado presidente. Venceu as eleições de 1906. Mas antes de assumir o cargo fez uma viagem do Amazonas ao Rio Grande do Sul, viajando 21 mil quilômetros e visitando dezoito capitais, conhecendo os estado e reais necessidades da indústria, educação, quartéis, hospitais, portos, ferrovias e repartições publicam. Esteve em Alagoas em 29 de maio antes de assumir o cargo em 15 de novembro de 1906 Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/afonso-pena-visita-alagoas-em-1906.html> > Acesso em 02 de janeiro de 2021.

<sup>155</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=6633>> Acesso em 02 de janeiro de 2021

quatro para toalhas. E em adiantada montagem, os aparelhos para branquear e gomar, a chaminé com a altura de 36 metros. Após a visita seguram todos para Satuba.<sup>156</sup>

Em 1908, foi inaugurado um novo motor na fábrica União Mercantil. Fabricado pela casa da Inglaterra *Ruston Procter* Companhia, tinha força de 450 cavalos. Estavam presentes a experiência do motor, comendador Jacinto Leite, Melo Machado, Jacinto Leite Filho, engenheiro da companhia.<sup>157</sup> Nesse mesmo ano, a convite do comendador Jacinto Leite, diretor gerente da União Mercantil, correspondentes do *Gutenberg* foram à empresa. Descreveram-na detalhadamente no artigo denominado *Companhia União Mercantil, uma visita a sua fábrica*, de 1 de 1909. A fábrica mostrava-se completamente reformada.

Os motores eram de alta e baixa pressão com condensador a nove pés abaixo do nível do cilindro. O motor do fabricante inglês *Reek Ruston*, patente *vahu Gear*, tem o cilindro de baixa pressão no centro. Este motor tem a força de 450 cavalos a vapor, move a fábrica velha construída em 1857, e a nova por meio de 16 cabos de aço de 12 polegadas de diâmetro. Seu volante recebe os primeiros movimentos de uma máquina de alta pressão com força de 10 cavalos a vapor, com dois cilindros verticais. Era a única do estado que dispunha de motor que dispensava o ombro ou pulso do operário.

A sala das caldeiras era responsável por gerar pressão para mover o motor, máquinas de quebramento, teares, fiação, engomadeiras e outros mecanismos. As duas caldeiras são assentadas juntas, são dos fabricantes da Inglaterra *Babcock & Wilch*, de força 300 cavalos vapor cada uma, alimentada por duas bombas fabricadas por *Worthington*. Em 160 libras de pressão, injetavam três polegadas de água contínua. A água antes de alimentar as caldeiras era aquecida pelo economizador da Green e adquiria um calor entre 90 a 130° graus. A pressão que gerada passa pelo super aquecedor onde era ressecada pelo próprio calor que a gerou. O combustível da caldeira era a lenha extraída das matas da própria Companhia. Três a quatro operários ocupavam a caldeira.

A oficina ficava do lado esquerdo da chaminé. Existia uma serra, uma furação, uma plaina, um torno e outros maquinários modernos. A tecelagem estava localizada em um vasto salão higiênico, claro e arejada, dividida em três seções, tendo cada uma 42 x 132 pés. Possuía 220 teares assentados. Muitos deles trabalhavam na fabricação em tecido grosso, inclusive o couro de bom acabamento. Ainda não se fabricava outros tecidos devido a

<sup>156</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9099>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

<sup>157</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9139>> Acesso 01 de janeiro de 2020.

incompleta montagem dos teares que findaria nos próximos dias, passando a fábrica a trabalhar em tecidos finos. Na sala das fazendas existia uma máquina de dobrar, marcar e uma prensa hidráulica. Existia nesse salão pano couro de onça, atestando o progresso de Fernão Velho, cujo produto tinha grande aceitação pelo comércio. O salão reservado ao branqueamento era cortado por canos condutores de água para branqueamento dos panos. O maquinário era a cadeira para branquear, saturadeira, lavadeira, espremedeira, calhandra de água e goma, chuviscadeira, alargadeira, química, tanque de drogas.

Na fábrica antiga montava-se no salão interior o maquinismo de abrigadores, batedores, fiação de trama, fiação de urdimento, enroladores e urdineiras. No salão principal era feito o trabalho de montagem de fiação e tecelagem. As transmissões da fábrica velha e da nova são todas feitas com o melhor aço *Glascow*. A grande seção contava com a garantia de um aparelho de Glutch Conpling que, em caso de desastres, fazia parar instantaneamente a sessão prejudicada sem interrupção do funcionamento das demais sessões. Sua chaminé possuía 35 metros de altura e 70 de base. No topo, estava assentado um para raios. Trabalhavam em média 250 operários e a produção diária era de 250 peças.<sup>158</sup>

Durante vinte anos, a União Mercantil foi à única fábrica têxtil em Alagoas, somente em 24 de outubro de 1888 foi construída a segunda fábrica têxtil, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecido, situada na localidade de Cachoeira, em Santa Luzia (hoje, Rio Largo). Devido às mesmas dificuldades da União Mercantil, iniciou as atividades somente em 1890. Servida pela via férrea Alagoas Railway, transformou o sitio as margens do rio Mundaú em um município autônomo e um pólo industrial operário (TENORIO; LESSA, 2013, p. 42-43). Fazia proveito da força hidráulica gerada pela cachoeira do rio Mundaú, produzindo uma força em torno de 1.000 cavalos para mover os maquinários (COSTA, 1938, p. 16).

Seu extenso prédio custou 192 contos, sem falar nas 124 casas de operários que representaram um valor de 51 contos. O maquinário custou 364:445\$ mil-réis, existindo acessórios no valor de R\$ 17:378\$ mil-réis. Em 1891, o número de operários crescia em ambos os sexos.<sup>159</sup> Em 1879, no museu comercial no prédio, a companhia expôs uma variada coleção de sua produção: algodão branco, grosso de tecido, sacos para por açúcar e cereais, toalhas, madrastos crus, madrastos gomados e alvejados. Os diretores esperavam dar realce a

---

<sup>158</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9376>>. Acesso em: 19/01/2021.

<sup>159</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=707430&pesq=fabrica%20cachoeira&pasta=ano%20189&pagfis=551>> Acesso 01 de janeiro de 2020.

exposição no museu pela quantidade, qualidade do produto, pelo gosto do arranjo.<sup>160</sup> A produção de 1895 foi menor que a de 1893 em 54.422 peças. No mesmo ano, o governador do estado fez uma visita a companhia de fiação. No ano de 1896, eram 480 operários entre homens, mulheres e meninos. A produção no ano findo foi de 122.728 peças de pano de algodão, verificando um lucro de 315:526\$ mil-réis, sendo o lucro total do ano R\$ 397:153\$ mil-réis, dando um dividendo sobre o capital de 750 contos ou R\$ 37\$280 por ação. Em 1890, seu primeiro ano, produziu 4.583 peças de pano de algodão.<sup>162</sup>

O *Gutenberg*, edição 48, de 1896, fala sobre uma assembleia realizada pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecido averiguando a conduta administrativa do diretor Propício Pedroso Barreto, acusado de obscurecer resultados, interferir nas cotas de acionistas e aplicar recursos em segmentos impróprios. Segundo a acusação, o engenheiro foi responsável pela queda da produção entre 1893 a 1895, e pela greve operária de 9 e 10 de dezembro.<sup>163</sup> Na edição 42 do jornal, Propício Pedroso falava de sua integridade, lealdade e compromisso com a empresa, dos reais resultados alcançados.<sup>164</sup>

### **Companhia Alagoana de Fiação e Tecido**

No mesmo ano, o *Gutenberg* descreveu uma excursão feita pelo governador do estado, barão de Traipú, o chefe de polícia, senadores, deputados, representantes da imprensa, do comercio, às fábricas Companhia Alagoana de Fiação e Tecido (Cachoeira) e Progresso. O trem expresso partiu da estação central da Alagoas Railway, chegando a Progresso. Foram recebidos pelo diretor, o comendador Teixeira Bastos. Após o almoço desceram para as instalações da fábrica Cachoeira, onde havia 600 operários, 260 teares e um grande número de outras maquinas. O engenheiro José Rippol levou os convidados ao chalé residencial da

<sup>160</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Hemeroteca Digital*, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=260959&pesq=companhia%20alagoana%20de%20tecido&pasta=ano%20189&pagfis=5632>> Acesso 01 de janeiro de 2020.

<sup>162</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Hemeroteca Digital*, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=fabrica%20cachoeira&pasta=ano%20189&pagfis=2909>> Acesso 01 de janeiro de 2020.

<sup>163</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Hemeroteca Digital*, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=2982>>. Acesso 01 de janeiro de 2020.

<sup>164</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Hemeroteca Digital*, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=2958>> Acesso 01 de janeiro de 2020.

gerencia. De volta a capital, as impressões que todos tiveram da fábrica foram boas. A fábrica<sup>165</sup> possuía 260 teares, movimentando noventa rolos de fio.<sup>166</sup>

O jornal *Gutenberg* noticiou que o comendador Teixeira Bastos enviou a sua redação a primeira peça de morim alagoano fabricado na fábrica Cachoeira. A marca escolhida para o morim foi barão de Traipú, homenagem pelo muito que ele fez pelas indústrias do estado.<sup>167</sup> Esse fino morim era encontrado a venda na loja América, situada na rua do comercio, 130, ao preço de 14\$000 uma peça.<sup>168</sup> Em 1897, o jornal noticiou que, desde 31 de dezembro de 1896, o maquinário apresentou problemas na turbina antiga que foi parada para substituição de peça. Não houve necessidade de colocar em atividade a nova turbina. A máquina a vapor esteve maior parte do tempo parada devido a abundância de água no rio e sofreu diversos reparos.

Foram feitos diversos reparos no edifício principal, no aqueduto, na tomada e na porta d'água. A construção de um novo paredão na parte do cais que ficou arruinado devido às enchentes no mês de junho. Foi aberta uma valeta para escoamento das águas do pântano em frente a fábrica. Mudou-se a olaria e o forno de fabricar tijolos para uma área mais conveniente, para evitar a continuação de escavações no pântano. Uma casa com melhores acomodações foi erguida para o mestre geral da fábrica. Foram construídas 22 casas de taipa e consertos das existentes. Desapropriou inúmeras outras, inclusive de pessoas estranhas que se fixaram-se no terreno da companhia em anos anteriores. O custo dos melhoramentos foi de R\$ 14:05\$540 mil-réis. Os alugueis das casas produziram R\$ 9:065\$750 mil-réis.

Fabricaram-se de janeiro a dezembro 145.563 peças de diversas qualidades de pano, inclusive 1105 peças de retalho. Venderam-se 11.368 peças de retalho no valor de R\$ 893:548\$ mil reis. No escritório central existiam 120 peças de pano no valor R\$ 504\$000 mil reis. A empresa comprou em matéria prima no valor de R\$ 389:985\$300 mil reis, mão-de-obra e salários de R\$ 171:540\$170 mil reis, combustível das agomadeiras no valor de R\$ 16:763\$710 mil reis, direito de importação e fretes no valor de R\$ 31:099\$710 mil reis. A

---

<sup>165</sup> Casos de distúrbios a ordem, como ameaças e furtos foram registradas contra os trabalhadores da fábrica Cachoeira por parte do engenho cachoeira. Por exemplo, um homem de nome Alexandre de Moura, remetido pelo sub comissionário do distrito de cachoeira por crime de furto praticado na fábrica cachoeira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=3749>. Acesso em 01 de janeiro de 2021.

<sup>166</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=3350>>. Acesso 01 de janeiro de 2020.

<sup>167</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=3769>>. Acesso 1 de janeiro de 2020.

<sup>168</sup> <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=8334>.

produção elevou-se a mais 22.561 peças. No ano de 1895 teria sido mais se não parasse em dezembro para concertos nas turbinas.

Compraram-se de janeiro a dezembro de 5.451 sacas de algodão no valor de R\$ 391:019\$700 mil reis. Consumiram-se 5.441 sacas no valor de R\$ 389:985\$300 mil reis. Foi gasto com os reparos das máquinas um valor de R\$ 29:605\$120 mil reis. A situação da fábrica era lisonjeira, apresentava um pequeno débito em cota de R\$ 1:922\$040 de dividendo não pago aos acionistas e de R\$ 45:479\$160 mil reis proveniente de créditos obtidos em Londres e do Banco de Pernambuco. A concorrência com fabricas similares levou a uma redução de 5% na tabela dos lucros, em torno de R\$ 44:679\$210 mil reis. A matéria prima sofrera um aumento de 40% sobre o custo, cuja média foi de R\$ 10\$200. Sendo de R\$ 14\$300 das compras, em 1896, dessa diferença resultou a diminuição de R\$ 111:540\$210 mil reis.

O relatório faz um apelo aos congressistas para que concedam as indústrias do estado alguns favores. Sobrecarregam com o imposto de 9% e mais 1% sobre as exportações. A crise que abate sobre os estados do Norte e a competência de outras fábricas, privava a fábrica

Cachoeira de vender o tecido a dinheiro como antes se fazia. Para acompanhar os competidores, foi necessário conceder aos compradores de 30 e 60 dias e para que até o mês de maio a fábrica esteja abastecida com algodão e que trabalhe até dezembro. Era necessária uma soma de capital elevado que a companhia não tinha disponibilidade. Nos anos anteriores era fácil levantar com os bancos e particulares, mas em 1897, era difícil em virtude da crise.<sup>169</sup>

Na década seguinte, em 1902, seus dois edifícios comportavam 270 teares, máquina de fiação fina, quatro teares para fabricação de madastro largo, dois para a fabricação de toalhas e uma para aperfeiçoar acabamentos. Possuía mais de 300 casas e alvenarias de tijolos para moradia dos operários. Possuía boas condições financeiras. Retirava 15% dos lucros para o fundo de reserva que findo ano chegava a torno 348:808\$350 mil-réis. Possuía um motor hidráulico e um a vapor. Chegou ao número de 600 operários entre homens, mulheres e meninos. No ano anterior, consumiu 6.305 sacas de algodão (COSTA, 1902, p.100).

Iniciou-se na fábrica Cachoeira, em 1903, uma escola noturna para operários e seus filhos. Mas, desde 1899, já existia uma escola diurna, ambas eram sustentadas pelo cofre da instituição.<sup>170</sup> A empresa continuava com uma condição financeira lisonjeira.

---

<sup>169</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=3935>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

<sup>170</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=5641>>. Acesso em 02 de janeiro de 2021.

No entanto, a varíola vinha acometendo inúmeras vítimas desde os anos 1880, em diversas províncias do Brasil. Por volta de 1905 a 1906, à doença atingiu vários pontos do estado: Arapiraca, Barra de São Miguel, Fernão Velho, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, São Luiz do Quitunde, Camaragibe, Maragogi, Porte de Pedras, Barra de Santo Antônio, Alagoas, Trapiche da Barra e Pontal da Barra, por último, Cachoeira.<sup>171</sup> Em abril o jornal *Gutenberg*, edição 54, noticia o surto de varíola no povoado Cachoeira, município de Santa Luzia do Norte, que fazia comunicação frequente com Maceió, através da linha férrea. Mais de 30 pessoas foram contaminadas pela moléstia. O artigo faz um apelo para as providências cabíveis, pois se tratava de uma localidade com duas fabricas têxteis e sua população era operária, constituindo o centro de atividade mercantil do município. A rápida ação da inspetoria de higiene publica em vacinar<sup>173</sup> a população levou ao fim rápido da mórbida mazela em Cachoeira, embora tenha vitimado muitos, levou o retorno do comércio ao local.

O *Gutenberg*, edição 137, de 1906, reproduz a matéria *O diário de viagem no estado de Alagoas*, do *Jornal do Brazil*, do eleito presidente da República, Afonso Penna que, junto com uma comitiva incluindo o governador do estado, secretários, jornalistas e o representante da Great Western do Rio de Janeiro, partem da estação ferroviária para a fábrica União Mercantil, em Fernão Velho. De frente ao edifício, formaram-se todos os operários que seguravam o seguinte leiteiro: “*Saudações ao Ilustrado Dr. Afonso Penna*”. Depois foram visitadas a Usina Leão, as fábricas Fiação e Tecido, Progresso alagoano e a Usina Brasileiro.

Na fábrica Alagoana de Fiação e Tecido, o diretor José Antônio Teixeira Bastos<sup>175</sup> guiou o vice-presidente e sua comitiva pelas instalações, onde se constatou a produção do algodão cru, mandapolão e felpudo para toalhas, tinha 260 teares e 600 operários, produzindo anualmente 105 peças de tecido. Declarou que tanto Cachoeira como a Progresso não davam conta das encomendas feitas de todos os estados. O maquinário era movido por uma força 300

<sup>171</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=var%c3%adola&pagfis=6441>> Acesso em 03 de janeiro de 2021.

<sup>173</sup> Em 24 de maio de 1896, foi dado pelo inspetor de higiene publica, Sylvio Moeda, a completa extinção da varíola em Maceió fechando vários barracões de isolamento, inclusive de Bebedouro. Publicado pelo *Gutenberg*, edição 111, em 24 de maio de 1906. Mais tarde, foi aberto o mesmo barracão para acomodar novos infectados porque a moléstia não tinha sido erradicada. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=var%c3%adola&pagfis=6662>, fechando novamente em outubro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=var%c3%adola&pagfis=6921>>. Acesso em 03/01/2021.

<sup>175</sup> O jornal *Gutenberg* de 1907, edição 91 faz uma interessante homenagem de facilitações, sobre a vida do industrial e comendador Jose Antonio Teixeira Basto um dos sócios fundadores e diretor por 15 anos da Companhia Alagoana e Fiação e Tecido e da Companhia Progresso Alagoana Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=7462>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

cavalos e 250 a vapor, estando em construção outra ala destinada a conter mais 140 teares. Após a visita, foram para residência do engenheiro José Rippol, gerente, onde jantaram. O comendador discursou por lembrar-se de Napoleão que, ao subir ao trono na Europa, no século XIX, ia até as fabricas conversar com os operários, conhecer a realidade das fabricas socorrê-las. Falou da melhoria e redução dos preços da lavoura, redução das taxas de câmbio, solidificação da indústria nacional em relação aos concorrentes estrangeiros. Após o discurso de Teixeira Basto, Afonso Penna respondeu sobre o seu programa de governo e haver de empregar esforços para melhoria das condições da lavoura, facilitando o transporte dos produtos e exonerá-lo de tarifas exorbitantes. Ao terminar o almoço, foram para o município de Atalaia, seguindo para a Usina Wanderley.<sup>176</sup>

Sobre a história da fábrica Cachoeira, o *Gutenberg*, edição 96, informa que a ideia de fundição da fábrica Cachoeira se deve ao engenheiro Propício Barreto. Ele conseguiu levantar o capital de trezentos contos que era seu capital primitivo, parte levantou em Maceió e outra na capital de Pernambuco, com auxílio de amigos do negociante José de Oliveira Basto. Depois de incorporada a companhia pelo engenheiro Propício, quando a décima parte do capital estava realizado, foram eleitos pela assembleia geral constituinte Teixeira Machado, Propício Barreto e José Januário, ficando a cargo do primeiro o serviço de escritório e a parte comercial. Durante a construção, que ficou a cargo do engenheiro Propício, não houve transações mercantis. Com a construção dos prédios, terminou o mandato da primeira diretoria não mais com Teixeira Machado e sim com Propício, Teixeira Bastos e Antônio Rego. O capital durante a primeira diretoria era de 800 contos, aumentou para 2.000 contos.

A fábrica era conhecida não só no Norte como também no Sul. A fama de seus resultados chegava até Manchester, um importante colosso centro mundial para o algodão e diversos tecidos. Ali era conhecida e preconizada, chegando a haver na cidade quem custava a acreditar que seus dividendos eram reais. O desenvolvimento da empresa deveu-se a diretoria do comendador Teixeira Bastos.<sup>177</sup>

O capital da empresa chegava ao valor de 2.000:000\$000 dois mil contos de reis, em 1909. Trabalhavam a cerca de mil operários, um número bem maior se comparado com os anos anteriores. Dentre eles existiam 350 crianças de 12 a 17 anos, não havia operários

---

<sup>176</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=6554>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

<sup>177</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=7482>> Acesso em 03 de janeiro de 2021.

menores de 12 anos. A dez horas de trabalho diário, com os descansos convenientes. A noite havia ainda duas horas de trabalho facultativo pagos separadamente.

A operária criança recebia em torno de \$800 diário, a mulher 1\$200 a 2\$500, o operário homem 1\$200 a 8\$000. Esses operários aproveitavam-se das lagoas e se alimentavam de peixe e sururu. A fábrica aumentara o número de casas para os operários, devido a aquisições de novos terrenos, ampliação e construção de novas instalações. Possuía 300 casas do mesmo tipo, de tijolo e telhas caídas interior e exteriormente, cada uma com duas salas, uma de visitas e outra de jantar, dois quartos e uma cozinha com fogão e chapa de ferro. As casas situavam-se a alguns metros da fábrica, alugada a 6\$000 mensais cada uma.

A força motriz canalizava a água numa queda de 65 pés de altura e diâmetro constante de 80 centímetros alimenta as turbinas, gerando uma força de 700 cavalos. Com o auxílio da turbina, existiam 250 cavalos a vapor para tempos de seca. A fábrica produzia tecidos de algodão cru, lisos, trançados, morim, e toalhas felpudas grandes e pequenas. As 18 máquinas modernas faziam o acabamento.

A Companhia oferecia aos operários uma farmácia que fornecia médicos e remédios. Havia duas escolas mistas gratuitas mantidas à custa da fábrica. Achavam-se 120 crianças matriculadas e os livros, penas, tinta e vestuários eram fornecidos gratuitamente. Os operários eram dóceis, a disciplina era feita sem muita exorbitância e castigos. Pagava anual 300:000\$000 mil contos de reis. Todos empregados eram brasileiros, exceto dois ingleses responsáveis pelo preparo das tintas. O diretor era o engenheiro José Rippol, residente em uma propriedade da fábrica cercada de conforto. As duas fabricas existentes em Cachoeira vendiam tudo o que produziam durante três a quatro meses antecipadamente. Toda essa prosperidade deu-se pelo resultado de vinte anos de administração de Teixeira Bastos. Ele não se limitou somente a indústria, fez comércio com diversos ramos por atacado, empresa de água, luz elétrica e pequenas indústrias. Seu nome era querido em Maceió.<sup>178</sup>

O folheto *o Semeador*, edição 161, de 1916, descreve a visita do governador Batista Accioly, coronel Francisco Rocha, vice-governador, deputados Costa Rego e Fernandes Lima, coronel Firmino Vasconcelos, Moreira e Silva, Adalberto Marroquim pelo *Jornal de Alagoas*, Mario Juca pelo *Correio da Tarde*, Felon Lima pelo *Semeador*, entre outros, em visita as fabricas Cachoeira e Progresso.

---

<sup>178</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20cachoeira&pagfis=9988>>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

Partiram da estação central, chegando a Rio Largo, recebidos por Jacinto Leite Filho e pelo comendador Luiz Jardim, ao som da banda de música Apolo Rio-larguense. Após distribuição de brindes, seguiram para a Progresso, pela tarde chegaram à indústria Cachoeira. Na primeira sala, viram no mostruário dos seus produtos alguns tecidos, toalhas, meias e camisas. Instalada em um edifício vasto, todas as condições de salubridade davam uma impressão de organização e disciplina. Depois, foram à casa do comendador Luiz Jardim para o jantar. De regresso a Maceió, foram aclamados por salvas e vivas dos operários que jaziam em frente do estabelecimento.<sup>179</sup>

Dois anos mais tarde da construção da fábrica Cachoeira, a fábrica Progresso surgiu no mesmo local, mas somente em 1893 seus teares funcionaram. Tinha um capital primitivo de 650 contos de reis, depois elevado para 850 (COSTA, 1902, p. 100). Em 1895, o edifício já se encontrava concluído, faltando somente à cobertura da tinturaria. Possuía a capacidade de acomodar o dobro de máquinas para tecido de pano de cor, tecidos de malhas e a tinturaria. A construção do edifício custou até 31 de dezembro R\$ 250:929\$950 mil reis. Sua diretoria era composta por Teixeira Bastos, Propício Pedroso Barreto e M. B. Pereira Diegues Junior.

Todo maquinismo encontrava-se em começo de montagem, estando assentadas as transmissões os batedores e a parte de outras máquinas, bem como a caldeira da máquina a vapor. A montagem e custo das máquinas obtidas da Europa ficaram entre R\$ 470:385\$780 até 31 de dezembro. A casa de máquinas já estava concluída e os alicerces para assentamento do motor a vapor. A chaminé em construção media 36 metros de altura, essa construção somara o gasto de R\$ 7:585\$190 mil reis. A máquina a vapor se achava dentro do edificio e esperava-se até o fim de maio para seu assentamento.

Concluíram-se 24 casas para os operários, sendo quatro com maiores acomodações para os mestres estrangeiros. Depois de terminada a fixação do maquinário, prosseguiu a construção de mais outras casas necessárias para acomodar o pessoal. Com essa construção despendeu-se R\$ 21:136\$210 contos de réis. Por outro lado, os alugueis somaram 1:743\$920 contos de réis. Aos acionistas foram pagos 30% sobre o capital primitivo, autorizado pela assembleia de 15 de janeiro de 1894.

---

<sup>179</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761583&pesq=fabrica%20cachoeira&pasta=ano%20191&pagfis=37>> Acesso em 03 de janeiro de 2021.

No rigoroso inverno de 1894, a falta de operários habilitados para o trabalho com as rochas encontradas no terreno e outras circunstâncias, demoraram a conclusão das edificações. Os acionistas a direção esperavam um ano de atividades satisfatórias.<sup>180</sup>

### **Companhia Progresso Alagoano**

O relatório da Companhia Progresso Alagoano, de 17 de fevereiro de 1896, foi exibido no folhetim *Gutenberg*, edição 37. Nele, discriminava a necessidade de o edifício passar por obras. Nesse ano o edifício encontrava-se concluído faltando uma pequena parte do reboco, tendo espaço para acomodar o dobro do maquinário. O custo foi de 45:862\$090. Conclui-se as obras complementares da casa de máquinas e da chaminé. A máquina a vapor estava completamente montada e funcionava bem, com uma força de 200 cavalos e base assentada para outra de força igual. A conclusão foi de 3:059\$040. O aqueduto e tomada das águas encontravam-se paradas devido à falta de capital. Indispensável sua conclusão para aproveitar o motor hidráulico que existia na fábrica e mostrar economia de combustível. O orçamento das obras calculado pelo diretor técnico era 60:000\$000 contos de reis.

Existiam 25 casas de tijolos todas com telha, sendo quatro com maiores acomodações para os mestres, três de taipa coberta de telha para os empreiteiros. Com a construção e reparos delas gastou-se 23:311\$060 contos de reis. Seu aluguel somava 2:860\$080 de reis. Havia a necessidade da construção de mais 59 casas para acomodação dos operários.

Na fábrica, existia no almoxarifado alguns mecanismos de reparos para regulamentação do serviço, ficando em torno de 2.431\$130 conto de reis. Todo maquinário encontra-se montado e instalado, consistia em 99 teares para panos de cores com as máquinas de fiação e preparo, bem como, máquinas para produzir 900 dúzias de pares de meia e 360 dúzias de camisas de meia por semana. Funcionava parcialmente por falta de pessoal habilitado. O gasto com a montagem e acessórios vindos da Europa foi de 88:304\$950 contos de reis. Deu-se início aos trabalhos de manufatura no fim de setembro do ano anterior, manufaturaram-se 4.208 peças de pano de cores e 964 dúzias de pares de meia. Vendeu-se 2.350 peças de pano de cores e 528 dúzias de pares de meia. Existiam na fábrica 1.821 peças de pano em retalhos, 14 peças outras peças, 37 dúzias de camisas de meia, 250 sem acabamento, tecidos de malha para camisetas, 376 dúzias de pares de meia, 450 ditos sem

---

<sup>180</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=2502>>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

acabamento e tecidos para meias. Todos os produtos eram bem aceitos pelos compradores e existia um grande número de encomendas para finalizar.

Entrou na fábrica 823 sacas de algodão no valor de 43:531\$750 contos de reis. Cedeu-se a Companhia Alagoana de Fiação e Tecido, 75 sacas no valor de 3:965\$440. Consumiu 731 sacas no valor de 38:362\$110. Existindo em depósito 17 sacas no valor de 1:203\$200. O algodão preparado na máquina e fios nas frações de tinturaria somaram 22:100\$100. Consumiram-se nos meses de trabalho 17:180\$210 contos de reis, existia em depósito 284 toneladas no valor de R\$ 12:176\$600 contos de reis. As máquinas da tinturaria encontravam-se funcionando. Despendeu-se durante os três meses de trabalho 2:111\$430, existindo em depósito 16:008\$880. Com mão-de-obra na manufatura foram gastos 37:933\$310 contos de reis. Para honrar os compromissos em torno de 343:191\$400, a assembleia geral autorizou a emissão de 350 contos de reis de debêntures de 7% e resgatáveis dentro de 15 anos.

Foi insignificante o lucro nos três primeiros meses de trabalho, no entanto, correspondeu a vinte dias de trabalho regular. Os diretores afirmaram que o lucro seria de 30% havendo a regularidade do trabalho. Todas as máquinas eram de primeira qualidade e seus produtos eram bem aceitos no mercado. O ano de 1896 prometia lucros compensadores, para isso seria contar com todos os acionistas no auxílio da empresa dentro da espera de suas forças, para que ela pudesse se desenvolver e aumentar o capital empregado na indústria.<sup>181</sup>

A Companhia Progresso Alagoano disponibilizava a consulta para acionistas do balanço da empresa, lista de acionistas e transferências relativas ao ano de 1895.<sup>182</sup> As ações da companhia eram disponíveis no mercado, como consta em anúncio do *Gutenberg* com Manoel Joaquim Dias vendendo 126 ações no valor de 200\$000 cada.<sup>183</sup> O *Gutenberg*, edição 140, relata a visita do governador as fabricas Cachoeira e Progresso. A comitiva chegou à fábrica Progresso, foi recebida pelo diretor Teixeira Bastos. O aspecto exterior da fábrica ocultava a real grandeza de sua extensão. Entrando nela era admirável a vastidão dos salões iluminados por vidraças colocadas quase ao teto. A sala de máquinas possuía uma poderosa força de 200 cavalos colocada em um grande salão preparado para receber outro tambor de força igual a este. Em outras salas observam-se os batedores de algodão, as cardas, as

<sup>181</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=2939>>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

<sup>182</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=2958>>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

<sup>183</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=2987>>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

fiadeiras, máquinas da disposição dos nós para os teares, urdineiras, o salão dos teares. Nessa seção trabalhavam noventa e duas mulheres de todas as idades e um número considerável de homens e crianças, 70 crianças de ambos os sexos e idades, e nove até 12 anos.

Na seção de tinturaria, montada com máquinas importantes uma grande estufa a vapor. No 1º andar estava estabelecida outra parte da fábrica que manufaturava artefatos de pontos de malha como: meias para homens, mulheres e crianças, camisas e ceroulas de meia, brancas e de cores. Grande quantidade de meias e camisas de vários formatos e qualidades desde a mais baixa a superior. Máquinas para todas as operações porque passava o algodão até chegar à confecção de objetos tão úteis, desde o fio até o encaixamento.<sup>184</sup>

Em 28 de agosto de 1896 foi realizada uma reunião na companhia com todos os acionistas. Dentre eles, alguns de importância eram: o barão de Traipu e Gabino Besouro, ambos foram governadores do estado, Teixeira Bastos, José Rippol, representando o capital de quinhentos e noventa e oito contos de reis, mais de dois terços do capital. Sendo aclamado presidente o acionista, Manoel José Duarte, indicou para o 1º secretário a Pedro de Araújo, para o 2º secretário, Adolpho de Almeida Guimarães. Foram apresentadas à mesa reformas no do artigo 7 do estatuto e o § 5 do artigo 10. Artigo sete a substituição de “vinte votos” por “trinta votos” e o segundo substituição “o técnico 100\$000” por “o técnico 750\$000” ou mais como estar. Posta em discussão a proposta foi aceita unanimemente depois de justificada por Teixeira Bastos. Foi lida a carta de Emilio Schinor renunciando ao cargo de gerente. Feita novas eleições, foi eleito José Rippol com 553 votos.

O novo diretor Teixeira Bastos comunicou um ato de vandalismo praticado contra uma das máquinas da companhia, com danos pequenos, mas poderia ocorrer em incêndio gerando uma paralisação de seis meses. José Rippol propôs um voto de louvor a Teixeira Bastos pela sua contribuição na organização da fábrica, proposta aceita também por Américo de Almeida e aprovada uniformemente pela assembleia.<sup>185</sup>

O relatório da Companhia Progresso em 1897, publicado pelo *Gutenberg*, edição 67, de 30 de março, afirma a conclusão do reboco da frente do edifício da fábrica e caiação da chaminé. Foi construído um novo salão para enxugar os fios e outro para oficinas de carpintaria e depósito de materiais. Bem como um pontilhão para dar passagem às águas e ao prolongamento do desvio que se levou até o interior da sapata da montanha para facilitar a

<sup>184</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=3350>> Acesso em 03 de janeiro de 2021.

<sup>185</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=3571>>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

descarga do carvão. Foi construída uma olaria e forno para produzir tijolos e telhas e uma linha férrea para facilitar a condução de barro. Duas calçadas de cimento no corredor interno da fábrica e uma sapata em volta do fundo do edifício para evitar sucessivas infiltrações das águas que correm da montanha no tempo de inverno. Reformaram-se todas as vidraças e telhado que, devido a erro na colocação, deixou cair água da chuva em cima do maquinário. Essas construções custaram 13:751\$200 contos de reis.

Para funcionar bem, o maquinário foi desmontado após ceder 15 polegadas no antigo local, sendo remanejado para outro no mesmo salão. Se mudaram a transmissão de fiação, o mancal e eixo da polia principal, corrigiu o defeito que causava repetitivos incêndios que antes era evitando canalizando para cima do referindo bronze, água do rio que estava arruinando a parede do salão principal. Mudou-se a máquina da oficina de carpina e suas transmissões para novos salões construídos e canalização de vapor no salão da fiação para aquecê-las em tempos de inverno. Essas reformas interromperam os trabalhos de manufatura de abril a junho. Com os reparos e com os acessórios, a despesa foi de 26:820\$350 mil réis.

Construíram 10 casas cobertas de telha, 20 barracos de palha para acomodação provisória dos operários e concertos nas antigas. Em construção mais 10 casas de tijolo. Custando com a construção e reparos 5:359\$010. Produzindo com alugueis durante o ano 2:991\$200 contos de reis. No ano foram produzidas: 30.930 peças de pano, inclusive retalhos, 10.449 dúzias de pares de meia e 5.136 dúzias de camisa de meia. Venderam-se 31.916 peças de pano inclusive retalho, 7.328 dúzias de pares de meias e 2.681 dúzias de pares de camisas de meia. Comprou-se durante o ano 4.653 sacas de algodão e consumiu 4.400 sacas. A Companhia Alagoana de Fiação e Tecido vendeu 246 sacas no valor 17:665\$190. No depósito de almoxarifado havia matérias não usados para a reparação das máquinas.

Foi desorganizada a manufatura da fábrica e interrompido parte dos trabalhos de manufatura durante os meses da reforma. O resgate do empréstimo, o dividendo a distribuir de 14\$300 por ação ou 7,30 % sobre o capital realizado. Toda a produção do ano foi vendida. O dividendo de 7,30% a distribuir não satisfaz as aspirações da diretoria e acionistas, mas esse resultado não compensou as despesas feitas. Além da irregularidade dos seis meses contribuíram para redução dos lucros o aumento da matéria prima do algodão de 10\$000 para 11\$000 reis por 15 quilos para 14\$ e 14\$500 reis, sem a possibilidade de elevar o preço dos tecidos para cobrir essa diferença em virtude de terem outras fábricas sustentando preços antigos. A pesada taxa de exportação de 9%, mais um adicional e outros impostos, geravam muitos gastos.

O novo orçamento planejado para 1897 reduziu a taxa de exportação em 30% e esperava dos congressistas do estado a concessão de favores as indústrias de Alagoas. O preço do algodão era de 12\$100 a 12\$6 por 15 quilos, 10% a menos que o da safra passada. Essa diferença concorria para aumento dos lucros.<sup>186</sup> Em 1899, um incêndio acometeu a casa de máquinas da fábrica Progresso, onde havia a secagem dos fios da tinturaria. O fogo foi abafado pelos operários. O incêndio foi criminoso, pois os teares estavam parados e o incêndio ocorreu segunda-feira à noite do dia 14 de agosto, e o vigia desapareceu. Todavia as outras dependências ficaram a salvo das chamas.<sup>187</sup>

Em 1905, os motores funcionavam bem, mas a turbina maior sofreu desarranjo em 20 de março e ficou inutilizada. Foi preciso pedir em Londres outra roda de cubos, a qual se esperava até março do ano posterior. Enquanto isso, o movimento da fábrica seria feito pela pequena turbina auxiliada pela máquina a vapor.

Os concertos do edifício foram realizados nas casas de operários e aqueduto. Anexo ao salão antigo de tecidos de malha foi construído outro para acomodar novas máquinas. Foram construídas quatro casas para os operários e outra para um dos mestres estrangeiro. A oficina de carpina foi transferida para outro local. As máquinas de teares funcionavam bem. Foram comprados mais 23 teares, sete cardas, um estiragem, um banco grosso, outro intermediário, uma máquina para cobrir cilindros, uma para prensa de meias, uma caldeira para cozinhar fio, um ventilador para as estufas, duas máquinas para tingir algodão, uma para secá-lo, um extrator, um novo cilindro para motor a vapor, duas máquinas para tingir pano, três para fabricação de meias estilo francês, quatro para estilo americano, duas para bocais, uma para camisas de meia, uma para meias comuns, uma para fazer cordões, duas para caroladores de fio e diversas transmissões para estas novas máquinas. Também foram encomendas mais algumas máquinas de fiar. O lucro bruto foi de 633:961\$530 mil réis.<sup>188</sup>

A fábrica Progresso e Cachoeira tinha 168 teares e dava emprego a cerca de 600 operários, sendo as máquinas animadas por turbinas hidráulicas da força de 300 cavalos e por 250 cavalos a vapor. Sendo a produção anual de tecido de diversas qualidades de 450.000 metros. Tinha também a fábrica uma sessão de tecido de meia, completa e aperfeiçoada,

---

<sup>186</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=3955>> Acesso em 04 de janeiro de 2021.

<sup>187</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=4713>> Acesso em 04 de janeiro de 2021.

<sup>188</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=6370>>. Acesso em 11/01/2021.

produzindo anualmente cinquenta mil dúzias de meias de algodão e quinze mil dúzias de camisas, sendo de trinta fardos de algodão o gasto diário da fábrica. A vila operária possuía comodidade e conforto para os operários.<sup>189</sup>

Além disso, segundo a Junta Sindical da Companhia Progresso Alagoano foi enviado em seis de agosto de 1906 para Bahia, Rio de Janeiro e Porto Alegre sete caixas com tecido de malha, sete pacotes de amostra de tecido, 31 fardos com tecido de algodão. Despacharam as barcaças com carga Vigilante para Camaragibe e Toinha para São Luiz do Quitunde. Em quatro de outubro enviou 58 volumes de tecidos de algodão através do vapor Maranhão para Rio de Janeiro, Bahia e Porto Alegre.<sup>190</sup> Em 1907, a Progresso Alagoano e a Companhia Alagoana de Fiação e Tecido, no vapor Pernambuco enviou para os portos da Bahia e Rio de Janeiro 32 volumes com tecidos de algodão e de malha no valor de R\$ 11:105\$000.<sup>191</sup> Em 1908, triplicariam os volumes para essas mesmas localidades. O vapor nacional Planeta, em oito de maio, levou 131 volumes no valor de R\$ 37:471\$000. No vapor Goyaz para o Recife, Paraíba e Ceara, 27 volumes no valor R\$ 5:690\$000.<sup>192</sup>

O jornal *Gutenberg*, edição 206, de 1908, reproduz a matéria do folhetim *Jornal do Comércio*, denominada *Alagoas na Exposição*, relatando a visão da imprensa carioca sobre o estado. Descreve os aspectos do estado como solo, fauna, flora, reino mineral, extensão territorial. O artigo traz um panorama das indústrias têxteis alagoana: Companhia Industrial Penedense, Companhia Pilarense, União Mercantil, Companhia Alagoana de Fiação, que expôs seus morins, toalhas alvas, algodões lisos, algodãozinho e algodões trançados; Companhia Progresso Alagoana, mostrou meias cruas, pretas, de cores, camisas de meias e padrões de brins, sua especialidade, das marcas *Rio-Grandense*, *Alagoano X*, *Madrileno*, *Britânia*, *Fluminense*, *Pernambucano* e *Carioca*. Concluiu que, pelos gêneros de exportação e de consumo, a força produtiva de Alagoas era a mais importante dos estados do Norte.<sup>193</sup>

---

<sup>189</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=6633>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>190</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=6918>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>191</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=7544>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>192</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=8625>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>193</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9040>>. Acesso em 11/01/2021.

A Companhia Progresso Alagoana até o final de 1908, assentou mais duas novas turbinas para substituir as antigas com problemas. A máquina a vapor que era de 200 cavalos aumenta para 400, com um novo cilindro e mais duas caldeiras. Foram fixadas mais duas máquinas para tecido de malha, construídas 18 casas de operários, reparadas outras antigas e a da gerência. As vendas do ano atingiram R\$ 1:681.891\$260, comprou 6.140 sacas de algodão e vieram do ano anterior 1.910, consumiram 7.360. Devido à instalação das novas turbinas a fábrica, nesse ano, foi obrigada a mover-se com a máquina a vapor que consumiu em combustível um valor de R\$ 41:840\$150.<sup>194</sup>

A situação da fábrica era lisonjeira. A empresa teve dificuldades em dispor os produtos por ter mantido os preços anteriores, já que a concorrência manteve os preços antigos. Outra questão, foi o aumento da matéria-prima levando a uma redução dos lucros. Juntamente com as despesas das novas turbinas, caldeiras e parte da máquina a vapor, contribuíram para diminuição do dividendo.<sup>195</sup>

Segundo o *Gutenberg*, edição 157, de 1909, na matéria *A indústria Fabril em Alagoas: O trabalho de um homem*, exprime que a fábrica Rio Largo ou Progresso é a mais interessante de todas devido à variedade de seus produtos: tecidos de malhas com fios brasileiros, camisas e meias de diferentes tipos. Possuía 180 teares, trabalhavam 900 operários, recebendo salários de R\$ 255:000\$000 por ano. Com um capital primitivo de R\$ 650:000\$000, sendo R\$ 250:000\$000 de alagoanos e o restante que o comendador Teixeira Bastos conseguiu no Recife. No dito ano o capital era de R\$ 1.700:000\$000. Os produtos são rapidamente vendidos durante três a quatro meses, antes de serem fabricados. Uma ação dessa companhia vale muitíssimo. Toda essa prosperidade é o resultado de vinte anos de trabalho do comendador José Antônio Teixeira Bastos.<sup>196</sup> Segundo a Junta Comercial, no boletim de 17 de setembro de 1909, a companhia exportou 22 volumes de tecido para e Rio de Janeiro.<sup>197</sup> Em 23 de outubro, para a mesma localidade remeteu 44 volumes. Em novembro

---

<sup>194</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9821>> Acesso em 11/01/2021.

<sup>195</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9729>> Acesso em 11/01/2021.

<sup>196</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=9988>> Acesso em 11/01/2021.

<sup>197</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=10170>>. Acesso em 11/01/2021.

quaduplicaram as remessas, sendo 110 volumes para as ditas localidades, além de Rio Grande do Sul e Porto Alegre. No dia 19 de novembro chegaram ao total de 68 volumes.<sup>198</sup>

No balanço de 31 de dezembro de 1909, seu ativo em combustível, casas de operários, conserto do prédio da fábrica, casa de máquinas, reparação das máquinas, matéria-prima, manufaturas a R\$ 2.746:050\$130. Os passivos da empresa constituíram fundo de reserva, letras a pagar, lucros e perdas, dividendos e cotas a distribuir, imposto a pagar.

Em 1910, tanto os bens ativos e passivos somaram R\$ 2.648:643\$600. Foram construídas novas casas de operários, foi feito reparo no aqueduto e reparos em alguns trechos do prédio. O maquinismo funcionava bem e em bom estado de conservação foi instalada uma socadeira de fios. Foi de R\$ 1.532.481\$640 o total das vendas. Comprou-se no ano 5.903 sacas de algodão, vindo do ano anterior 2.480, consumiram-se 7.550 no fabrico.

Em abril de 1911, deixou o cargo de diretor Américo de Almeida, já José Antônio Teixeira Bastos deixou de ser diretor tesoureiro. Assumindo, provisoriamente, os acionistas Manoel B. P. Diegues Junior, Arsênio Fortes e Eduardo A. Ferreira Santos. Sendo eleito, posteriormente, Taciano da Silva, Jacintho Medeiros e José Francisco Coelho da Paz.<sup>199</sup>

Cinco anos mais tarde, em outubro de 1916, o fogo tomou conta do local quando havia 900 operários na manufatura. Uma fumaça partiu para as sessões precedidas de intensas labaredas, invadindo o depósito de algodão. O pânico foi terrível em uma busca frenética pelos portões. Da confusão partiam gritos de mulheres e crianças que se atropelavam. As chamas assumiram uma violência de causar arrepios, alguns corajosos se ariscavam entre as chamas em busca de alguém que fosse deixado para trás. O 1º andar e o teto da ala direita desabaram. A custo de sacrifícios o fogo foi controlado. Saíram gravemente feridos os operários Emerencial e Angenor Guedes. Os prejuízos foram enormes chegando à quantia de R\$ 1.200:000 mil e duzentos contos de reis.<sup>200</sup>

## A Companhia Pilarense de Fiação e Tecido

<sup>198</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=10345>> Acesso em 11/01/2021.

<sup>199</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=11741>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>200</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761583&Pesq=fabrica%20progresso&pagfis=262>>. Acesso em 11/01/2021.

Foi construída a fábrica Pilarense com um grande número de operários. O jornal *Pátria*, de 27 de abril de 1892, edição 81, previa a constituição de um empreendimento de tecido.<sup>201</sup> Essa previsão se concretizaria em outubro de 1893, apesar de seu estatuto ser aprovado em 13 de maio de 1892, constituísse a Companhia Pilarense de Fiação e Tecido. Seu capital primitivo foi de duzentos contos de reis, sendo elevado a R\$ 400:000\$000. Inaugurou os trabalhos de manufatura em 1893 (COSTA, 1902, p. 100).

Por volta de 1895 fizeram-se várias melhorias no prédio da fábrica. Isolada a casa dos batedores e caldeiras para evitar incêndios. Ainda era pequena a disponibilidade de luz elétrica necessária para o trabalho máximo nos meses de inverno que são obrigados a encurtar o labor. Além de vários melhoramentos nos mecanismo da fábrica, foi assentado um batedor para aproveitar o algodão e fios quebrados da fiação, uma carda, um slubbing frame com vinte fusos, um roveng frame com 132 fusos, um ring frame com 17 fusos, um enrolador para seção de ponto de malha, uma máquina de enrolar, outra de cortar meias, além das transformações que sofreram muito teares e peças avulsas para as máquinas de fiação.

Trabalhavam 192 operários: 39 homens, 110 mulheres e 42 meninas. Era grande a procura das pessoas para empregar-se nos trabalhos da fábrica. Quanto às casas dos operários, cinco tinham começado no ano anterior e foram terminadas. Existiam vinte e cinco casas, sendo 13 de tijolos e telha, onze de taipa e telha. E fizeram reparos nas que existiam. Durante o ano foram construídos um depósito para carvão de pedra, uma cocheira para os animais, dois grandes armazéns para almoxarifado e depósito de objetos, visto que o primeiro construído no ano anterior não tinha capacidade, sendo usado para depósito de carroças.

Existia, em 1895, um total de 77 sacas de algodão. Comprou-se durante o ano 856 sacas, das quais 779 foram destinados a manufatura, ficando em depósito 77, no valor de R\$ 4:924\$960 contos de reis. Até dezembro foram fabricados 226.219 metros de diversos tecidos: Oxford, brins, riscados, trançados, malhas. Fabricaram-se 4.600 dúzias de meias de diversos tipos, 4.219 dúzias de camisas. A superior produção de meias em relação a camisas foi devido a problemas da demora e instalação dos novos maquinários. Somente em outubro as máquinas de fiar começaram o trabalho e a *slubbing*, em sete de janeiro de 1896. Contudo, toda a manufatura produzida foi vendida até o pequeno saldo de R\$ 8:489\$610 em depósito estava vendido. Ao todo, a manufatura vendida foi de R\$ 250:521\$157 contos de reis.

---

<sup>201</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843806&pesq=fabrica%20pilarense&pasta=ano%20189&pagfis=461>>. Acesso em 11/01/2021.

Projetou-se a construção de uma linha férrea com saída da porta da fábrica até os locais de embarque e desembarque dos produtos, pela estrada nova aberta pela companhia. O diretor tesoureiro apresentou uma ideia mais ousada, traçando o curso da linha férrea pela rua do comércio para aproveitar os lucros do transporte dos estabelecimentos comerciais da rua.

A empresa tinha como credoras Pinto Leite *Havenill & C<sup>a</sup>*, não possuía debêntures e ações. As vendas feitas para o Amazonas e Rio de Janeiro estavam sobrecarregadas com despesas com percentagem a caixeiros viajantes, recebimentos de cheques, fretes, embalagens, seguros, pagas por conta da companhia. A crise econômica que avassalava o mundo comercial e industrial também incidiu sobre a companhia, diante de um cenário, onde imensas fábricas fechavam as portas, outras abarrotadas sem saída para suas manufaturas, algumas atoladas de compromissos fiscais com acionistas. No entanto, a situação da fábrica era agradável.<sup>202</sup>

O relatório da companhia, exibido no *Gutenberg*, edição 16, de 1899, faz um balanço de 1898. Houve vários melhoramentos no edifício da fábrica, como as calçadas do lado oeste e da frente do prédio todas cimentadas, bem como, as paredes evitando infiltrações. A sala de tinturaria também fora cimentada. Mudaram-se vários paus velhos da sala de fundição dos teares, por novos. Foi construído um grande barracão coberto de telha para depósito de lenha, também um pontilhão e represa das águas do açude com uma comportam de madeira e ferro com a fundação de cimento e pedra. Essa represa deveria ser feita desde a fundação da fábrica, pois evitaria os desmoronamentos e enchentes do período chuvoso. As casas dos operários sofreram concertos e reparações, principalmente as casas de taipas.

Comprou-se uma máquina de bater e escovar as meadas de fios engomados. É de uma utilidade incontestável, além de rapidez e melhor acabamento que dá ao fio, facilitando o trabalho de enrodilhar os fios, dispensado o trabalho árduo de quatro operários. Esperava-se chegar uma nova máquina de engomar, e outra de secar fios, máquina de extrema necessidade para os dias invernosos, sendo a estufa incapaz de secá-los. Além do mais, foram comprados mais dez novos teares que funcionavam desde julho de 1898, produziram os seis meses que trabalharam 33.274, 75 metros de panos e mais teria produzido se não fosse a pouca prática das tecelãs novatas. Renderam um lucro de R\$ 6:45\$613. A caldeira sofreu concertos nas obras de alvenaria. Esses gastos totais somaram R\$ 11:617\$000 contos de reis.

---

<sup>202</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20pilarense&pagfis=2867>>. Acesso em 11/01/2021.

Quanto ao pessoal, o mestre de teares, o inglês Thomas Fielding, terminou o prazo do contrato não fora renovado, devido à problema de saúde, gerando para a fábrica uma economia de mais de dez contos de reis anuais. Compraram-se 1.058 sacas de algodão. Entraram para as máquinas 927 sacos, sobrando 169. Os preços do algodão elevaram-se, sendo necessário a companhia pedir um empréstimo de R\$ 40:000\$000, foi pago com os respectivos juros. O escritório continuava funcionando na Rua Alagoas, nº 45.<sup>203</sup>

Produziu-se durante o ano 198.210 metros de Oxford, riscados de 1º qualidade, dos quais 33.274,75 metros foram a produção dos seis meses nos 10 teares novos. Subtraindo essa produção teve-se 464.935,40 produzidos nos 57 teares antigos, contra 405.493 do ano assado, ou seja, houve um aumento de 59.442. Essa produção seria maior se não fosse o problema com a escassez de luz elétrica nos dias de inverno e a demora da alfândega para despachar muitos artigos essenciais ao trabalho. Com o aumento do preço do algodão fez a empresa elevar o preço dos produtos. Com a alta do câmbio de novembro e a baixa do algodão fez diminuir um pouco as vendas, levando a diminuição dos preços, pois a concorrência mostrou-se grande. O total da manufatura vendida do ano foi de R\$ 321:732\$540, contra do ano anterior R\$ 266:515\$355 contos de reis.

Desde o início a fábrica teve um progressivo melhoramento em sua infraestrutura e maquinários. Mas, carecia de uma máquina de secar fio e um local com espaço. Projetou-se a canalização d'água potável para a fábrica por tubos de ferro de 250 metros ou mais. Esse melhoramento vinha a dispensar o trabalho de um operário e um burro diariamente. Calculava-se com esses dois melhoramentos um gasto de R\$ 3:000\$000 contos de reis.<sup>204</sup>

Durante o ano de 1900 a fábrica trabalhou 278 dias produzindo 12.551 peças de diversos tecidos, dando uma média diária de 1.843 metros, no ano findo trabalhou 267 dias e produziu 461.816 metros, consumindo 814 sacas de algodão. Nesse mesmo ano trabalharam 49 homens, 96 mulheres e 35 crianças, gerando um salário de três a seis mil reis em dez horas de trabalho. Apesar dos prédios serem ainda pequeno em torno de 90 x 13 a fábrica produzia toda e qualquer qualidade de tecido branco, de cores, liso, traçado, estampados entre outros (COSTA, 1902, p. 100-102).

O relatório de 1904, publicado pelo jornal *Gutenberg*, edição 16, de 1905, consta que houve um empréstimo de R\$ 45:000\$000 para compra de matéria-prima que foi saldado em

---

<sup>203</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20pilarense&pagfis=4244>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>204</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20pilarense&pagfis=4248>>. Acesso em 11/01/2021.

tempo hábil. Quanto aos edifícios da fábrica, nenhuma sólida reforma foi feita, somente reparos necessários a manutenção. As moradias dos funcionários encontravam-se em bom estado, exceto as antigas de taipa que precisou de concertos. As máquinas estavam em perfeito estado de funcionamento. Contudo, foram compradas duas máquinas para tingir as peças. A caldeira nova começou a funcionar em fevereiro, mas consumindo muito combustível foi necessária uma modificação. O quadro do pessoal manteve-se instável com pequenas alterações, tendo havido a necessidade de redução em alguns setores e a extinção de outros para economizar.

Foram compradas 688 sacas de algodão, entrando para as máquinas 728 sacas, sendo utilizadas das sacas do ano passado 114. Sobrando 74 sacas para ano próximo. O pequeno consumo de sacas foi devido ao enorme estoque de fios crus produzidos no ano anterior, 9.757 quilos sem contar os engomados e tintos. O aumento do preço do algodão desse ano foi muito alto de R\$ 18\$600 por 15 quilos. Quando os preços começaram a declinar o estoque da companhia estava completo e os que tinham algodão não queriam vender na esperança no aumento dos preços. O gasto com matéria-prima foi de R\$ 74.948\$190, elevado em comparação a 1903, que foi R\$ 40:576\$570, dando uma diferença de R\$ 34:371\$620.

A produção foi satisfatória em relação ao ano anterior em 16.885 metros e maior seria se a produção estendesse durante o inverno. A falta de luz, um velho problema nos dias de inverno, faz a empresa perder várias horas de trabalho. Quase toda produção foi vendida, restando uma pouquíssima em depósito. Entretanto, os gastos com materiais, embalagens, confecção e outros foram de R\$ 29:660\$14, ao passo que no ano anterior foi R\$ 38:301\$426, gerando uma economia de R\$ 8:640\$422. A indústria têxtil sofrera uma crise que repercutiu em todos os países da Europa e América, devido ao aumento da matéria-prima. Apesar da diminuição das horas de trabalho adotada em muitas fabricas, os progressos constantes da indústria fizeram com que a produção aumentasse sem aumento de capital e de salários. Muitas fábricas, com enormes estoques, viram a necessidade de vendê-los com prejuízo de 10%, como observado no número de 15 de agosto de 1904, da *Têxtil Manufacture*, ajustando isso com a concorrência das fábricas do Sul, fez com que os produtos da Companhia sujeitassem aos preços impostos, sob pena de ver seus produtos encalhados em depósito.

Entre 1907, foram construídos cinco salões, um deles com 85 palmos por 56 para encaixotamento e depósito. Terminado dois deles, um para receber telhado destinado a colocação de máquinas, outro já com as vigas, começando o primeiro andar onde funcionaria o escritório, servindo o térreo para o almoxarifado. O quinto, destinado a mecanismo, tem apenas os alicerces. Fizeram-se consertos no edifício principal, calçadas perto das casas dos

operários e oficinas para segurança das paredes. Foi feito um novo tanque para água quente para alimentar as caldeiras. Uma nova caixa d'água na nascente do riacho para suprir a tinturaria. Novos condutores de fumaça das duas caldeiras.

Foram compradas, durante o ano, 838 sacas de algodão em rama na importância de R\$ 51:278\$590, vindas do ano passado 206 sacas no valor de R\$ 10:790\$100, gastaram-se 775 sacas. O combustível gasto foi R\$ 11:368\$800. O dividendo a distribuir era R\$ 32:000\$000 ou R\$ 16\$000, por ação 8%. Em outubro foi iniciada uma classe primária para os operários e filhos que a companhia despendia com professor para lecionar no horário noturno R\$ 30\$000 por mês. Contava com 26 alunos.<sup>205</sup>

Se compararmos com as fábricas anteriormente, quanto o provento ao operário, principalmente da escola, a Companhia Pilarense deu-se de forma atrasada em relação às indústrias têxteis. Esse é um dos aspectos que revela o sucesso daquelas em relação a outras em Alagoas. Embora os relatórios da direção solicitassem a capacitação técnica, instrução primária e secundária, não foram aceitos pelos presidentes da assembleia.

O panorama em 1908 prosseguiu com a construção dos salões iniciados no ano anterior. Já havia terminado o primeiro andar destinado ao escritório, ficando isolado do ruído das máquinas, da parte posterior do edifício. A chaminé para o bom funcionamento e batedores que deverão ser colocados no ano corrente. Na sala de máquinas, colocaram-se mais duas novas para estiragem e maçarqueira. O novo salão tinha acomodações para sediar mais dois batedores e uma máquina de quebra fio e fardos de algodão. Nos salões da frente se achavam, provisoriamente, no primeiro a oficina de marcenaria, no segundo o almoxarifado.

O motor durante o ano passou por dois reparos. No primeiro ficou quatro dias parados, no segundo a parada foi de dez dias. A caldeira velha funciona perfeitamente mantendo sempre a pressão, com auxílio do ventilador. No entanto, ela não tinha capacidade de fornecer vapor suficiente à tinturaria. Para servi-la, comprou uma caldeira pequena de 8 H.P, a qual devido a sua capacidade não prestou a esse fim. Tinham funcionado cardas novas que, juntas as cinco que existiam, somam nove. Adquiriu-se máquinas devido ao aumento da fiação, duas fiadeiras, dois enroladores de canela, uma estiragem, maçarqueira.

Todas as máquinas encontravam-se funcionando, inclusive as 17 compradas. Todas estavam pagas, faltando apenas duas que tinham recentemente chegadas. As vendas atingiram R\$ 231:922\$920 contos de reis. Comprou 639 sacas de algodão, sobrando do ano anterior 269

---

<sup>205</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20pilarense&pagfis=8352>>. Acesso em 11/01/2021.

sacas. Foram consumidas 817, ficando em reserva 91 sacas. Temendo a falta de algodão, a companhia procurou resumir mais seu depósito, gastando um grande número de fardos de algodão, embora produzindo menos metros devido aos tecidos novos. Produzindo fustonetes, fantasias, toalhas lisas ou felpudas. O dividendo a distribuir foi de R\$ 32:000\$000 ou 16\$000 por ação. Apesar da boa situação da empresa, havia a necessidade de melhorias, como a construção de um novo salão para tinturaria e novo salão de batedores. A escola primária continuava a funcionar para os filhos dos operários. Concorreu a empresa a exposição nacional conferindo a medalha de ouro aos seus produtos.<sup>206</sup>

### **Companhia Penedense de Fiação e Tecido**

Outra fábrica de destaque foi a Companhia Penedense de Fiação e Tecido, situava-se às margens do rio São Francisco. Fundada em 1897, com um capital de 500 contos, depois elevado a 700 contos (COSTA, 1902, p. 102). Diferentemente de outras fábricas, a penedense recebera incentivo do governo através da lei nº 134, de 11 de junho de 1896.<sup>207</sup> Outorgada pelo governador barão de Traipu, o qual concedia isenção de direitos sobre o maquinário e matérias a importar de construção com um prazo de carência de dois anos.<sup>208</sup>

O *Jornal de Alagoas* de 1889 divulgava que a Companhia Penedense de Fiação e Tecido com sede em Penedo, às margens do rio São Francisco. O anúncio declarava que a empresa possuía um capital de R\$ 280:000\$000 contos de reis, oferecia uma divisão de 1,4 ações de R\$ 200\$000 cada uma. O valor de entrada era de 10% do valor nominal. Seus incorporadores eram o barão de Traipu e o engenheiro Pedro de Mendonça. A grande produção algodoeira da região e a necessidade de ensacamento e roupas para vestimentas há muito tempo reclamava uma fábrica de fiação de tecido. Além de todos esses benefícios, concederia vantagem de manter muitas famílias de operários na região. Obteria ainda matéria prima em condições vantajosas, podendo vender seus produtos a preço inferiores as da concorrência. A força da água sobrepujaria a do vapor, ocasionando mais economia.

O terreno escolhido às margens do Velho Chico, a três quilômetros acima de Penedo, já se achava demarcado, posicionado em boa condição para compra da matéria prima e venda

<sup>206</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20pilarense&pagfis=9474>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>207</sup> Essa lei igualmente concedia favores ao engenheiro Propício Pedroso Barreto para construção de uma fábrica de madapolão no estado de Alagoas.

<sup>208</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=fabrica%20penedense&pasta=ano%20189&pagfis=3337>>. Acesso em 11/01/2021.

de seus produtos manufaturados e do caroço do algodão, comparados a fábrica de óleos, situada na margem oposta do rio, em Vila-Nova. No terreno havia dois grandes edifícios que serviam de casa de vivenda e engenho, aproveitados com alguns reparos e divisões para depósito e casa do operário. Sendo necessário somente a construção do edifício para fixar o maquinário e uma casa de administração. O material das casas adjacentes seria aproveitado para construir a casa de administração e uma pequena ponte para carga e descarga dos produtos manufaturados e matéria prima. Ficava menos custosa a construção da fábrica.

O estudo feito dos demonstrativos de renda e orçamentário constava que os seus 40 teares produziram panos brancos para ensacamento e roupas, 40 metros por dia e em 280 dias 1.164,800 metros a R\$ 240 reis. Em média, consumiria R\$ 70 reis de algodão por metro.<sup>209</sup>

O *Gutenberg*, em 1896, anunciou a chegada de um navio trazendo da Inglaterra a máquina de caldeira e outros aparelhos de tecelagem. Bem como, as obras de construção da fábrica estavam adiantadas.<sup>210</sup> Por volta de maio de 1897, a fábrica Penedense estava a dias de funcionar. Possuía um grande salão de fiar, batedores e abridores, uma oficina, almoxarifado, gomadeira e dobradura, utensílios e sala de escritório. As caldeiras possuíam força de 250 cavalos e condutores interiores e exteriores medindo, cada um, sete pés de diâmetro sobre 28 de comprimento. Sua chaminé possuía 17 metros de altura, sobre 13 de diâmetro. Achava-se montado o motor de sistema *Compound* de alta e baixa pressão. O edifício possuía 22 metros, sendo 400 de frente sobre 204, construídos de pedra e cal com parede com espessura de dois centímetros sobre alicerce de um metro de grossura, cingido de um possante cais apropriado segurar as caudalosas enchentes do rio São Francisco. A construção era sustentada internamente por grossas colunas de 18 metros apoiadas todas em base de alvenaria, estando parte da obra coberta de telha comum e parte de zinco. O edifício considerava-se acabado, pois faltava pouca coisa como a cimentação de uma pequena parte do salão da tecelagem.<sup>211</sup>

Em entrevista ao *Gutenberg*, 1899, o engenheiro Propício, um dos fundadores das fábricas Cachoeira e Progresso, diretor da Companhia Industrial Penedense, retratou que a mesma excedeu todas as expectativas, apesar da pouca prática do pessoal empregado. Possuía 120 teares todos funcionando bem e aguardava a chegada de mais 36. Em agosto do corrente

<sup>209</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=812358&pesq=condi%C3%A7%C3%B5es%20oper%C3%A1rios&pasta=ano%20188&pagfis=123>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

<sup>210</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20penedense&pagfis=3385>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>211</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809896&pesq=fabrica%20penedense&pasta=ano%20189&pagfis=337>>. Acesso em 11/01/2021.

ano estaria funcionando a tinturaria para a fabricação de brins de cor. Sua diretoria era composta por José Antônio Costa, Francisco da Silva Freire e Manoel Rolemberg.<sup>212</sup>

Já em 1901, a fábrica produzia 1.500 peças por semana, trabalhavam o número de 500 pessoas entre homens, mulheres e crianças, foram consumidas 3.453 sacas de algodão. Seus produtos eram bem aceitos nas praças da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Em 1900 foram manufaturadas 77.234 peças de algodão. A fábrica consumia a maior parte do algodão cultivado no São Francisco. Havia 26 casas de alvenarias para os operários, um chalé para a gerência, uma ponte e cais (COSTA, 1902, p. 102).

Sobre a gerência de José Francisco da Silva, em 1905 a Companhia Penedense progrediu. Oferecia um vantajoso dividendo de 20% ou R\$ 40\$000 por ação. Produzia finos brins e guardanapo superior.<sup>213</sup>

### **Fábrica Alexandria**

A União Mercantil foi por 54 anos a única fábrica têxtil em atividade de Maceió. Somente em 1911, surge a fábrica Alexandria, situada no bairro de Bom Parto. Fabricava linhas e rendas de algodão. O *Gutenberg*, em 1911, informava por meio de um telegrama do governo da União à ratificação da firma Loureiro & Guimarães para construir nos arrabaldes de Bom Parto uma fábrica de rendas e linhas de algodão.<sup>214</sup> Era o decreto nº 503, de 15 de fevereiro, outorgado pelo governador João Baptista Accioly Junior, o qual concedia isenção por 10 anos sobre as guias de despacho, maquinário e matérias necessárias a construção da fábrica de renda e linha de algodão, bem como do imposto de exportação.<sup>215</sup>

O empreendimento possuía máquinas importadas da Europa dos fabricantes ingleses *Books & Doscey Limited*. Todas eram providas de mecanismos automáticos que permitiam parar instantaneamente a qualquer incidente. A construção do edifício da fábrica obedecia às plantas na Europa, segundo engenheiros. O folhetim *Gutenberg*, edição 211, de 5 de outubro de 1911, anunciava que o andamento das obras e aparelhamento para o fabrico de linhas e

<sup>212</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20penedense&pagfis=4443>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>213</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213217&pesq=fabrica%20penedense&pasta=ano%20190&pagfis=668>> Acesso em 11/01/2021.

<sup>214</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20Alexandria&pagfis=11840>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>215</sup> INTERNET ARCHIVE. Alagoas. Disponível em <<https://archive.org/details/relatfaz1917alag/page/102/mode/2up?q=fabrica>>. Acesso em 09 de janeiro de 2021.

rendas de algodão estava adiantado. A indústria se situava na rua Calheiros da Graça, Bom Parto. Segundo a imprensa, até o final do mês começaria as atividades manufatureiras, graças à presteza de seus proprietários Loureiro & Guimarães.<sup>216</sup>

Só funcionou em 4 de março de 1912, sendo a primeira do estado a produzir linhas de coser. Localizava-se nas proximidades da via férrea e da laguna Mundaú que facilitava o escoamento da produção. Na manhã do dia da inauguração o diretor do *jornal de Alagoas*, Luiz Magalhães da Silveira, recebeu um pacote de linhas com 160 novelos, junto um bilhete assinado pela direção da fábrica, “produto puramente nacional que se propôs fazer concorrência com similar inglês, tendo sobre esse a vantagem de se prestar a coser a máquina, o que não acontece com a linha inglesa em novelos.” Concedeu emprego a centenas de trabalhadores, durante três turnos. Após dois anos, foi vendida para os comerciantes Luiz Zagalo Rodrigues Cardoso e Joaquim Cordeiro Zagalo e, a partir de 1914, passou a substituir o fabrico de linhas por tecido (LINS, et. al., 2017, p. 05). Em 1920, a fábrica passou a firma M. Lobo & Cia., sociedade em comodata por ações, com o capital R\$ 1.000:000\$000, fazendo aquisições de novos maquinários e ampliando a sua capacidade de produção (COSTA, 1939, p. 112). Produzia diariamente alcatrão vegetal ou pixe, utilizado para diversos fins, inclusive nas siderúrgicas.<sup>217</sup>

Surgiu também a Companhia de Fiação e Tecido São Miguel, com um capital superior a R\$ 600\$000 no município de São Miguel dos Campos, em julho de 1913, próximo às margens do rio de mesmo nome. Segundo a *Revista Comercial das Alagoas*, em 1913, seu capital foi superior a 600:000\$ contos de reis.<sup>218</sup> A Fábrica Santa Margarida ou fábrica de Luiz Vasconcelos & Cia, em Maceió, no bairro de Jaraguá, inaugurada em janeiro de 1914, meses antes da primeira guerra mundial. Nesse mesmo ano tem a inauguração da fábrica da Pedra, pertencente à Companhia Agro Fabril Mercantil no sertão franciscano pelas mãos do cearense Delmiro Gouveia (BARROS, et. al., 2005, p. 34).

## **Fábrica da Pedra**

<sup>216</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=fabrica%20Alexandria&pagfis=11932>>. Acesso em 11/01/2021.

<sup>217</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215414&pesq=fabrica%20Alexandria&pasta=ano%20191&pagfis=271>> Acesso em 11/01/2021.

<sup>218</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229946&pesq=fabrica%20da%20pedra&pasta=ano%20191&pagfis=243>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

A Companhia Agro Fabril Mercantil na verdade era a razão social constituída para ser proprietária da fabrica da pedra. Tinha sede na cidade do Recife. A fábrica da pedra localizava-se 24 quilômetros das cachoeiras de Paulo Afonso. De lá se captava energia, através da usina de Angiquinho, para mover os teares da fábrica e abastecer o povoado. Era uma grande fábrica de linhas de carretel e diversos fios O seu estabelecimento intensificou a cultura algodoeira e pastoril na região. (COSTA, 1939, p. 112).

Delmiro Gouveia mudou-se para Alagoas em outubro de 1902, após seus negócios na capital pernambucana fracassarem. Em Alagoas, nesse período, iniciava-se a era maltina, com Euclides Viera Malta comandando o poder executivo por três vezes. Apesar de sertanejo, era culto, apreciador das artes, um admirador de Delmiro Gouveia por sua capacidade realizadora. Assim lhe proporcionou colhida, maiores vantagens e menores taxas de exportação sobre couros e peles. Delmiro intensificou o tráfego comercial na vila da Pedra, primeiro do couro e peles. Sua visão empreendedora tirou vantagens da posição geográfica da Pedra, confluência entre os sertões da Bahia, Pernambuco e Alagoas (CORREIA, 2015, p. 69-74).

A partir de 1910, Delmiro Gouveia intentou realizar investimentos agropecuários. Para isso, estreitou relações com o governador Euclides Viera Malta. O *Gutenberg*, em 1910, cita o nome do empreendedor como amigo de Euclides Vieira Malta nos festejos em Maceió, em comemoração em seu aniversário, quando presenteou o governador com um automóvel Landaulete.<sup>219</sup> Em contrapartida, em menos de um ano, o governador baixou três decretos fazendo concessões a Firma Iona & Cia., dos representantes de Delmiro Gouveia. O primeiro decreto n.º 499, de 29 de setembro de 1910, concedia a Iona & Cia., a organizarem as terras devolutas situadas nos lugares conhecidos como *Vai e Vem*, *Fazenda do Burnil*, *Riachão do Talhado* e *Burraco*, todos no município de Água Branca, a fim de cultivar algodão, cereais e forragem por meio de serviços de irrigação. Isenção dos impostos municipais e estaduais sobre o maquinismo importado e concedia uma bonificação de 40% nos direitos estaduais sobre exportação aos produtos agrícolas obtidos (CORREIA, 2015, p. 75).

A justificativa para a concessão dada pelo governo para empresa de Delmiro foi que as terras eram estéreis, encontrarem-se em péssimas condições de uso, além disso, a concessão visaria proteger a população da seca, já que ficou acordado que a empresa deveria estabelecer a cada 18 quilômetros chafarizes para o abastecimento da água potável e uso doméstico (CORREIA, 2015, p. 75). Passados dois meses, o governo institui o decreto nº 503, de 30 de

---

<sup>219</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Hemeroteca Digital*, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=Delmiro%20Gouveia&pasta=ano%201911&pagfis=11128>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

novembro de 1910, o qual teve que sublevar para o cultivo do algodão, cereais e forragem por meio da irrigação e colocou canos para abastecer gratuitamente de água potável a população. Por outro lado, o estado concedeu isenção por 10 anos sobre impostos de importação do maquinário para abrir a fábrica de seda, linha de carretel e novelos, isenção de apropriação e exportação dos produtos fabricados.<sup>220</sup> Mais tarde, o jornal *Revista Comercial e Agrícola das Alagoas*, em 1914, torna público o decreto nº 716, de 4 de julho de 1914, que estendia o decreto nº 503 para a importação de algodão de superior qualidade que não tenha similares no estado para manufatura de linhas de carretel.<sup>221</sup> A medida possibilitou a seleção de algodoeiros mais produtivos para região de sedas longas e fibras resistentes, vindos do Egito, Índia e EUA. Os dois decretos concedido a Iona & Cia em 1910 e outros 25 decretos reunidos, tornaram-se lei nº 633, de 9 de junho de 1911 (CORREIA, 2015, p. 76).

Os primeiros decretos tornaram-se lei, o governo de Alagoas contempla a empresa de Delmiro com mais outro, o decreto nº 520, de 12 de agosto de 1911, decretava a Iona & Cia., a utilização por noventa anos da força hidráulica produzida em terrenos de sua propriedade, nos municípios de Água Branca e Piranhas. Transformarem em energia elétrica, por meios de fios cabos de alta e baixa tensão para qualquer parte dos territórios alagoanos, aproveitando em todas as indústrias e fornecendo como força motora para toda fábrica existente e as que possam surgir na capital, na zona do São Francisco, ou em qualquer parte do estado.<sup>222</sup>

O industrial trouxe, em 1911, engenheiros americanos para elaborar um projeto para explorar as águas do rio São Francisco, nascia à usina de Angiquinho, em 26 de janeiro de 1913, a primeira usina hidrelétrica do Nordeste. Seu edifício foi construído entre as paredes de duas pedras, a força desenvolvida na cachoeira era enorme a cerca de 1.000.000 H.P. Possuía três turbinas, uma com 750 H.P, as outras eram 500 H.P e 250 H.P. A primeira foi fabricada em Genebra, Suíça, as duas menores eram da Alemanha e EUA. Havia 24 quilômetros de canos de água para abastecer a fábrica. Após a morte de Delmiro Gouveia foi instalada na estação de energia uma turbina extra de 25.000 H.P.<sup>223</sup>

Em 6 de junho de 1914, foi fundada a fábrica da Pedra, distante 304 quilômetros de Maceió. Foi a única instalação têxtil a empregar energia elétrica própria, a partir da queda da cachoeira. Sua vila operária para acomodar os trabalhadores, era composta de 250 casas de

---

<sup>220</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <https://archive.org/details/relatfaz1917alag/page/102/mode/2up?q=fabrica> Acesso em 28 de fevereiro de 2021

<sup>221</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215252&Pesq=agro%20fabril%20mercantil&pagfis=176> Acesso em 28 de fevereiro de 2021

<sup>222</sup>BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <https://archive.org/details/relatfaz1917alag/page/102/mode/2up?q=fabrica>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

<sup>223</sup>

alvenaria, com eletricidade e água encanada e inspeções constantes de higiene. Era servida por escolas, cinema, carrossel, tipografia, cassino e pista para patinação. Seus empregados tinham uma jornada de trabalho de 8 horas e uma folga semanal. Para incrementar o comércio, Delmiro abriu estradas e fez uso da palma como ração para alimentar as novas espécies de bovinos (Nelore) e caprinos (SILVA, 2014, p. 46).

O jornal pernambucano *Jornal Pequeno*, em 1914, noticia a construção da primeira estrada automobilística ligando cachoeira de Paulo Afonsa a Santana de Ipanema. A viagem inaugural foi feita pelo coronel, acompanhando de Ignácio Uchoa, secretário de agricultura e Marques, engenheiro militar e deputado estadual. O automóvel moveu-se a uma velocidade de 50 quilômetros por hora, percorrendo uma distância de 24 léguas, chegando ao destino em 3 horas e 10 minutos. Afirmava, ainda, que o prolongamento da estrada seria realizado até 1º de outubro, contemplando 48 léguas de vias automobilísticas em direção a Palmeira dos Índios.<sup>224</sup> No mesmo ano, o jornal *Diário de Pernambuco*, de 2 de dezembro, diz que a estrada de automóveis entre Pedra e a estação férrea Great Western na Palmeira dos Índios encontrava-se concluída e em uso. A *Revista Comercial e Agrícola das Alagoas*, em 1914, publica o telegrama de Delmiro Gouveia enviado ao governador alagoano, comunicando sua ida de Pedra até Palmeira dos Índios. Depois disso, o governo concedeu mais R\$ 7:000\$000 a firma Iona & Cia, como auxílio para construir mais estradas automobilísticas.<sup>225</sup>

O *Jornal Pequeno*, em 1916, descreve a viagem do governador Manoel Borba pelo interior de Pernambuco e visita à fábrica da Pedra. Da capital pernambucana tomaram um trem até Garanhuns, recebidos pelo coronel Delmiro Gouveia, embarcaram em automóveis para Santana do Ipanema. Após o jantar na casa do senador Manoel Rodrigues, partiram às 21:50 m para Pedra, onde chegaram as duas da madrugada. No dia seguinte, a comitiva dirigiu-se a fábrica, o governador Manoel Borba trouxe a melhor impressão não só da fábrica, mas da vila operária. M. Bilton alegou que nem na Europa viu tão organizada e limpa.

A vila tinha água encanada, luz elétrica, farmácia, médicos, dentistas, escolas, cinema, banda de música, lojas, vendas, café e bilhar, funcionando a noite e nos dias de domingo. O cinema era grátis, os alunos só tinham acesso mediante um cartão da professora, evitando o afastamento da escola. A família que fornecia mais de três operários para a fábrica não pagava o aluguel da casa. Além disso, os tecelões eram bem habilitados como constatou Mario Mello.

<sup>224</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=Delmiro%20Gouveia&pasta=ano%20191&pagfis=17861>. Acesso em 20 de março de 2021.

<sup>225</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215252&pesq=Delmiro%20Gouveia&pasta=ano%20191&pagfis=298>. Acesso em 20 de março 2021.

No dia seguinte, 24, a comitiva foi acordada por uma alvorada tocada pela banda da fábrica, partiram para as cachoeiras de Paulo Afonso. Delmiro Gouveia mostrou sua usina hidrelétrica que produzia eletricidade para a fábrica da Pedra, há 24 quilômetros dessa.<sup>226</sup>

Como observamos, entre 1914 e 1916, foi construída a primeira estrada interiorana. Delmiro Gouveia fez sua expansão alcançar o vizinho estado de Pernambuco. Por exemplo, o mesmo recebera Manoel Borba, governador pernambucano e sua comitiva na cidade de Palmares/PE. Dali seguiu-se de carro até Santana do Ipanema/AL e dessa até o povoado Pedra/AL. A utilização dos automóveis como a imprensa pernambucana afirmava, era mais viável, pelo fato de ser mais rápido que muitos trens expressos. Vale destacar o exemplo de organização da vila operária, fábrica, limpeza, entretenimento, água potável e eletricidade própria, sendo esse último um problema recorrente de outras fábricas têxteis alagoanas, acarretando redução da produção.

Segundo Moura *et al*, a Companhia Agro Fabril Mercantil, “logo nos primeiros meses de vida, já produzia 216.000 carretéis de linha de algodão, ramo então dominado pelos ingleses da Machine Cottons” (2006, p. 59). Possuía 20 anéis, cada um com 350 fusos e cerca de 6.000 fusos de duplicação. Todas as máquinas eram da *Dobson & Barlow's*, Inglaterra, fixadas entre 1913 e 1915. Consumia cerca de 6.000 sacos de algodão de 64 quilos até a década de 30. O algodão fiado era colocado em sacos para viajar até a costa, distância de entorno 300 milhas, sobre o lombo de mulas. Graças à linha férrea que ligava Piranhas/AL a Jatobá/PE, construída entre 1878 a 1883, à distância e tempo de chegada foram encurtadas, pois ligava o alto e baixo São Francisco (CORREIA, 2015, p. 30-34). Uma vez nas cidades litorâneas, eles eram vendidos de 50 a 200 fardos (PEARSE, *et al*, 1920, p. 36-37).

Durante o período que Delmiro Gouveia esteve à frente da empresa a vila operária contou com 258 casas, construída em ruas largas e com praças abertas, circundante a fábrica. As casas eram espaçosas e com planejamento moderno. Chegaram a morar na Pedra 4.000 pessoas. Em condições normais a fresadora de linhas de costura trabalhava em dois turnos e quando o comércio era bom até três turnos. Por volta de 1921, trabalhavam 600 uma taxa média de salários 1\$800 reis. Diferentemente de outros estabelecimentos têxteis, esses operários não pagavam aluguel, tinha água e eletricidade disponível, pagavam somente a reposição das lâmpadas. No entanto, a disciplina era rígida, os tecelões eram bem comportados bem vestidos e limpos. Em média, eram melhores apumados quando iam

---

<sup>226</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=23106> > Acesso em 15 fevereiro.

trabalhar nos teares que os europeus. Apesar dos pesados encargos da fábrica, ela conseguia pagar aos acionistas um dividendo de 10% uma média boa em relações as demais do ramo (PEARSE, *et al*, 1920, p. 37).

Apesar de a oligarquia malta já estar fora do governo em 1914, o estado continuou a subsidiar a fábrica da Pedra. No mesmo ano, o governador Clodoaldo da Fonseca, através do decreto n.º 737, de 10 de dezembro de 1914, concedeu um auxílio de 50:000\$000 (cinquenta mil contos de reis) a firma Iona & Cia. para construção de uma estrada de rodagem com 56 léguas de extensão entre os municípios de Vitória e Água Branca (CORREIA, 2015, p. 81). O folhetim *Revista Comercial das Alagoas* parabenizar o papel do governo de Clodoaldo da Fonseca no progresso da indústria alagoana. Citam inúmeros empreendimentos, como a fábrica Zagalo & Irmãos, fábrica de tecido de São Miguel, inclusive a importação da Europa de maquinários de centenas contos de reis para a Fábrica da Pedra.<sup>227</sup>

Uma entrevista do governador Baptista Accioly ao jornal carioca *Lanterna*, reproduzida no *Jornal Pequeno*, edição 166, de 1917, ele declarou que a produção do estado era excelente: a safra de açúcar chegou a 900 mil sacas; possuía cinco usinas, destaque a Utinga, oito pequenas que produziam 5 a 10 mil sacos anuais, além das centenas de engenhos banguês espalhados pelo estado. Configurava entre os gêneros mais exportáveis a farinha de mandioca e o coco-da-baía, enquanto a exportação de algodão havia diminuído, devido ao grande consumo da matéria prima pelas indústrias têxteis locais. Existiam oito fábricas de tecido e uma de linha, nove ao todo. Essa última na cachoeira de Paulo Afonso era movida a eletricidade, ficava a 200 quilômetros de Vitória, havendo em toda essa extensão uma estrada carroçável adaptada ao tráfego de automóveis. A fábrica da Pedra exportava por ano 1:200 contos em linhas para diversos estados da União, para o Uruguai, Chile e Argentina.<sup>228</sup>

A Fábrica da Pedra era constantemente visitada por autoridades, investidores e empresários. O *Diário de Pernambuco* estampa a visita das autoridades de Jatobá a fábrica em 22 de abril de 1917. Faziam parte da comitiva: Januário Amaral, juiz municipal, José Constantino, professor estadual, alferes Eduardo de Siqueira, delegado de polícia; coronel Aureliano Gomes, presidente do conselho municipal, entre outros. A comissão partiu de Jatobá no trem Paulo Afonso, foram recebidos pelo coronel Delmiro Gouveia. Depois a comitiva dirigiu-se para a fábrica, tendo o próprio Delmiro esclarecendo o funcionamento das

---

<sup>227</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229946&pesq=fabrica%20da%20pedra&pasta=ano%20191&pagfis=243> > Acesso em 25 de março de 2021.

<sup>228</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=25184> > Acesso em 25 de março de 2021.

máquinas para o fabrico de linhas, redes, caixa de papelão. Indo até as oficinas de ferreiro, marceneiro, finalmente todos os departamentos grandes da fábrica primeiro do gênero no Norte do Brasil. Na ocasião, a fábrica contava com 1.500 operários e estava em andamento melhoramentos e montagem de novos aparelhos, inclusive uma turbina.<sup>229</sup>

Toda sexta-feira o operário depositava sua caderneta desde a sua entrada na fábrica. Sábado era preparada a caderneta pelo escritório, fazendo a conta do seu trabalho durante toda a semana. Domingo era pago. Até as 11 horas da manhã não se vendia um caroço de milho na feira, onde já havia se agrupado seis mil pessoas, vindas desde Jatobá/PE a Piranhas/AL. depois que o último operário recebe seu salário, acampa na praça Joaquim Nara<sup>230</sup>.

Era proibido andar armado. Delmiro fazia ver aos operários que o porte delas era de criminosos e não de um homem de trabalho. Não se jogava ou bebia porque era proibido. Em compensação, havia todos os prazeres honestos permitidos: cinema, bilhar, dança no grande rink, patinação, banda de música, futebol entre outros. A todos esses jogos só poderiam comparecer vestidos de gravata e colarinho. Aos domingos, Delmiro mandava rosas dos seus dois grandes jardins para as operárias. Só nessa ocasião vendia-se álcool, mas um cálice e somente das sete às nove horas. Todas essas medidas inibiam o crime, pois desde sua inauguração não existia uma notícia de delito perpetrado na zona operária, mesmo de ferimentos leves<sup>231</sup>.

Os diretores da fábrica, Delmiro e Iona davam o exemplo. Não gozavam de mais privilégios que um operário. Os alugueis das casas eram insignificantes R\$ 5\$000 mensais. A família com três pessoas trabalhando na fábrica morava grátis. Quem não tinha três pessoas, tomava de um amigo um menino emprestado, metiam dentro de casa, fazendo que tivesse adotado, assim isentava-se de pagar o aluguel. Todas as ruas tinham nomes cívicos: 7 de Setembro, José de Alencar, 13 de Maio, Rio Branco, 15 de novembro, Floriano Peixoto e Ruy Barbosa. As avenidas eram largas, as casas possuíam alpendre e terraço iluminados a

---

<sup>229</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=14210](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=14210)  
> Acesso em 25 de março de 2021.

<sup>230</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=15092](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=15092)  
> Acesso em 25 de março de 2021.

<sup>231</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=15092](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=15092)  
> Acesso em 25 de março de 2021.

eletricidade. Passasse pelas calçadas extensas e não se via uma mancha, um sinal de cuspidor, tudo era lavado, varrido e escovado<sup>232</sup>.

Em 10 de outubro de 1917, o industrial Delmiro Gouveia foi assassinado, sua morte até hoje é um mistério. Para alguns o crime foi motivado por um ex-empregado para se vingar, talvez tenha sido encomendado por coronéis da região. Para muitos historiadores houve envolvimento da empresa inglesa Machine Cotton, a qual, por diversas vezes tentou comprar a Companhia da Pedra para eliminar a concorrência da marca de linhas “estrela” nos mercados brasileiros e América Latina (MOURA *et al*, 2006, p. 59).

### Condições de trabalho

Como podemos constatar as indústrias têxteis eram complexas. Os acionistas, proprietários e associados lucravam resultados estrondosos. Gerava renda aos agricultores, produtos manufaturados para população e receita para o estado. Por outro lado, havia a base de todo sistema, os operários. A maioria deles sobrevivia com baixos salários, somada a grandes jornadas de trabalho. As mulheres começaram a emanar economicamente, recebiam menos que homens, apesar de serem maioria. O trabalho infantil era regra nas fábricas, a exemplo, da Cachoeira e Progresso dentre outras. Uma criança recebia menos que um adulto e submetendo-se as mesmas condições de trabalho. Pois também, eram mais fáceis de controlar. Muitos desses pequenos iam contra sua vontade, às vezes compelidos pelos próprios pais, quando completavam idade por volta dos 10-12 anos, às vezes, até menores. (ROIO, 2020, p. 35)

A moradia nas vilas baseava-se nos moldes dos países europeus. Pagava-se aluguel, caso contrário, a única área de moradia que cabia em seus bolsos era próxima as várzeas, margens de rios, córregos e brejos. O pequeno comércio que existia pertencia ao patrão e as compras feitas em cadernetas também eram descontadas no salário (ROIO, 2020, p 35). A miséria assombrava esses primeiros trabalhadores, muitas vezes, as duras condições custaram-lhe a vida. A fábrica Companhia União Mercantil, em Fernão Velho, nos primeiros anos

---

<sup>232</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=15092](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&Pesq=Delmiro%20Gouveia&pagfis=15092)> Acesso em 26 de abril de 2021.

perdeu vários operários para a malária, pneumonia e outras moléstias, devido às condições insalubres no século XIX.<sup>233</sup>

Além do mais, os armazéns, bodegas, tavernas existentes próximas as moradias, pertenciam à companhia ou associados. O trabalhador quase nunca tinha dinheiro disponível sendo compelido endividar-se nesses estabelecimentos, do qual não passava despercebido, pois eram descontados no ordenamento pago pela fábrica.

Essa condição era favorecida pela inexistência de legislação trabalhista. O país encontrava-se em transição do trabalho escravo para o assalariado. Uma nova realidade fluía em Alagoas, uma terra convertida da servidão do patriarcalismo e autoritarismo dos senhores do açúcar. Os trabalhadores somente obterão seus direitos a partir da década de 30 e 40 do século passado. Diferentemente dos trabalhadores rurais de Alagoas, os operários têxteis criaram grêmios, organizações, afiliações e associações em defesa de seus interesses. Por exemplo, em fevereiro de 1876, os tecelões da fábrica de Fernão Velho, organizaram uma associação denominada “Proteção e Auxílio”, cujo fim era auxiliar os trabalhadores enfermos e amparar as famílias em caso de morte<sup>234</sup>.

Os acidentes eram comuns, como o ocorrido com Feitosa operário da fábrica da Cachoeira, em 18 de setembro de 1894, o qual teve o braço e as duas pernas decepadas por uma máquina. Apesar de prestado imediato socorro em direção ao médico da capital, chegou sem vida, sucumbido poucas horas depois do ocorrido.<sup>235</sup> A partir de 1892, organizaram-se em Alagoas a Liga Operaria Alagoana, criada em 29 de maio de 1892. No ano seguinte é fundido ao Partido Operário Socialista do Estado de Alagoas, iniciado em 20 de maio de 1893, em Maceió. Com o passar do tempo essas reivindicações operárias ficaram cada vez mais organizadas, inclusive com jornais próprios, como *O Proletário*, lançado em 22 de outubro de 1893, em Maceió. Publicado aos domingos, tinha como objetivo conscientizar a classe operária em torno ideal socialista. (PAIVA FILHO, 2013, P.59)

Os primeiros movimentos grevistas em Alagoas deram-se pelos ferroviários da Alagoas Railway, em 1883, quando acerca de 200 trabalhadores abandonaram os serviços deixando as estações desguarnecidas para reclamarem dos salários de dois a três meses

<sup>233</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=Fern%C3%A3o%20Velho&pasta=ano%20188&pagfis=5868>> Acesso em 14 de janeiro de 2021.

<sup>234</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatórios Presidenciais provinciais: Alagoas. Disponível em <[http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item\\_id=2758#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=78&s=0&cv=44&r=0&xywh=-1137%2C-1%2C4064%2C2867](http://ddsnext.crl.edu/titles/163?terms=uni%C3%A3o%20mercantil&item_id=2758#?h=uni%C3%A3o%20mercantil&c=4&m=78&s=0&cv=44&r=0&xywh=-1137%2C-1%2C4064%2C2867)> Acesso 26 de abril de 2021.

<sup>235</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&Pesq=desastre&pagfis=2393>>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

atrasados. A imprensa acusava-lhes de provocar conflito, como o folhetim *O Orbe*. A reação das autoridades foi enviar praças de policiais para dismantelar o motim, usando a “moral do cassete”. No entanto, nada poderão fazer já que a greve era geral.<sup>236</sup>

Outro exemplo foi dos serventes dos armazéns da Alagoas Railway, em Jaraguá, que entraram em greve, em 1896, exigindo aumento de salários. Agindo de forma arbitrária, o superintendente da companhia recrutou novos trabalhadores do interior para substituir os grevistas que os impediram.<sup>237</sup>

Várias vezes, os operários da Companhia Alagoana de Fiação e Tecido e Progresso em Cachoeira deflagraram greve. Uma das primeiras, em 1896, motivada por aumento de salário. Teve como origem a medida do diretor tesoureiro, Teixeira Bastos que mandou vim de Pernambuco alguns operários remunerados com salários superiores aos da fábrica. Isso levou a reivindicação da desigualdade de salário. A situação foi contornada, graças ao diretor Propício Pedroso Barreto evitando seu prolongamento.<sup>238</sup> As tréguas duravam pouco, muitas propostas não eram atendidas ou simplesmente contrárias aos termos acordados. Novas greves espalhavam-se alcançando o ápice a partir de 20 de outubro de 1913, quando uma série de paralisações ocorreram, devido aos velhos descontentamentos dos tecelões, os baixos salários e carga excessiva de trabalho das seis da manhã até as oito ou nove horas da noite, totalizando catorze a quinze horas semanais. Outro fator que contribuiu para esse evento foi o grau de organização do movimento operário, movimentação empregada pela Federação Operaria Alagoana que decidiu, em reunião 28 de outubro do mesmo ano, o pagamento de precatórios com a finalidade de angariar as famílias dos operários em greve (PAIVA FILHO, 2013, P.50-51).

Os diretores alegaram não poderem atender as exigências dos grevistas, convocaram uma assembleia geral extraordinária, realizada em 17 de novembro de 1913, dentre outras propostas em pauta foi deliberada a questão de uma resolução para o impasse, a revisão da tabela de salários e a concessão de um aumento geral de cinco a dez por cento, conforme a classe de trabalho e tornar facultativo o trabalho entre as seis e oito horas da noite e uma remuneração incidida sobre o trabalho executado nesse período. Insatisfeitos com a proposta,

---

<sup>236</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=greve&pasta=ano%20188&pagfis=105>>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

<sup>237</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=greve&pasta=ano%20189&pagfis=2822>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

<sup>238</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&pesq=greve&pasta=ano%20189&pagfis=2958>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

os operários decidiram pedir ao governador Clodoaldo da Fonseca uma intervenção pessoal junto à assembleia dos acionistas das duas suas empresas (PAIVA FILHO, 2013, P. 52-53).

*O sementeiro*, de 1916, jornal religioso, cunha os sindicatos e movimentos grevistas por influência dos socialistas, os quais socialistas pretendiam agir como revolucionários antipatrióticos e sem os ditames da justiça. Por outro lado, afirma que o sindicato católico, “essencialmente é operário e profissional, procederá com a firmeza de agora, e sustentara a causa da justiça da ordem e da pátria, porque acima de tudo são católicos e operários”.

Essa foi uma dentre muitas dificuldades enfrentadas pela classe operária no final do século XIX e início do XX até a consolidação dos direitos e leis trabalhistas. Entretanto, os abusos, assédios não cessaram absolutamente. Por outro lado, a classe operária fortaleceu-se combatendo injustiças, integrou-se ao palanque político brasileiro do século passado e resguardou, acima de tudo, os interesses dos trabalhadores. Muitas vezes rotulado pela oposição de espoliadores, tendenciosos e simpatizantes a implantação de um regime socialista no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista do continente americano levou o algodão a novas perspectivas. Os ameríndios aplicavam a algodoeira em diversos fins, entretanto, o algodão trazido pelos colonizadores era mais prolífico, robusto e vantajoso comparado ao nativo. Sabe-se hoje que o algodão fez parte das primeiras expedições mercantis de açúcar, madeira e peles enviadas do Brasil Colônia para Portugal.

Com os entreves político-econômico que se seguiram em torno do açúcar no século XVII. Algumas regiões do Norte insistiram em manter a cana-de-açúcar como gênero hegemônico nos séculos seguintes. A exemplo, Alagoas que até a década de 1890 não diversificou a base produtiva, diferentemente de Sergipe, Bahia, Paraíba que viram o perigo em apoiar-se em um único insumo.

Por outro lado, o algodão no século XVIII, tornou-se mais rentável e receptivo no mercado externo em relação ao açúcar. Em parte, devido à notoriedade no cenário mundial, graças aos avanços industriais da Inglaterra. Condição estritamente desfrutada pelas autoridades colonias que estimularam o aumento da lavra do filamento branco, embora o açúcar continuasse precedente. Outro fator que levou o algodão a ganhar importância no contexto brasileiro foi o aumento da população na região de Minas Gerais devido à descoberta de ouro

que demandou um crescente consumo de roupa, fazendo surgir diversas oficinas, fábricas artesanais e mais tarde as primeiras indústrias têxteis.

Contudo, as autoridades coloniais fracassaram em seu próprio sucesso, o qual temendo a escassez da mão de obra na atividade agrícola em pro a têxtil, impuseram várias leis a emergente indústria brasileira. Deliberações em grande parte devido a preponderância inglesa que pretendia tornar o Brasil um grande mercado consumidor de seus produtos manufaturados. A intervenção estrangeira praticamente inutilizou a industrialização brasileira que ficou restrita a produção de sacos e panos grosseiros. Somente no final da primeira metade do século XIX a atividade pode retornar sem arbitrariedade.

O Norte, atual Nordeste, foi o celeiro algodoeiro brasileiro no século XIX. Essa bonança, no entanto, não pendurou devido a diversos fatores, sobretudo das pragas, falta de qualidade, melhoramento e produtividade. A partir dos anos 60 do século XX deslocou-se para o Sudeste. Todavia, a passagem do algodão pela região Norte deixou uma prosperidade sem igual. Taxada como “cultura dos pobres” por se acessível a qualquer pessoa, não se restringiu a uma rica aristocracia patriarcal e escravocrata, como o açúcar, apesar de não abdicar do trabalho escravo. Em Alagoas, quase ou pouco se empregou do africano escravizado nas lavouras algodoeiras. Diferentemente do Maranhão que utilizou os mesmos moldes de produção do Sul dos Estados Unidos, como; grandes extensões de terras (plantation) e o corpulento número de cativos africanos como fundamental mão de obra. Na província alagoana era mais lucrativo vender os escravizados para as emergentes lavouras cafeeiras do Sudeste que empregá-los no algodão.

A produção do filamento branco na terra caeté, deu-se preferencialmente nas grandes, médias e pequenas fazendas do agreste ao sertão, em parte as margens do rio São Francisco. Surpreendentemente na zona da mata, embora sua qualidade fosse inferior ao produzido no interior, devido em parte às condições climáticas e geográficas. Inúmeras bolandeiras, descaroadadeiras, feiras de compra e venda de algodão e produtos manufaturados surgiram do sertão ao litoral, enriquecendo comerciantes e engordando as rendas da província e depois o estado.

O algodão foi também motivo de litígio entre províncias. No século XIX Alagoas detinha serias divergências com Pernambuco, o qual he acusava de beneficiar-se indevidamente do algodão alagoano. Devido em parte de haver agentes pernambucanos adquirindo o produto diretamente dos agricultores sem pagar as devidas taxas alfandegárias. Varias medidas foram implementadas visando garantir os cabíveis tributos. Todavia as autoridades alagoanas mostraram-se incapazes de extirpar tais praticas. Por outro lado,

ressaltavam a importância do comércio com a vizinha província. Já que o algodão da terra dos marechais era cotado em parte por sua qualidade. Era almejado por províncias vizinhas; Bahia, Sergipe e Pernambuco. Concorria em Pé de igualdade com outras localidades, como Paraíba que precisou tomar medidas restritivas frente à desvalorização do seu algodão.

Os municípios que se destacavam na produção e beneficiamento do algodão eram; Imperatriz (União dos Palmares), Viçosa, Anadia, Santana do Ipanema, Penedo e Pilar. Também em áreas dominantes do açúcar como Atalaia, São Miguel dos Campos. Essa nova burguesia, a partir da segunda metade do século XIX, constituiu a Associação Comercial de Maceió, o qual deu destaque, organização e estimulou o comércio algodoeiro alagoano. E defendeu os interesses de seus associados.

Sua importância e impacto foram grandes na vida social dos alagoanos chegando a tornasse um problema de utilidade pública. Por exemplo, na cidade de Maceió foi necessário taxar leis restritivas para as casas comerciais algodoeiras, responsáveis por espalharem insumos, resquícios que por sua vez ocasionavam pragas, fedentinas e moléstias. Sendo assim, os estabelecimentos comerciais algodoeiros ficaram restritos ao subúrbio da cidade. Alagoas tornou-se um grande empório do algodão, exportava para Liverpool, Lisboa, Madri e para províncias circunvizinhas Pernambuco, Bahia, Sergipe e Paraíba, chegando a competir com essas. Trouxe grandes vantagens aos cofres públicos que investiram em obras públicas, importações de bens duráveis e não duráveis e pagamento dos servidores públicos.

Seu ápice se deu com a instalação das indústrias têxteis em Alagoas. A primeira foi a União Mercantil, iniciativa de José Antônio de Mendonça, barão de Jaraguá. Constituída durante o período imperial, fabricava panos grossos e roupas para escravos. Mantinha bons resultados e lucros consideráveis aos acionistas, embora sofresse alguns reveses em determinados períodos, devido a fatores internos e externos.

Essa instituição prestou importante contribuição para província, tirando jovens órfãos da ociosidade, maus costumes e violência, dando-lhes um ofício, alojamento e letramento. Uma ajuda imprescindível na grande seca ocorrida na década de 1870.

Apesar de não serem os melhores patrões e difusoras do bem estar operário. Os empreendimentos têxteis com suas vilas operárias representavam um mundo novo, uma nova perspectiva para a população, principalmente a mulher que ascendia de uma sociedade patriarcal para o espaço do trabalho.

Os senhores do algodão exploravam o trabalho de crianças nas dependências das fábricas, pois era mais barato e trabalhavam nas mesmas condições que os adultos. Uma realidade não endêmica da terra dos caetés, mas de grande parte do setor têxtil brasileiro do

final do século XIX e início do XX. O uso dos pequenos era comum, por exemplo, nas fábricas Progresso e Cachoeira em Alagoas, no qual constava nos relatórios semestrais expostos aos sócios e a imprensa a discriminação dos infantes existentes na empresa.

Concluimos que era uma falácia o “bem estar social” na grande parte dos empreendimentos têxteis alagoanos. Muitos tecelões trabalhavam extensas horas, sem locais apropriados para descanso e almoço. Ao final do turno, estavam cansados, sem disposição para nada, muito menos ir às aulas primárias fornecidas pelas fábricas. Nesse aspecto, as fábricas de Rio Largo foram atrasadas em relação aos outros empreendimentos alagoanos em fornecer esse serviço. Foram os acionistas que exigiram a formação de uma escola primária para os operários.

Nas fábricas aconteciam inúmeros acidentes de trabalho como pernas decepadas, braços dilacerados. Até mesmo, casos de suicídios por motivos fúteis são constatados pela imprensa, mostrando que a saúde mental dos trabalhadores também era abalada devido as condições de trabalho, insalubridade, assédio dos patrões e diretores em produzir bons resultados para satisfazer acionistas, colaboradores e clientes.

Concluimos que a história de Alagoas vai além do açúcar. Tantos outros produtos existiram o qual a historiografia alagoana preferiu negligenciar ou mesmo favorecer uma que adequasse a uma aristocracia regional. E preciso estudar, analisar e discutir todas essas particularidades para entender o quadro geral. Um desses foi o algodão que inaugurou uma nova fase econômica, social e política. Dinamizou o comércio, revolucionou os meios de locomoção, instaurou uma burguesia comercial, industrial, diferente da burguesia agrária. Propagou a conscientização de classe entre os operários e contribuiu para difusão dos ideais marxistas e populistas, representado pela figura do governador Muniz Falcão. Existe uma lacuna em nossa historiografia quanto à importância de outros gêneros. Deixo aqui minha contribuição sobre o estudo do algodão que tanto contribuiu para nossa formação.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano. **História Colonial 1500-1800**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C. 1907.
- AGUDO, Catarina. **A cultura do açúcar: uma herança dos os antigos engenhos de Alagoas**. Salvador: UFBA, 2009.
- ALMEIDA, Sávio Luiz. **A formação Histórica de Alagoas**. Rotas de acumulação do Açúcar. Maceió: EDUFAL: Imprensa oficial Graciliano Ramos, 2018.
- ALTAVILA, Jayme Lustosa et. al. **Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Junior 1869**. Maceió: Grafmarques, Re. Edição, 2010.
- AMORIM, Vânia Luiza et al. **Luigi Lucarini: Vida e obra**. Maceió: Grafmarques, 2010.
- ANDRADE, Fernando Antônio Gomes (ORG.). **Memória das Alagoas**: Coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: IHGAL, 2009.
- ANUÁRIO COMERCIAL ILUSTRADO DE ALAGOAS. Maceió: Gama & Cia, 1929
- Anuário Político, histórico e estatístico do Brazil**. Rio de Janeiro. Typografia de Firmino Didot Freires. 1846.
- AZEVEDO, G. H. W. **A indústria têxtil brasileira: desempenho, ameaças e oportunidades**. Tese (Mestrado)–IE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- BARBOSA, Elia. **História do Brasil Imperial**. Aracaju: UNIT, 2011.
- BARROS, Ivan. **Raízes dos Municípios Brasileiros**. Arapiraca: UNGRAF, 2018.
- BARROS, Luiz Nogueira. **Falas, Relatórios Provinciais e Mensagens Governamentais, 1835-1853**. Maceió: Imprensa Oficial, vol. I, 2005
- BASTOS, Humberto. **Assúcar e Algodão**. Maceió: Casa Ramalho, 1938
- BATISTA, Maciel. **Operários em movimento**. Documentos para a classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: EDUFAL, 2007.
- BITENCOURT, Jose de Sá. **Memória Sobre a Plantação de Algodão**. Bahia: oficina de Simão Thaddeo Ferreira. MDCCXCVIII.
- BOLETIM COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908**.
- BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas**. Recife: Imprensa Industrial, 1944
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas seguido de o Baixo São Francisco: o Rio e o Vale**. Maceió: EDUFAL, 2015.
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphicastyp. E Pautação. 1909.

BRANDÃO, Moreno. **O Centenário da emancipação de Alagoas – 1917**. Maceió: Casa Ramalho, 1917.

BULAMARQUE, Luiz. **Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro. Typografia Vianna e filhos. 1862.

BULHOES, Carlos. **Um estudo sobre o desenvolvimento Econômico e social do estado de Alagoas**. Secretaria de Planejamento. 1971.

CAMARA, Manuel Arruda da **Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de escolher e ensacar**: em que se propõem alguns planos para seu melhoramento. Lisboa: oficina da Casa Literária do Arco Cego, MDCCLXXXIX, p.48-49

CARRIJO, Licys. **A expansão da Fronteira Agrícola de Goiás: setor sucroalcooleiro**. Dissertação (mestrado em agronomia) – Universidade Federal de Goiás. Goiana, p. 90, 2008.

CARNEIROS, Otavio Barbosa. **O algodão do alto São Francisco**. Belo Horizonte, 1923

CARVALHO, Cícero Péricles. **Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucroalcooleira alagoana**. Maceió; EDUFAL, 3°. Ed. 2009.

CARVALHO, José Carlos. **O café e o algodão**. Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1900.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista do algodão e capitalcomercial**. Natal: Ed. Universitária - UFRN, 1980

CORREIA, Manoel. **Os Rios do açúcar do Nordeste oriental**. Os rios de Coruripe e Jiquiá e São Miguel. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1959.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato. **Indicador geral do estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL; Imprensa Graciliano Ramos, 2016.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O Bangüê em Alagoas**. Traços da influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional. Maceió: EDUFAL, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

DIEGUES, Jr., Manuel. **Alagoas e Seus Municípios**. Departamento Estadual de Estatística. Maceió: Imprensa Oficial, 1944.

**EMIGRANTE PARA O IMPÉRIO DO BRAZIL. PELO INSPECTOR GERAL DAS TERRAS E COLONISAÇÃO**. F. fle B. e Accioli CLB Vasconcellos

ESPINDOLA, Thomas do Bonfim. **Geografia alagoana ou descrição política e histórica da província de Alagoas**. Maceió: 2. ed. Topografia do Liberal. 1871.

FABREGAS, Sebastião. **Almanaque Geral do Imperial**. Rio de Janeiro: Typografia comercial fluminense. 1838.

FASTO, Boris et. al. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Jurandy Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro. IBGE, 1959.

## **FONTES IMPRESSAS**

FREYRE, Gilberto, **Inglese no Brasil**. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1948

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Sobrado e mocambos**. São Paulo: 2013.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do livro, 1974.

GOLVAZ ARROXELLAS, Olympio Eusébio; ARAULO T. V. **Compilações das leis provinciais das Alagoas**. Maceió: TYP. Comercial de A. J. da Costa. Tomo IV. 1872.

GUIMARÃES, Marcela. **Entre açúcar e Algodões**. Maceió: Benedito Ramos Amorim. 2014, p. 12 apud MENDONÇA NETO, Antônio Saturnino. **Os Mendonça no Império e na República**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

**HISTORIA DAS PLANTAS ALIENARES E DE GOZO DO BRASIL**. THEODORO PECKOLT.

JUNIOR Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1970

JUNIOR, Jose Ribeiro. **A economia algodoeira em Pernambuco**. Da colônia a independência. UNESP, São Paulo, 1981.

LACERDA, Antônio et. al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2010. LEITE, João. **Anel de Viçosa**. Maceió: Editora gráfica de Alagoas S.A, 1971.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial 1808-1889**. Panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

MARRROQUIM, Mario. **Terras das Alagoas**. Brazil: Roma. Edição fac-Similar, 2000.

MELLO. Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília, 1984.

OTACILIO, Ernani. **História do Penedo**. Elementos de história da civilização das Alagoas. Maceió. 1874.

PACHECO, Cavalcante. **Atalaia Último Reduto dos Palmarinos**. Atalaia: secretaria da educação e cultura, 1980.

PATRICIO, Társo et. al. **50anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2009.

PEARCE, Arno S. **Brazilian Cotton**. Manchester: John Taylor & Co. 1921.

PINTO, Joaquim de Almeida. **Dicionário de botânica brasileira ou compendio**. Rio de Janeiro: 1873.

PRIORE, Mary Del. **História da Gente Brasileira – Império**. Rio de Janeiro: Leya, 2017

QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da História de Alagoas**. Maceió: Gráfica Moura Ramos, 2010.

RAMOS, Benedito. **Uma Associação de Algodoeiros**: vol. I Maceió: Benedito Ramos Amorim, 2014.

Revista Instituto Histórico Geográfico de Alagoas. Maceió: Typo, do Jornal de Alagoas, V. 3, n. 7, 1901.

REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Maceió: Typo, do Jornal de Alagoas, n. 7, jun. 1875.

RIOS, Odilon. **Alagoas Poder e Sangue**. Maceió: CBA, 2017.

SANTANA, Moacir Medeiros. **Contribuição do Açúcar em Alagoas**. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1970.

SANTANA, Moacir. **Efemérides alagoanas**. Maceió: instituto Arnon de Melo. 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec, 1980.

SAUER, Arthur, **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil 1888**. Almanaque das Províncias. Rio de Janeiro: H. Laemmert & Cia, v. 3, 1883.

SILVA, Alcir Veras de. **Algodão e indústria têxtil no Nordeste**: atividade, 1978.

SILVA, Moreira. **Physiografia de Alagoas**. Memória apresentada ao VI Congresso Brasileiro de Geografia em Belo Horizonte. Maceió: imprensa oficial, 1919.

SILVA, Karla. **O patrão, o contador e o empregado: Delmiro Gouveia nas biografias de Adolpho Santos e Lauro Góes (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 132, 2014.

SOCORRO, Maria. **Diálogos com Santana iconográfica de ZabéBrinção aos nossos dias**. 2018

SOUZA, Haroldo Silva; ACHILLES, Lisboa. **Glória do Maranhão e do Brasil**. São Luís: Lithograf, 2009.

SURUAGY, Divaldo; WANDERLEY FILHO, Rubens. **Raízes de Alagoas**. Maceió: imprensa oficial Graciliano Ramos, 2ª ed. 2014.

TAUNEY, Carlos Augusto. **Tratado da cultura do Algodão, ou a arte de tirar vantagens dessa planta**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmer, 1862.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2018.

TAVARES, Marcelo Góes. **Nas tecituras do trabalho operário: a produção têxtil e a vida incerta na Fábrica Carmem em Fernão Velho – AL (1940-1960)**. Tempo e argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, 2020.

VILAS BOAS, Hélvio Braga. **Trajetória da indústria de Alagoas 1850-2017**. Instituto Euvaldo Lobo. 1 ed. Maceió: FIEA, 2018.

VILLELA, Manuel Brandão. **Álbum do Centenário de Viçosa**. Brasília, DF. Plátano, 1931.

SIMÕES, Leonardo et. al. (org.). **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. Maceió: Instituto Arnaldo de Mello. 3. ed. 2012.

SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typografia Universal Laemmert. 1851.

VELOSO, José Mariano, **O Fazendeiro do Brasil**. Melhoramento na Economia Rural dos Gêneros. Lisboa: Na Imprensa Regia. 1806.

**VIAGENS E OBSERVAÇÕES DE HUM BRASILEIRO**. Rio de Janeiro. 1834.